

NELCI MOREIRA DE BARROS

**CONVERSA DE QUIOSQUE: OS BURROS  
PERDERAM O EMPREGO!**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Universidade Federal  
de Santa Catarina.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> EDNA GARCIA MACIEL FIOD

**FLORIANÓPOLIS (SC)**

1999



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“CONVERSA DE QUIOSQUE:  
OS BURROS PERDERAM O EMPREGO”.

Dissertação submetida ao Colegiado do  
Curso de Mestrado em Educação do Centro  
de Ciências da Educação em cumprimento  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 07/06/1999

Dra. Edna Garcia Maciel Fiod (orientadora)

Dr. Norberto Jacob Etges

Dra. Edel Ern

Dra. Joana De Lazari (suplente)

Prof. Dra. Edel Ern  
Coordenadora PPGE/UFSC

Nelci Morreira de Barros  
Florianópolis, Santa Catarina, julho de 1999.

A meus pais  
Nelson e Juracy e a  
José e Nair Barone,  
Eduardo e Laura Chaves,  
Aurelia e Brandina Moreira  
fundamentais em minha formação.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi incomensuravelmente inspirado e aperfeiçoado pelos comentários iluminadores de minha mestra Dr.<sup>a</sup> EDNA GARCIA MACIEL FIOD, cuja atividade incansável de orientadora da dissertação acrescentou qualidade ao trabalho.

A dificuldade de agradecer a todos que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho se revela na imprecisão e ausência do registro de muitos que permanecerão anônimos por nossa incapacidade de recuperar as preciosas anotações que revelariam estas participações construtivas.

Agradeço também às pessoas que permitiram minha longa ausência do lar na perseguição dos objetivos da pesquisa, como é o caso de minha esposa Therezinha, de meus filhos Elizabeth e Flávio e Gabriela e Marcos, os novos companheiros de jornada. Ao meu primeiro orientador na graduação Rubem José Leão de Magalhães.

Agradeço às pessoas que trabalham no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, das quais recebi inúmeras gentilezas. Às solícitas funcionárias da Biblioteca Nacional e aos meus amigos do Museu da Imagem e do Som meus agradecimentos. Ao Giovanni Secco, pelo imprescindível trabalho de editoração e revisão final.

**Pensar que os operários encontrarão empregos na fabricação dessas máquinas é tão absurdo quanto a expectativa de que os cavalos substituídos por automóveis possam ser utilizados nos diversos ramos da indústria automobilística.**

**(Leontief, 1952).**

## SUMÁRIO

RESUMO	xi
Abstract	xii
Introdução	1
<b>Objetivo Geral</b>	<b>2</b>
<b>Objetivos específicos</b>	<b>2</b>
<b>A discussão dos cenários</b>	<b>4</b>
<b>Os pressupostos básicos para a construção dos cenários</b>	<b>5</b>
<b>O desenvolvimento dos capítulos</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>11</b>
<b>1.1 O primeiro cenário: o estado da técnica</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Homem: ator e autor de sua vida</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>18</b>
<b>2.1 O cenário da acumulação concentrada e o desemprego</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Para os melhores empregos, o inglês obrigatório</b>	<b>20</b>
<b>2.3 O caixeiro de fora</b>	<b>21</b>
<b>2.4 Renda sim, trabalho não</b>	<b>25</b>
<b>2.5 Influência proporciona renda e permite acumulação</b>	<b>27</b>
<b>2.6 O desemprego não precisou da ajuda de tecnologia</b>	<b>28</b>
<b>2.7 "Burguês" vira nobre, o Estado cria receitas e trabalho</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>35</b>
<b>3.1 Profissões desaparecem sem volta à barbárie</b>	<b>35</b>
<b>3.2 O cenário das profissões: padre, militar ou inspetor</b>	<b>39</b>
<b>3.3 A transição do Império para a República: trabalho e ocupações</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>50</b>
<b>4.1 O cenário da substituição de profissões: troque sua ama de leite pela Farinha Nestlé</b>	<b>50</b>
<b>4.2 O índice de civilização no Brasil é medido pelo grau de importação de produtos e de serviços</b>	<b>55</b>
<b>4.3 Atividades oferecidas para trabalho remunerado</b>	<b>61</b>
<b>4.4 Amassador mecânico substitui o trabalho manual</b>	<b>63</b>
<b>4.5 Antes dos "camelôs", os ambulantes</b>	<b>64</b>
<b>4.6 A chegada do sorvete destrói a popularidade do aluá</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>70</b>
<b>5.1 Um cenário criado pelo Barão: o Imperador trabalhando como pedreiro</b>	<b>70</b>
<b>5.2 Como contratar trabalhador livre numa sociedade escravocrata?</b>	<b>71</b>
<b>5.3 O cenário das novas profissões: a Bolsa de Valores e os corretores</b>	<b>74</b>
<b>5.4 O comércio: trabalho sofisticado</b>	<b>76</b>
<b>5.5 O Encilhamento</b>	<b>77</b>

<b>5.6 Os zangões</b>	<b>79</b>
<b>CAPÍTULO 6</b>	<b>83</b>
* <b>6.1 O cenário produzido pela tecnologia: os burros que perderam o emprego</b>	<b>83</b>
<b>6.2 Operação dos bondes de tração animal</b>	<b>85</b>
<b>CAPÍTULO 7</b>	<b>92</b>
<b>7.1 Cenário futurista: o animatógrafo desemprega desenhista</b>	<b>92</b>
<b>7.2 Antes da novela das oito, o folhetim matinal</b>	<b>94</b>
<b>7.3 Cenário da Primeira República: acendedor de lampião, o novo desempregado</b>	<b>96</b>
<b>7.4 Com a eletricidade, desaparece o acendedor de lampião</b>	<b>98</b>
<b>7.5 Cenário mágico: Marconi, da Itália, ilumina a imagem do Cristo no Rio de Janeiro</b>	<b>99</b>
<b>7.6 Os excluídos da urbanização</b>	<b>100</b>
<b>7.7 Implantada a multinacional da eletricidade</b>	<b>100</b>
<b>7.8 Na arruaça dos “desocupados”: bala perdida faz vítima</b>	<b>105</b>
<b>7.9 O cenário da fuga: chegada da tecnologia no planeta Marte</b>	<b>106</b>
<b>7.10 A tecnologia hoje prepara para a fuga de amanhã<sup>47</sup></b>	<b>107</b>
<b>7.11 Robô em Marte é acordado com samba</b>	<b>108</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>113</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>121</b>
<b>Bibliografia Auxiliar</b>	<b>124</b>
<b>Periódicos</b>	<b>128</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta de boticário	21
Figura 2 – Algemas, gargalheira, palmatória, peia e vira-mundo <sup>14</sup>	35
Figura 3 – Escravo com Máscara	37
Figura 4 – Anúncio de escravo fugido	38
Figura 5 – Os capoeiras	45
Figura 6 – Os tigres	52
Figura 7 – Aluga-se: ama de leite	54
Figura 8 – Mulheres quitandeiras	57
Figura 9 – Trabalho pioneiro	58
Figura 10 – Sistema mecanizado para fazer massa de pão	63
Figura 11 – Sorveteria: rua do Ouvidor, 1855	66
Figura 12 – Carrinho de jacarandá e pá de prata	73
Figura 13 – O Encilhamento	77
Figura 14 – Tílburi estacionado	84
Figura 15 – Bonde puxado por burro, 1872	85
Figura 16 – O acendedor de lampião	98
Figura 17 – Imagem do Cristo Redentor iluminada	99
Figura 18 – O Perigo Amarelo	103
Figura 19 – O transporte	104
Figura 20 – O Sojourner	107
Figura 21 – Ônibus Espacial	117
Figura 22 – Terra no Espaço	118



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento anual da população do Rio de Janeiro, 1872-1906	44
Tabela 2 – Anúncios classificados (1840-1890)	61
Tabela 3 – Transformação das profissões	114

## RESUMO

O problema do fim dos empregos, assunto por si só de alta relevância, vem sendo tratado com prescrições de treinamento para postos de trabalho que já não existem. Receituário para obter emprego vem sendo apresentado como solução em um mundo que elimina sistematicamente a força de trabalho humano com apropriação de tecnologia. O fim de certos empregos aumenta o número de excluídos e dispensa o homem. Trata-se da busca de maior produtividade perseguida pelo *modo de produção capitalista*. Do século passado até hoje, a tecnologia, o avanço científico, os novos produtos, as alterações das relações produtivas eliminaram empregos, ocupações e certas atividades remuneradas. Isso não levou a humanidade à barbárie. Será agora diferente? Hoje, a velocidade da mudança é maior, e o contingente de pessoas excluídas aumentou. A mundialização comercial foi potencializada pela *globalização informatizada*. Será esse um fator agravante? Será que estamos às portas de entrada de uma nova sociedade sem necessidade de trabalho? O homem almeja este modo de vida? Muitas são as perguntas. Busca-se compreender que, no século XIX, o trabalho assalariado invade o mundo a partir da Europa. Procura-se a razão do modo de produção capitalista expressa em formas como “satisfação do cliente”, “qualidade do produto”, “empregabilidade”, “sobrevivência dos mais aptos” e outros jargões conhecidos e usados não só pela mídia como também pelos livros de administração.

## ABSTRACT

The problem of the end of the employments, subject by itself of high relevance, it comes being been with training prescriptions for put about work that no longer they exist. A Model to obtain employment comes being presented as solution in a world that eliminates systematically by force of human work with technology appropriation. The end of certain employments increases the number of having excluded and it releases the man. It is the search of larger productivity pursued by the way of capitalist production. Of the century passed to today, the technology, the scientific progress, the new products, the alterations of the productive relationships eliminated employments, occupations and certain paid activities. That didn't take the humanity to the *barbarism*. Will it be now different? Today, the speed of the change is larger, and the excluded people's contingent increased. The global trade enlarged was goes the computerized. Will that be an aggravating factor? Does Will it be that plow to the doors of entrance of the new society without work need? Do donate the man long it goes this life way? Many plows the questions. It i looked goes to understand that, in the century XIX, the work salary earner you invade the world starting from Europe. The reason in the *way of capitalist production* is sought expressed in forms as " *the customer's* " *satisfaction*, " *quality of the product* ", "*technique of employment warranty* ", *survival of the most capable* " and other well-known and used jargons not only for the media as well as for the administration books.

## INTRODUÇÃO

O problema do fim dos empregos, assunto por si só de alta relevância, vem sendo tratado com prescrições de treinamento para postos de trabalho que já não existem. Receituário para obter emprego vem sendo apresentado como solução em um mundo que elimina sistematicamente a força de trabalho humano com apropriação de tecnologia. O fim de certos empregos aumenta o número de excluídos e dispensa o homem. Trata-se da busca de maior produtividade perseguida pelo *modo de produção capitalista*.

Estamos no final do milênio, em meio a grandes transformações sociais, em um mundo quase sem empregos. Vale a questão: como um número cada vez maior de pessoas de comunidades economicamente excluídas sobreviverão à nova ordem econômica? Seria a barbárie uma das alternativas?

Do século passado até hoje, a tecnologia, o avanço científico, os novos produtos, as alterações das relações produtivas eliminaram empregos, ocupações e certas atividades remuneradas. Isso não levou a humanidade à barbárie. Será agora diferente? Hoje, a velocidade da mudança é maior, e o contingente de pessoas excluídas aumentou. A mundialização comercial foi potencializada pela *globalização informatizada*. Será esse um fator agravante? Será que estamos às portas de entrada de uma nova sociedade sem necessidade de trabalho? O homem almeja este modo de vida? Muitas são as perguntas.

## Objetivo Geral

Contribuir para a discussão sobre a necessidade de redefinição histórica do papel do indivíduo nessa sociedade que está eliminando o emprego de massa tanto na produção como na comercialização de bens e de serviços, devido a alterações nos processos produtivos.

## Objetivos específicos

Compreender como reagem os homens em tempos de profundas mudanças sociais marcadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico.

Realizar um estudo comparativo entre duas épocas distintas, mas que possuem semelhanças: o século XIX, com a vinda da Família Real para o Brasil, e a década de 1990. Tais épocas são marcadas por enormes alterações na vida humana, que incluem inovações tecnológicas.

A pesquisa abrange os cenários construídos com a chegada da Família Real no Rio de Janeiro, em 1808. O foco centra-se nas transformações sociais nesses cenários históricos, quando há a adoção de técnicas<sup>1</sup> e de produtos inovadores que modificam hábitos, costumes e tradições sociais. O último cenário é dado pelo pouso da sonda *Pathfinder*<sup>2</sup> em Marte e pelas andanças do veículo-robô *Sojourner* na superfície do planeta em 12 de julho de 1997. A construção dos cenários é elaborada a partir da utilização de artigos, anúncios, charges e contos.

A realidade não é imutável, e o observador, com seus instrumentos, desempenha o papel ativo desde a coleta até a análise dos dados. Trata-se de uma situação dialética que procura captar os fenômenos históricos, caracterizados pelo constante devir. Privilegia, pois, o lado conflituoso da realidade social.

O mundo nesse final de século está se polarizando em forças potencialmente irreconciliáveis:

- a elite do capital, com base nas possibilidades da informática que controla e administra a economia global de alta tecnologia;
- os excluídos, com poucas perspectivas de trabalho remunerado;
- uma sociedade industrial cuja necessidade de comprar a força do trabalho humano diminui cada vez mais.

Neste cenário algumas questões se impõem:

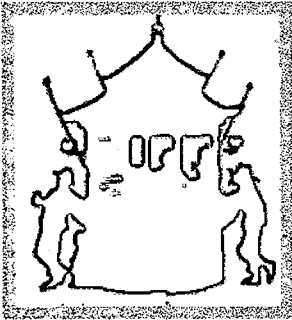
- o emprego será substituído pelo trabalho?
- o que acontecerá com os excluídos?
- o desemprego trará de volta a barbárie?

Todavia, cumpre lembrar que cenários não tratam da adivinhação do futuro, mas de tendências do presente. Os cenários exploram os fatos, mas almejam a percepção. Sua finalidade é coletar e transformar informações de significância estratégica em percepções novas. Esse processo de transformação não é trivial e pode até não acontecer.

Cenários são histórias em que emergem os significados dos acontecimentos. Isso não significa que contenham somente personagens da vida real, porque, às vezes, essas histórias foram escritas com personagens fictícios para testar o ambiente dos cenários imaginados. Os personagens históricos que compõem os cenários configuram as cenas reais pelas quais se move a história. A limitação está, pois, na própria capacidade de percepção de como as coisas estão acontecendo e de como poderão terminar. Nesse instante, muitos acreditam que estamos no ponto de inflexão da curva que expressa as grandes transformações sociais por que passa a humanidade.

A principal limitação que se coloca é a de que atravessamos esta realidade e dela fazemos parte. A respeito dessas transformações, já aprendemos com a física quântica que não há mais modelos prontos e acabados para nortear o futuro do homem.

## A discussão dos cenários



A conversa de quiosque é a metáfora escolhida para a discussão dos cenários. Os quiosques, pontos de encontro da população da cidade do Rio de Janeiro, desde os dias do Império até hoje, apareceram e desapareceram ao sabor dos administradores de cada época. Hoje, além dos quiosques do centro histórico em fase de restauração, outros ocupam os 70 quilômetros de praia, do Flamengo ao Recreio dos Bandeirantes, construídos segundo o desenho do século passado. São pontos de encontro onde o carioca, desde o século passado, segundo expressão popular ao gosto da moda, “*gosta de jogar conversa fora*”. No quiosque, o homem do povo, em seu momento de descontração, entre uma bebida e outra, confere as notícias do dia, dá democraticamente sua opinião, concorda, discorda, confere o resultado da loteria do “bicho” e vai embora. Assis<sup>3</sup> descreve uma das tentativas de acabar com os quiosques:

Fora do caso catarinense, tudo o mais pode ser dito em prosa, nesta prosa nua e chã, como a alma do prosador. Que metro é preciso para contar que vamos perder os quiosques? Dizem que o conselho municipal trata de acabar com eles. Não quero que morram, sem que eu explique cientificamente a sua existência. Logo que os quiosques penetraram aqui, foi meu cuidado perguntar às pessoas viajadas a que é que os destinavam em Paris, donde vinha a imitação; responderam-me que lá eram ocupados por uma mulher, que vendia jornais. Ora, sendo o nosso quiosque um lugar em que um homem vende charutos, café, licor e bilhetes de loteria, não há nesta diferença de aplicação um saldo a nosso favor? A diferença do sexo é a primeira, e porventura a maior; a rua fez-se para o homem, não para a mulher, salvo a Rua do Ouvidor. O charuto, tão universal como o licor, é uma necessidade pública. Não cito o café; é a bebida nacional por excelência. Quanto ao bilhete de loteria, esse emblema da luta de Jacó com o anjo, que é como eu considero a caça à sorte grande, pode ser que a venda dele nos quiosques diminua os lucros do Beco das Cancelas; mas o beco é triste, não solta foguetes quando lhe saem prêmios. Os quiosques alegram-se quando os vendem, e é certo que os vendem em todas as loterias. Não obstante, lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitandeiras crioulas, as turcas e árabes, os engraxadores de botas, uma porção de negócios da rua, que nos davam certa feição de grande cidade levantina. (Assis, 1893: 225-6).



O cenário construído a partir da conversa do povo nos quiosques, onde são indagadas e discutidas questões que afligem o homem comum, é a arena onde o leitor poderá encontrar muitas das reflexões sobre o trabalho, a tecnologia, as ocupações. A reconstituição das conversas toma por referencial os muitos cronistas que retratam o cotidiano em crônicas publicadas nos jornais e revistas. As perguntas são muitas, as respostas são poucas. Tudo da forma como continua acontecendo na conversa dos quiosques.

### **Os pressupostos básicos para a construção dos cenários**

Enquanto o mundo ocidental se prepara para a produção de mercadoria em larga escala, criando com máquinas o excedente para o capitalismo nascente, o Brasil ainda se sustenta em relações escravocratas. O que se discute nos jornais, no “bate-papo de quiosque” e que aparece nas charges humoradas ou nas piadas do carioca é o trabalho. O carioca não está interessado no trabalho como atividade. Isso é para escravos. Mas o trabalho é um bom assunto para essas conversas descomprometidas.

Por outro lado, a base escravista como meio para acumulação tendo por base o trabalho escravo está sendo olhada como coisa primitiva. O trabalho remunerado e as ocupações de homens livres a partir da chegada ao país de novas tecnologias e produtos inovadores sofrem profundas transformações. Essas técnicas e mercadorias oriundas de países em plena industrialização, ao serem implantadas no Brasil, são indutoras de novos hábitos, novos comportamentos e atitudes diferentes. Tecnologia e novas mercadorias substituem ocupações, desempregam e criam novas formas de trabalho.

Para compreender as transformações das relações de trabalho e ocupação nesse contexto, artigos, anúncios de jornais e relatos de viajantes são utilizados. Essa fonte primária para coleta de dados e informações qualitativas fornece um



referencial para a compreensão das transformações das relações sociais que assumem a forma de avanço tecnológico.

Na Inglaterra, até 1830, o homem está trocando seus hábitos desligados do relógio e se ajustando às jornadas de trabalho, preso à cronometragem implacável das horas contratadas e trabalhadas. É o homem livre para vender sua força de trabalho que reluta em ser livre e anseia pela volta dos dias de trabalho na aldeia, sem compromisso com o tempo quantificado. Nos contos de Charles Dickens são encontrados sempre os empregadores cruéis e exploradores de crianças, e as relações de trabalho são retratadas com cores de avareza e impiedade inesquecíveis para o leitor. A passagem, na Europa, da aldeia para a fábrica é dolorosa. No Brasil, trabalhar é coisa para escravos. Entretanto, mercadorias e tecnologias cedo passam a figurar como indutores de novos hábitos, comportamentos e atitudes. Aqui, as manifestações são diferentes daquelas que deram origem à inovação. O foco está centrado no Rio de Janeiro, abrangendo o período compreendido entre o desembarque da Família Real<sup>4</sup> em 8 de março de 1808 e nossos dias. O Rio de Janeiro não só abriga a Corte, como também os viajantes que se destinam a outras províncias. Viajantes têm necessariamente que aportar primeiro no Rio de Janeiro para obter licenças, cartas de apresentação de autoridades, alvarás e toda sorte de documentação da burocracia nascente. Artigos de jornais, anúncios, charges humoradas retratando o mundo social, contos publicados por articulistas dos principais jornais, relatos de viajantes e toda uma pesquisa iconográfica dão suporte aos cenários, para melhor compreensão de cada fato relatado.

Os jornalistas humoristas e escritores que observam criticamente o desenvolvimento tecnológico e o contexto social ajudam a construir o pano de fundo de uma viagem no tempo. Nesse referencial empírico é encontrada a falta de trabalho remunerado, a globalização em seus primeiros passos. Há necessidade de qualificação; inovações tecnológicas trazidas para o Brasil provocam reações sociais. As relações de trabalho criadas pelo capitalismo manifestam-se no comércio com regras e exigências próprias.

Os textos extraídos de anúncios, crônicas, noticiários de jornais conservam a grafia da época e mesmo erros de impressão ou gramática apresentados nesse material são preservados. As peças iconográficas incluídas no cenário entram como testemunhos dos fenômenos sociais estudados e não como simples ilustrações para o texto.

Uma questão é mister: mudaram as relações capital trabalho ou os processos de comunicação da aldeia global permitem, hoje, acompanhar em toda parte esse movimento? A história é construída pelas transformações que o homem cria pelo trabalho. O que não se perde de vista é que o homem, no seu fazer, no vir a ser, faz sua vida com o trabalho. Sua forma de ser é o trabalho. Compreender o trabalho pretérito e as manifestações de seu tempo, em novas técnicas, ferramentas, máquinas, máquinas-ferramentas e tudo o mais que possa constituir um artefato para a produção como homem, é procurado para a elaboração do cenário. A técnica sempre será apenas produto do trabalho do homem – produto social: o próprio homem fazendo sua história.

As perguntas não mudam: (i) o emprego será substituído pelo trabalho ou pela ocupação?; (ii) como vão ficar os excluídos?; (iii) será a volta à barbárie?; (iv) se o homem continua livre para vender sua força de trabalho, haverá ainda quem queira comprá-la? Essas perguntas o homem faz diante das incertezas desde o século passado. Elas são registradas pelos cronistas, contistas, jornalistas, anúncios e charges. Muitas continuam sendo repetidas sem respostas.

Busca-se compreender que, no século XIX, o trabalho assalariado invade o mundo a partir da Europa. Procura-se a razão do modo de produção capitalista expressa em formas como “satisfação do cliente”, “qualidade do produto”, “empregabilidade”, “sobrevivência dos mais aptos” e outros jargões conhecidos e usados não só pela mídia como também pelos livros de administração.

Ramos, nessa perspectiva, auxilia com sua teoria sobre “redução sociológica”,<sup>5</sup> ajuda no entendimento de pressupostos de natureza histórica: objetos e fatos da realidade social como sistemática dotada de sentido têm considerações sobre a

própria vida humana. A assimilação passiva de produtos científicos importados encontra em Ramos (1965), particularmente na “redução sociológica”, um procedimento valioso para análise e assimilação desses produtos no Brasil.

Por seu lado, Cornelius Castoriades ensina que o objeto não é coisa alguma fora do conjunto técnico ao qual pertence. Tampouco é algo fora das desteridades corporais e mentais (que não são absolutamente evidentes nem automaticamente induzidas pela simples existência do objeto) que condicionam a sua utilização (Castoriades, 1997, vol.1).

Pierre Lévy (1997) facilita a reflexão sobre a tecnologia como coisa do homem, feita pelo seu trabalho. Não deixa margem para incursões sobre discussões que têm o “impacto” tecnológico, ou o uso “perverso pelo capitalista” dessa ou daquela tecnologia. As configurações técnicas revelam, segundo Lévy, a sociedade que as produz. Cada época elabora sua tecnologia, fruto de certas relações humanas.

O convite, a partir do primeiro cenário, centra a atenção em como a técnica está sempre associada a um contexto social mais amplo, em parte determinando esse contexto, mas, também, sendo determinada por ele. Os fenômenos que aconteceram no final do século passado trazem as mesmas e indagações sobre o futuro do homem e do trabalho. Deste ponto de vista, Lévy afirma que [...] *a técnica torna-se uma dimensão a mais, uma parte do conjunto do jogo coletivo, aquela na qual desenham-se as conexões físicas do mundo humano com o universo* (Lévy, 1997:5-3).

## **O desenvolvimento dos capítulos**

O **capítulo 1** desenvolve os pressupostos básicos para a construção dos cenários. O **capítulo 2** discute o modo de produção capitalista e a necessidade sistêmica de apropriar tecnologia em busca de produtividade, fazendo declinar a necessidade da venda da força de trabalho. No **capítulo 3** é analisada a força de trabalho escravo, forma que o capitalismo encontrou para acumular na colônias. Dois momentos se distinguem: o primeiro, em que o alvorecer do capitalismo exige a

manutenção de áreas coloniais e seu modo de produção escravista; e o segundo momento, quando o próprio desenvolvimento capitalista exige a suspensão do tráfico negreiro. Nesse cenário, é discutida a acumulação, o desemprego e as formas de trabalho remuneradas necessárias às relações de produção capitalista propriamente dita. No **capítulo 4**, são apresentadas profissões que estão surgindo e desaparecendo ao sabor do uso de novos produtos e tecnologias inovadoras que modificam costumes, hábitos e cultura da época. São descritas profissões e serviços que desapareceram com a mudança do modo de produção e o temor da barbárie devido a hordas de escravos libertos ocupando as cidades. Novos costumes e modismos criados pela chegada de mercadorias alteram a vida em todos os sentidos. Esse capítulo mostra, ainda, a discriminação da mulher limitada às oportunidades de trabalho fora das lides domésticas. O **capítulo 5** retrata o cenário em que Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, importa homens livres para utilizá-los no processo industrial. Mauá adquire o estaleiro da Ponta D'Areia e fabrica navios misturando mão-de-obra escrava e trabalho comprado de homens livres para competir com os ingleses. Examina, também, os aspectos do cenário que estão centrados no "Encilhamento", na tentativa do ministro da Fazenda, Rui Barbosa, de obter fundos para a industrialização a partir da venda de títulos e autorização de emissão de moeda por bancos privados. A ilusão de se obter renda sem necessidade de produzir mercadoria gera o primeiro grande escândalo e conduz à ruína milhares de incautos aplicadores na Bolsa. No **capítulo 6** é verificado como a tecnologia faz a substituição do bonde de tração animal pelo bonde elétrico, instalando-se a concorrência entre os dois modos de transporte, tílbur e bonde elétrico. No **capítulo 7** são focalizados os homens em um cenário onde o homem consegue perceber as conseqüências sociais da apropriação de tecnologias substitutivas da força humana de trabalho. O jornalista e escritor Olavo Bilac (1901) vislumbra a "televisão", que denomina de "animatógrafo", algo do futuro. Seu raciocínio toma por base a evolução da fotografia e os aperfeiçoamentos do gramofone. Bilac descreve a substituição de certas profissões devido à introdução de novas tecnologias. Neste tempo, antes da "novela das oito", o folhetim faz a alegria de leitores e ouvintes, que se reúnem emocionados e atentos nas rodas familiares, onde é lido o capítulo da semana. Evidencia o desaparecimento da figura romântica do acendedor de lampião,

substituído inexoravelmente pela iluminação elétrica. Muitos acreditavam, como agora, que seria possível passar de uma tecnologia a outra sem desempregar. É apresentado o cenário mágico: Marconi, diretamente da Itália, ilumina a imagem do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Esse capítulo também mostra o crescimento dos cortiços, o início das favelas construídas com o próprio material dos cortiços, os excluídos das novas possibilidades oferecidas pela tecnologia. A questão da política de ordenação urbana ganha as manchetes, provocada pela implantação da multinacional Companhia de Eletricidade, que se instala na Capital da República. Nesse cenário o bonde elétrico se transforma no “perigo amarelo”. Vive-se o cenário do primeiro passo do homem produzindo tecnologia para fugir do planeta Terra em futuro distante. O homem que deslumbra outros homens, iluminando o monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, acionando um botão na Itália, aciona agora o mecanismo de um robô no planeta Marte, para despertá-lo com um samba. A tecnologia não mais assusta. O que ainda causa medo é saber que no final do século o trabalho assalariado diminui em toda parte do mundo. As **considerações finais** levam o leitor para o mundo de incerteza, onde o homem nunca trata coisa alguma de modo definitivo. As relações sociais, educacionais, a divisão do trabalho alterando-se sem cessar não deixam o homem perceber o movimento geral da história. Impedem-no de perceber que a ciência e sua aplicação tecnológica têm por finalidade a obtenção do lucro (do trabalho gratuito) sobre o manto do progresso e do conforto de todos.

## CAPÍTULO 1



Atualmente, discute-se no quiosque eletrônico por que, em meados do século passado, homens repudiavam o trabalho. Dizem que eles odiavam o trabalho porque tinham escravos. No final do século, homens livres procuram trabalho mas não encontram. Do século passado aos nossos dias, homens lutam contra os que compram a força de trabalho. Máquinas são quebradas. A tecnologia é amaldiçoada. Por mais que se discuta no quiosque, ninguém é capaz de isentar as máquinas de culpa pelo desemprego e pela miséria que lhe são impostos. Há máquina de mais e homem de menos trabalhando, é o que afirmam. Não se pode esperar que nessas conversas o homem consiga compreender que não é a tecnologia que desemprega, que isso é só aparência.

### **1.1 O primeiro cenário: o estado da técnica**

O uso que o capitalista faz da ciência e da tecnologia incorporada na maquinaria é que elimina os postos de trabalho. A ciência é fonte de tecnologia que, convertendo-se em capital fixo, possibilita reduzir o emprego de trabalho vivo e aumentar o volume do capital produzido. Em Marx, o homem do quiosque encontraria toda a questão explicada:

Na medida em que a maquinaria, ademais, se desenvolve com a acumulação da ciência social, da força produtiva em geral, não é no trabalhador mas no capital onde está representado o trabalho geralmente social. [...] Na maquinaria, o saber aparece ao trabalhador como algo alheio e externo, e o trabalho vivo aparece subsumido sob a sua atuação objetivada, independente. O trabalhador aparece como supérfluo, na medida em que sua ação não está condicionada pela necessidade do capital. [...] o processo inteiro da produção, contudo, não aparece como subsumido sob a habilidade direta do trabalhador, mas como aplicação

tecnológica da ciência. Dar à produção um caráter científico é, desde aí, a tendência do capital, e se reduz o trabalho imediato a mero momento desse processo (Marx, 1993:221).

Ao considerar que as invenções se transformam em um ramo de atividade econômica, Marx destaca que a ciência, posta a serviço do capital, passa a ser desenvolvida com o objetivo de ampliar o próprio capital. Nesse caso, embora como trabalho improdutivo, “a produção científica se torna um ramo de atividade econômica” (Marx, 1993:302).

As transformações no Brasil, desde o século passado até os dias atuais, mostram que o aumento do desemprego tem acompanhado a substituição de uma dada tecnologia por outra inovadora. Evidenciam que, dos barões do Brasil Imperial até hoje, a acumulação capitalista supõe desemprego. As novas formas de produção e produção de riqueza não suportam o pleno emprego, a não ser como retórica. No final do século XIX, a vida econômica no Brasil começa a ser inovada por tecnologias trazidas, sobretudo, da Europa.

A implementação de tecnologia que permite maior acumulação é bem-vinda para o capital. Portanto, a adoção dessa ou daquela técnica modifica a demanda relativa de cada fator de produção, como também seu preço e, finalmente, sua parte no produto social.

Assim, o bonde por tração animal é substituído pelo bonde elétrico para atender a demandas do *modo de produção capitalista*. Este último se faz necessário, mas não é para deixar as ruas mais limpas com a retirada dos animais que fazem sujeira urbana durante seu trabalho de tração. Hoje o discurso da necessidade de substituição apelaria para a ecologia.

Feita a substituição, o que fazer com os burros? Seria o caso, por exemplo, de requalificá-los para uma outra atividade? Será possível readquirir maior empregabilidade dos animais, ou a substituição deles é fato inexorável? A tecnologia costuma ser tratada como se não fosse coisa do homem. Como coloca Lévy (1997),

[...] será a tecnologia um autor autônomo, separado da sociedade e da cultura, uma entidade passiva, detonada por um agente exterior? Sustento, ao contrário, que "a técnica" é um ângulo de análise dos sistemas sociotécnicos globais, um ponto de vista que acentua a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independentemente do resto, teria efeitos distintos e agiria por si própria. (Lévy, 1997:5-3).

## 1.2 Homem: ator e autor de sua vida

Os homens ao nascer têm pela frente um *por fazer*, pois não vêm ao mundo prontos e acabados. Para Marx,<sup>6</sup>

[...] eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (Marx, 1998:10-1).

Para se reproduzir como tal, o homem cria sua própria vida. Desse modo, as diferentes visões da realidade ou, mais precisamente, as diversas realidades vistas estão ordenadas historicamente e não justapostas ao acaso. Dito de outra forma, cada momento é qualitativamente insubstituível e representa uma situação que não se reduz a outras nem à sua soma ou combinação. Por outro lado, cada forma histórica pressupõe condições anteriores que contêm, pelo menos potencialmente, novas formas. Isso não significa que o passado determina o presente; este, com todo o pretérito que o antecede, somente torna possível o futuro e também não o determina.

O homem é tanto ator de sua vida como também seu autor, porque tem que inventar; sua vida não lhe é dada feita mas *por fazer*. Isto é, o homem se acha posto no cenário, mas tem que criar seu próprio personagem social e representar, executar, realizar um projeto imaginado. Isso tudo ele faz com seu trabalho.



[...] para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje, como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida. (Marx, 1998:21).

Quando Marx (1998) afirma que o homem é o produto de seu próprio trabalho, ele está dizendo que o homem se *faz pelo trabalho*. A circunstância em que está o homem pode por ele ser modificada, assim como ele próprio se modifica. O ator é o próprio autor de sua vida, do seu *vir a ser, pelo trabalho*. O homem, portanto, é um ser histórico:

A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, segundo a qual os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado. (Marx, 1987:12).

Descobrir se esta ou aquela técnica, nesta ou naquela circunstância, é responsável pelo destino do homem, acreditar que a tecnologia possa ser boa ou má, ou ainda, que seja neutra nas relações dos homens não são o objeto deste trabalho. As relações entre os homens são o ponto de partida. Não se trata de avaliar os "impactos", desta ou daquela técnica mas como *nesse movimento* o homem está criando sua história ao reproduzir-se pelo trabalho. Retornando ao ponto de vista de Lévy,

[...] descobrir o irreversível a que tais usos nos conduziriam, as ocasiões que ela nos permitiria lançar mão e formular os projetos que explorariam as virtualidades de que ela é portadora, de decidir o que faremos com ela. Contudo, acreditar numa total disponibilidade das técnicas e de seu potencial para os indivíduos ou as coletividades pretensamente livres, esclarecidas e racionais, seria acalentar ilusões. Em geral, no instante em que deliberamos sobre os possíveis usos de uma dada tecnologia, os modos operacionais já se acham impostos. Mesmo antes de tomarmos consciência, a dinâmica coletiva cava seus atrativos. Quando nos damos conta, já é

muito tarde [...] enquanto nos interrogamos sobre as tecnologias visíveis e já imersas nos hábitos, outras tecnologias emergem na fronteira nebulosa em que se inventam as idéias, as coisas e as práticas. Essas tecnologias são ainda invisíveis, talvez à véspera da extinção, talvez fadadas ao sucesso. Em tais zonas de indeterminação se desenrola o futuro; grupos de idealizadores obscuros, de apaixonados, de empresários audaciosos tentam com toda a força dar rumo ao porvir. (Lévy, 1997:5-3).

Robison Crusoe, personagem da estória de Daniel Defoe, mesmo antes da chegada do índio Sexta-Feira, não está só em sua ilha deserta. Em cada ferramenta que resgata do barco naufragado moram muitos homens cujo conhecimento e trabalho foram materializados naqueles instrumentos. O trabalho, e só o trabalho, de homens possibilita a Robison sobreviver em condições diferentes das primitivas. Antes de obter as ferramentas, ele faz sua tosca casa de galhos para se proteger das intempéries. Caça e rouba dos ninhos muitos ovos. Encontra-se na mesma situação de outros homens que vivem em condições semelhantes. Depois, busca nos destroços do navio as ferramentas para melhorar a reprodução de sua vida. Muda, assim, a circunstância em que se encontra, pelo trabalho passado. Não cabe a Robison indagar sobre o impacto daquela ciência ligada aos destroços do navio na ilha deserta. Não lhe cabe indagar se isso é um bem ou um mal. O uso das ferramentas garante-lhe a apropriação da ciência contida nos instrumentos para reproduzir sua vida, pelo trabalho, ainda que acredite estar só na ilha.

## Notas da Introdução e do Capítulo 1

(1) Técnica, do grego *technè*, remonta ao verbo *teuchô*, cujo sentido central em Homero é “fabricar”, “produzir”, “construir”; *teucos*, “ferramentas”, “instrumento”, “as armas”.

(2) O pouso da sonda Pathfinder em Marte, em 12 de julho de 1997, e o passeio do veículo-robô Sojourner na superfície do planeta, monitorados de Pasadena (USA), teve a brasileira, a engenheira carioca Jacqueline Lyra, de 35 anos, como membro da equipe.

(3) Assis (1893) se refere aos fatos que estiveram na pauta dos jornais da semana na Capital Federal: o governador do Estado, ainda neste momento florianista, tenente Machado, dissolvera o Tribunal de Relação, “resto da antiga situação”, porque, na verdade, este se pronunciara contra as prisões políticas de alguns republicanos de Blumenau, segundo um dos telegramas contraditórios que a Gazeta de Notícias publicava na mesma data. Assis comenta esse fato: “O governador dissolveu um tribunal; divergem as opiniões no ponto de saber se ele podia ou não fazê-lo. Compreendo a divergência; são questões legais ou constitucionais, e os princípios fizeram-se para isto mesmo, para dividir os homens, já divididos pelas paixões e pelos interesses. Não compreendo, porém, os efeitos do ato. Os telegramas noticiam que o regozijo público e a indignação pública são enormes. O governador é objeto de aclamações e vitupérios. Gargalhadas e ranger de dentes enchem o ar do estado. Essas contradições só o movimento político as poderia fazer aceitar. Convém notar que, a princípio, julguei que era gracejo dos empregados do telégrafo, e gracejo comigo.” (Assis, 1893:224-5).

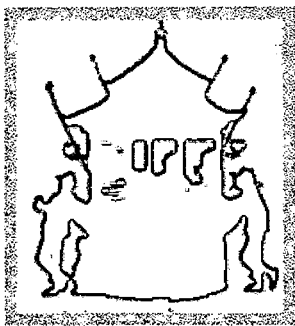
(4) A chegada da Família Real no Rio de Janeiro dá início a grandes modificações das relações Portugal–Brasil. Já em 1º de abril de 1808 é revogado o alvará de 5 de março de 1785, que proibira a instalação de indústria de manufaturas no Brasil. O Brasil ingressa no comércio mundial.

(5) Redução sociológica para Guerreiro Ramos é “método de assimilação crítica” da produção sociológica estrangeira. Redução como atitude parentética, ou seja, como

adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender os condicionamentos circunstanciais.

(6) Sobre as citações de Marx no capítulo e a respeito da dívida pública, vide MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O processo de Produção do Capital. Volume II. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 872-5.

## CAPÍTULO 2



Nas reuniões de fim de tarde nos quiosques da avenida os homens conversam. No papo animado indagam o que será de quem não possui influência para empregar seu filho. Comentam o fechamento do Estaleiro da Ponta d' Areia, que desempregou os imigrantes contratados. Falam dos excluídos da aventura do Barão de Mauá, o primeiro burguês da história do Brasil que não quis comprar escravos e que escolheu contratar homens livres, de acordo com o modelo do capitalismo nascente. No bate-papo, o povo não consegue entender por que os empreendimentos de Mauá estão mudando de nome: sua companhia de iluminação do Rio passa a se denominar *The Rio de Janeiro Gas Company Limited*, sua Companhia de Navegação no Amazonas mudou sua razão social para *Amazon Steam Navigation*. A concessão que possuía para o lançamento do cabo submarino vai servir à *Brazilian Submarine Telegraph Company*, seus esforços para a construção da ferrovia Rio-Minas terminarão pela organização, em outras mãos, da *The Minas and Rio Railway Company*. O noticiário mostra que, enquanto o projeto está em mãos brasileiras, crescem as dificuldades, faltam garantias; e quando passam para a gestão inglesa, milagrosamente acabam as dificuldades, crescem as garantias. A pergunta se impõe no bate-papo de quiosque: será que estamos diante da "mundialização" do capital? Na realidade, Mauá está diante dos princípios imperialistas do governo britânico. Ele não luta somente com a resistência do latifúndio, criada pelos seus representantes e protetores políticos, luta também contra os investimentos ingleses que disputam os serviços públicos urbanos. O povo no quiosque não sabe explicar. Desconfia e declama:

Não se pesca mai de rêde / não se pode mai pescá, / Qui já sube da nutiça / que os inglês comprou o már. (Freyre, 1948:77).

## 2.1 O cenário da acumulação concentrada e o desemprego

Não há dúvida quanto ao caráter escravista do sistema brasileiro de produção, em sua etapa inicial. O capital comercial português e o capital comercial holandês estavam associados na produção e na exportação de açúcar centradas no trabalho escravo. Sem o tráfico negreiro, essa empresa colonial de produção não teria existido. O tráfico é, no início, uma alavanca do avanço capitalista inglês, um complemento de sua expansão manufatureira. No primeiro momento, o alvorecer do capitalismo exige a manutenção da escravidão em áreas coloniais; no segundo instante, o próprio desenvolvimento capitalista exigirá a suspensão do tráfico negreiro.

Foi o tráfico negreiro que estabeleceu os fundamentos da grandeza de Liverpool; para esta cidade ortodoxa, o tráfico de carne humana constituiu todo o método de acumulação primitiva. E até nossos dias, as notabilidades de Liverpool cantaram as virtudes específicas do comércio de escravos “que desenvolve o espírito de empresa até a paixão, forma marinheiros incomparáveis e proporciona dinheiro enormemente. (Marx, 1996:305).

Do Brasil Colônia à Independência, o pouco trabalho remunerado que existe é atividade do comércio como caixeiro. A exigência de alfabetização exclui boa parte dos candidatos à carreira. O emprego público ou a posse de terras são os caminhos para geração de renda. Quem possui terras ou amigos influentes pode obter a indicação para um emprego público. O governo proíbe ao comerciante acesso a cargos públicos. As dificuldades para obter emprego ou trabalho remunerado são difíceis de serem superadas. De modo geral, a sociedade acredita que as dificuldades para se obter trabalho no país devem-se ao monopólio do comércio pelos portugueses. Fora da proteção da Corte não há meios para auferir ganho com trabalho permanente. Só é encontrada oportunidade de trabalho informal, que o carioca denomina *biscate* ou *bico*, quando se trata de um complemento de renda.

Considerados culpados, os comerciantes portugueses são atacados, e confrontos de toda ordem surgem, inclusive com lojas apedrejadas. Como hoje, há que se eleger um culpado por todos os males. Poucos entendem as razões da racionalidade escondidas no *modo de produção capitalista*. Esse é um mistério para ser desvendado ao longo dos próximos capítulos.

## **2.2 Para os melhores empregos, o inglês obrigatório**

As exigências profissionais para o sucesso de um jovem *caixeiro de escritório*,<sup>7</sup> para galgar os postos de elite na carreira no século passado, passam pelo conhecimento de contabilidade, cálculo, redação própria de correspondência comercial, acrescentando-se, ainda, a necessidade do domínio da caligrafia e do inglês para os candidatos ao trabalho nas firmas inglesas de importação e exportação. Está na moda a qualificação e o esforço de requalificação profissional. A papelada burocrática e os registros contábeis são feitos e copiados à mão em grandes livros. Usar esses registros como instrumento de gerência, no caso das empresas inglesas, é tão fundamental como o domínio da língua inglesa. Esses conhecimentos exigem reconhecimento público, obrigando o candidato a um exame de habilitação profissional na *Real Junta de Comércio e Navegação*<sup>8</sup> para obter o registro profissional. A aprovação e respectivo registro da Junta dá direito à isenção de convocação militar e a votar e ser votado, no caso de possuir renda suficiente para candidatar-se.

Entretanto, muito antes de tornar-se um caixeiro de escritório, faz-se necessário ingressar na carreira como caixeiro de fora (função semelhante à de office-boy). Posteriormente, é possível conquistar um lugar como *caixeiro de balcão*. Os caixeiros trabalham sete dias por semana (as lojas abrem nas manhãs de domingo) e não têm horário fixo. A chegada de mercadoria implica horas de trabalho à noite, desembalando e colocando a mercadoria em exposição nas prateleiras, sem nenhum pagamento adicional para o empregado. As pessoas habilitadas ficam livres de se tornar um conscrito das Forças Armadas. A Marinha busca pelas ruas, em bares e lupanares, pessoas desocupadas para servir como

marinheiro. Os que possuem recursos de família para se estabelecer podem se candidatar como boticário. Também podem votar e se candidatar. Para isso, também têm que estudar e se preparar para um exame na *Real Junta de Comércio e Navegação*.

A habilitação é obrigatoriamente exposta ao público em vistosa carta assinada pelo Imperador.

Figura 1 – Carta de boticário



Fonte: Arquivo Central da Cidade do Rio de Janeiro. (Documentação Escrita).

### 2.3 O caixeiro de fora

A descrição do cotidiano de um *caixeiro de fora* feita por Coelho Neto (1911) dá idéia de seu trabalho diário:

O caixeiro começava a sua faina de casa em casa. Entrava até a cozinha bisbilhotando, coscovilhando. Conversava com a criadagem, escrava ou fôrra, dava trela à senhora pondo-a a corrente da vida do quarteirão e, enquanto despejava o que sabia, ia observando, como o Asmodeu de La Sege, e por vê-las à vontade quando saíam do quarto, do desalinho matinal, podia dizer do assedado dos cabelos de Sinhá, da alvura dos braços de Nenê, dos postigos da matrona e, mais indiscretamente, dos ciúmes domésticos que começavam em arrufos no casal



e sempre findavam na surra em que se estorcía a mucama zabaneira. Não se fazia cerimonia com o caixeiro. (Coelho Neto, 1911:51).

Muitas são as profissões que ao longo do tempo desaparecem com a chegada de tecnologia inovadora, indutora de novos hábitos, novo modo de vida, alteração de usos e costumes, que estão registrados nos anúncios dos jornais da época e nas crônicas de escritores e jornalistas. Nas conversas, é lamentado o desaparecimento de antigas profissões, inexoravelmente extintas ou substituídas por outras; o homem do *cisco*, que recolhe o lixo nas casas é substituído pelo lixeiro, cuja carroça poupa-lhe o trabalho de conduzir o cesto carregado à cabeça. O *tigre* que transporta os dejetos das casas para o mar é substituído pelos serviços de esgoto. O leiteiro que conduzia as vacas de porta em porta, por sua vez, é substituído pela carroça com leite, depois que a fabricação de gelo torna-se uma realidade. Essa modalidade de comércio chega até os anos 50 do século XX, com o caminhão no lugar da carroça, conhecidos nos subúrbios do Rio de Janeiro como *vaca leiteira*.

A norte-americana Marguerite Dickins (1893), que percorre por diversas vezes a América do Sul no período de 1886 a 1889, tem livro de cartas publicado sobre o que viu no cotidiano do Rio de Janeiro. Descreve a compra e venda domiciliar do leite.

Em vez de carrinhos de fornecimento de leite, as vacas são conduzidas pelas ruas, cada vaca com o bezerro amarrado ao rabo e com um sino no pescoço. Este anuncia a aproximação e traz os criados para as portas e portões com panelas e jarras e um francesinho que morava perto de nós sempre vinha ver sua vaca e dava bom dia para ela. (Dickins, 1893:44).

Com as transformações,<sup>9</sup> a *negra do bofe*, vendedora ambulante de miúdos de boi que, embora alforriada, permanecia como serva em casas mais abastadas, é substituída pelas carroças de tripas, cuja maneira de chamar atenção é um pau no alto da carroça com tripas secas cheias de ar. Surge daí o nome das bolas de borracha de assoprar, comuns nas festas infantis, as “bexigas”. Com a chegada da iluminação a gás, os hábitos de compra mudam. As lojas ficam abertas até as dez

horas da noite. As compras noturnas e visitas às lojas depois da ceia tornam-se um hábito do carioca. Ao mesmo tempo, na rua do Ouvidor, onde se concentram as principais lojas importadoras, surge a moda do chá das quintas-feiras, oportunidade para as senhoras e moças casadoiras exibirem seus trajes, chapéus e luvas. Tal costume chega até a década de 50 do século XX, com senhoras e jovens desfilando com luvas no clima carioca de 40 graus à sombra.

Coelho Neto<sup>10</sup> descreve inúmeras profissões que tiveram de ceder lugar a novas formas de trabalho.

A minha casa, casa de pobre, era na rua do Costa. Tinha quintal e água dentro e isso era um luxo naquele tempo. Meu quarto, à frente, respirava por uma janela de persianas que me punha em comunicação com a rua, por onde passava um bondinho roceiro de um burro só, que subia para a rua da América. Rodava aos trancos, as enormes carroças de água em pipas e, quase ao mesmo tempo, chegavam à porta o padeiro com o cêsto (e como era bom o cheiro mômno do pão fresco a espalhar-se na casa apetitosamente), o môço do açougue com a carne, o caixeiro da venda com o feixe de lenha e o homem do cisco, sorumbático, nauseabundo, que entrava a correr sem levantar os olhos, ia ao quintal, enchia a cesta e saía ligeiro, como vexado do seu ofício. A quitandeira mina, com o filho enganchado à cinta, parava à porta, oferecendo verdura e frutas; o chim trotava apregoando o peixe, e era “o compadre” de toda gente. [...] E um a um apareciam os tipos costumeiros – a doceira esganiçando louvores ao “arroz-de-leite”, às cocadinhas; os negros do ganho, latagões robustos, a cara retalhada em lanhos, cesta às costas, camizolão sôbre as calças de zuarte, carapuça de baeta; bufarinheiras minas, com cestinhas muito arrebicadas ou enormes conchas de pau cheias de miçangas, figas de Guiné, sabão preto, capim-mimoso, gengibre, contas de leite, favas de cheiro, anéis de lagarto, dentes de feras e de insetos, lagrimas de Nossa Senhora; e a preta da fressura com o sangrento tabuleiro onde se empilhavam corações e bofes, fígados e tripas, todo o desventre das reses. Por fim a tia do angu. (Coelho Neto, 1911:51).

A gradação social existente na época colonial que se manifesta no comércio começa com os escravos que vendem comida ou bugigangas pelas ruas e que, no fim do dia, entregam o ganho aos patrões. Muitos recebem pequenas gorjetas quando o volume da venda agrada.

Outros, usam máscaras de folha-de-flandres para não comer o que está à venda e não lhes pertence. Na escala social, ao lado dos *negros livres*, há também vendedores ambulantes e *mascafes*, quase sempre mulatos ou brancos, que também vendem em tabuleiros, mas que trabalham por conta própria. Mais um degrau nessa hierarquia, encontra-se o taberneiro, proprietário de pequenas vendas nos subúrbios e no interior. Acima, os donos de lojas de pequeno porte, quase sempre ligados ao artesanato, modistas, comerciantes de tecidos, donos de pequenos armazéns de secos e molhados e boticários. A respeito da expressão *secos e molhados*, que chegou até os dias atuais, de acordo com o que se encontra na Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais, escreve o Desembargador José João Teixeira Coelho:

[...] por fazenda seca se entende o que se não come nem bebe, e serve para vestir, e por fazenda de molhados se entende comestíveis, ferro, aço, pólvora e tudo o mais que se não veste. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1852, tomo 15, p.39).

Nessa categoria, estão os pequenos e médios atacadistas, normalmente distribuidores de produtos importados e também, em muitos casos, comprando e vendendo esses produtos. No alto dessa pirâmide, está o comerciante atacadista, que vende para o interior e exterior. Aqui, mais uma vez, faz-se necessária uma qualificação especial, cuja habilitação é dada pela *Junta de Comércio e Navegação* sob o título de *comerciante de grosso*. Para importar e exportar mercadorias é necessário obter registro. As restrições impostas servem para selecionar uns poucos habilitados pela Real Junta Comercial.

Com a chegada da Corte, o Reino é dividido em tarefas, reservando-se aos habitantes da Metrópole o monopólio das principais e mais rendosas, e para o restante da Colônia, outras não tão rendosas e importantes.

Bem cedo, os habitantes da Colônia percebem que lhes é reservado apenas plantar e colher o que a Europa não produz. Esse favor especial para a agricultura brasileira recebe em troca a desistência de tentar cultivar aqui tudo o que Portugal já produz.

## 2.4 Renda sim, trabalho não

A chegada da Corte desloca de Portugal para o Rio de Janeiro cerca de quinze mil cortesãos avessos ao trabalho, mas ávidos de oportunidades de auferir renda. O bloqueio europeu de Napoleão não traz apenas a Família Real e seus súditos. Abre uma oportunidade ímpar para os ingleses. Logo após a chegada da Corte, o Rio de Janeiro é inundado de produtos ingleses, que incluem patins de gelo e trajes pesados para enfrentar um inverno próprio dos países mais frios. Grande parte das mercadorias trazidas pelos ingleses encalha.

Nasce, a partir daí, a necessidade de levar essas mercadorias para o interior. Surge a figura do *mascate viajante*, que interioriza muito da moda da Corte e inova com operações de “aceitar encomenda” para a próxima viagem. Normalmente, os mascates trabalham por conta própria, comprando mercadorias na capital para vender no interior. No entanto, as grandes casas de secos e molhados já contratam viajantes com salário e comissões.

Os comerciantes ingleses, que possuem capital, investem na venda de longo prazo, trocam produtos como fumo e aguardente, para serem levados para Angola, onde valem como moeda importante para todo tipo de troca. Liverpool, e não Lisboa, é a porta de entrada. Começa o desaparecimento do intermediário português. Com seu ocaso, desabam os preços. Assim, os ingleses se firmam no lugar dos portugueses. A Corte chega com os recursos que “retirou” do erário português, mas em curto espaço de tempo o dinheiro acaba.

A partir de então, o Imperador sabe como obter recursos sem necessidade da produção direta de mercadorias. Vende títulos e benesses para captar recursos. Quando essa forma não é mais suficiente, D. João VI resolve criar um remédio para seus males principais: o *Banco do Brasil* (o alvará de 12 de outubro de 1808 cria o Banco do Brasil), que torna mais atrativa a captação de recursos.

O sistema é simples: particulares entram com o ouro e o Imperador com as aplicações. Comendas e privilégios são distribuídos aos que se tornam acionistas e entregam seu ouro e contos de réis para a guarda do Banco. Para se ter idéia da distribuição de títulos, basta saber que, entre 1808 e 1889, mil trezentos e dezoito títulos nobiliárquicos foram concedidos, segundo publicação do Almanaque *Laemmert* de 1889. A captação de depósitos para o Banco com base no sistema de concessão de títulos de nobreza torna-se fator importante no mecanismo de captação de recursos. A finalidade do Banco, segundo registro do Padre Luís Gonçalves dos Santos, é, entre outros fins,

[...] multiplicar as transações mercantis e cambiais, aumentando o giro do Comércio e pondo em atividade rendosa muitos capitais pecuniários antes mortos e improdutivos por falta de emprego útil. (Santos, 1825:20).

Esses acionistas, entre outros privilégios, podem ingressar na profissão de *contratador*. O contratador paga quantidade de dinheiro fixo e tem o direito de arrecadar impostos nas províncias. Em alvará de 15 de julho de 1809, o Príncipe estabelece a necessidade da contribuição para as despesas decorrentes da criação da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

No texto, aparece uma indicação de como se pretende formar os novos profissionais para o comércio. Os primeiros professores, como profissão, são aqueles que ministram *aulas de comércio*:

[...] principalmente para as despesas que for necessário e conveniente fazer-se, já para a construção de uma Praça do Comércio, onde se ajuntem os Comerciantes a tratar das suas transações e empresas mercantis, já para o estabelecimento de Aulas de Comércio, em que se vão destinar aqueles dos meus Vassallos que quiserem entrar nesta útil profissão, instruído-os nos conhecimentos dela. (Alvará de 15 de Julho de 1867, Arquivos da Associação Comercial do Rio de Janeiro).

## 2.5 Influência proporciona renda e permite acumulação

Como criar emprego ou trabalho remunerado? Como acumular nessas condições? Ainda não é com tecnologia e produção de mercadoria. O tráfico de influência política passa a ser um meio adequado para obter dinheiro para realização de obras. A forma mais comum de associar o tráfico de influência aos interesses mercantis é a formação de grupos para a cotização das expedições africanas para compra de escravos. O esquema calcula o valor que deve ser gasto para adquirir equipamento do navio, aguardente, tabaco para utilizar como elemento de troca no escambo e pagar salário aos tripulantes. Estas mercadorias são trocadas por escravos negros, incluindo-se no valor de troca a remuneração do comandante. Esse total é dividido em cotas que são oferecidas às pessoas de posse, resultando em direito de participação do lucro que será auferido. Para os nobres auxiliares do rei que recebem salários baixos na Corte essa é uma oportunidade de renda adicional. Para que criar trabalho remunerado se não há necessidade de comprar a força de trabalho? O sistema de participação em cotas permite o enriquecimento. Navios cada vez mais rápidos e seguros aumentam o tráfico entre a África e o Brasil.

Os grupos de influência que envolvem os traficantes de escravos e os nobres solidificam os interesses dos grupos palacianos, sempre dispostos a oferecer as facilidades necessárias. Grande parte das transações depende de relações na Corte. Cargos que aparentemente foram criados para restringir o tráfico de escravos são disputados com ardor. Nasce a expressão “só para inglês ver”, para explicar a criação de atos governamentais que não são cumpridos. Intrigas e indicações servem para preencher os cargos de maior interesse. O cargo de *chefe de polícia* é um dos mais cobiçados. Trata-se de uma ocupação cuja influência nos negócios cria inúmeros candidatos ao seu exercício.

Uma vez nomeado, o chefe de polícia tem muito trabalho de caráter comercial a fazer. Um bom exemplo está na posse no cargo de chefe de polícia de um membro da família Carneiro Leão, João Rodrigues Pereira de Almeida, representante de um grupo influente.<sup>11</sup> Assim que ele é empossado, passa a defender a construção de

uma estrada para Minas Gerais, embora não tenha ficado explicado como essa estrada poderia facilitar seu trabalho policial.

O discurso oficial aponta para a necessidade de empregar, além de mão-de-obra escrava, os desocupados que já atingem números alarmantes na cidade do Rio de Janeiro.

Aprovada a obra conhecida como a *Estrada da Polícia*, cujo traçado atravessa as terras de seu padrinho político (sesmarias da família Carneiro Leão), João Rodrigues Pereira de Almeida é nomeado deputado da Real Junta de Comércio. Pereira de Almeida consegue a concessão de outra estrada, com o objetivo de facilitar as transações de comércio e alocar mais desocupados.

Nasce, assim, a Estrada de Comércio, que corre em paralelo à Estrada da Polícia e desvia-se rumo às terras de Pereira de Almeida. O que fazer depois? Bem, como era tudo “para inglês ver”, a estrada dá ensejo ao começo da cultura do café nas terras desses senhores, forma de obter trabalho do outro, pelo assalariamento. As possibilidades de trabalho para os não-escravos parecem aumentar com a volta do Imperador e parte da nobreza para Portugal.

## **2.6 O desemprego não precisou da ajuda de tecnologia**

Em 1845 Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, à frente de empreendimento pioneiro, levanta os estaleiros da Companhia Ponta D’Areia, em Niterói. Inicia-se a indústria naval brasileira. A empresa comprada por Mauá tinha como principais trabalhadores *escravos artesãos*. Mauá é obrigado a buscar na Europa (Inglaterra e Polônia) a força de trabalho que será colocada em atividade ao lado da dos escravos, únicos conhecedores na empresa da arte de construir embarcações.

Com esse misto de força de trabalho escravo e trabalho assalariado, Mauá começa a apropriar-se de tecnologia além-mar para incrementar sua acumulação, agora em processo industrial, utilizando como energia não mais a tração humana ou

animal mas a força do vapor. Em 11 anos, o estabelecimento fabrica 72 navios a vapor e a vela.

Destruido por incêndio em 1857 e reconstruido três anos depois, o empreendimento é derrotado por problema mais sério: a lei de 1860, que isenta de impostos a entrada de navios construidos no estrangeiro. A indústria inglesa é beneficiada em detrimento da indústria brasileira nascente.

A luta de Mauá para organizar a produção, sem trabalho escravo, é algo estranho para seus pares. O artesão se forma trabalhando. O Barão, ao colocar homens livres e escravos trabalhando juntos para aprender a profissão, repete o *aprender-fazendo*. Contudo, ele não consegue se livrar do trabalho escravo. As vantagens da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre na produção de mercadorias com apropriação de tecnologia de automação havia sido evidenciada na Inglaterra. Entretanto, embora a automação da produção mostre sua superioridade, é preciso tempo para que se desenvolva no Brasil.

O fato é que Irineu Evangelista de Sousa enfrenta problema maior do que a falta de mão-de-obra qualificada para os novos processos industriais. É preciso que a Colônia consuma produtos manufaturados ao invés de produzi-los.

É o próprio Barão quem narra, em sua *Exposição aos Credores e ao Público*,<sup>12</sup> o que acontece depois do incêndio que destruiu seu estaleiro:

Restaurando-se as officinas com dispendio do mais do dobro da quantia obtida do Estado – achavão-se ellas preparadas para produzir em grande escala os variados productos que alli se manipulão; porém falhárão em sua totalidade as encomendas do governo, e o serviço particular era minimo. [...] Visitando a Europa mais tarde, e observando nessa classe de estabelecimentos o aumento de serviços que dephenhão os *braços mecanicos* – impellidos por força do vapor, resolvi fazer nova tentativa para por em movimento o grande estabelecimento. Vão esforço! O trabalho não acudio, e, concluida uma canhoneira que alli se fabrica por conta do estado, é forçoso fechar as officinas com prejuizo avultado, além daquele que já fõra suportado. (Mauá, 1878:10).



O trabalho de Mauá é a última palavra em tecnologia, mas não consegue salvar o estabelecimento da Ponta D'Areia. Com seu fechamento, desempregou 100 pessoas. O desemprego não teve tempo de ser gerado pela tecnologia apropriada. Foi a política que se ocupou da tarefa de criar o desemprego em massa. Nesse tempo vive o Brasil uma das suas primeiras crises de desemprego. Os críticos do Barão<sup>13</sup> aproveitam para explicar que sua falta de sucesso foi decorrência da não-utilização de mão-de-obra escrava. Na verdade, de nada adiantariam atos de estímulo à produção de mercadoria. Primeiro, devido à franquia ampla do mercado interno à produção externa conquistada pelos ingleses a partir do Decreto de 1810; segundo, porque faltaram relações sociais próprias à produção capitalista industrial.

## **2.7 "Burguês" vira nobre, o Estado cria receitas e trabalho**

Com a saída de cena de D. João, o caminho aberto por ele para captar recursos continua, de modo que a titulação passa definitivamente a representar uma compensação política. No final da Guerra do Paraguai, D. Pedro concede muitos títulos de nobreza, assim como ocorre em 1888, após a libertação dos escravos, quando vários proprietários ressentidos são transformados em barões, embora sem nenhuma grandeza. Os títulos garantem *status*, significam gastos para o adquirente e receitas para o Estado. Nobreza peculiar e diferente essa, que recebe os títulos, mas que paga para usufruir das relações com a Corte e o Imperador. Em um ambiente de aburguesamento, em que a ascensão pessoal é qualidade fundamental, surge uma nobreza que se afirma por seus feitos particulares, inscritos nos brasões, nos títulos e grandezas. Enquanto na Europa é nobre quem nasce como tal, no Brasil a nobreza é título para garantir privilégios individuais.

Paralelamente, a excelência do dinheiro e do capitalista são insuficientes se lhes falta um elemento essencial: trabalhadores livres, cujas vidas só podem ser

reproduzidas pela venda de sua força de trabalho. Esta condição histórica será resolvida com a chegada de milhares de imigrantes europeus que nada possuem a não ser sua capacidade de trabalho e a falta de meios para materializá-la em proveito próprio.

## Notas do Capítulo 2

(7) Caixeiro de escritório, profissão que ficou conhecida como guarda-livros, responsável pelos registros contábeis, mais tarde técnico em contabilidade, contador.

(8) A Real Junta de Comércio e Navegação regulamentava as atividades do comércio, concedendo o registro que habilitava ao trabalho. Ver FRAGOSO, João Luís Roberto. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Com relação ao ingresso nas carreiras de comércio, ver MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio: 173 anos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. Conta a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que na verdade se confunde com a própria história do comércio e do empresariado carioca e brasileiro, iniciada no período colonial.

(9) As condições para o exercício da profissão – como abertura de lojas ou tendas – eram impostas pela Câmara (cargos, licenças, fianças), e a fiscalização dos preços era feita pela Câmara e pelo povo, que tinha direito de acusar os infratores (posturas, correições, acusações). Durante o período colonial, houve a figura do “acusador” que desempenhava o papel de fiscal da sociedade.

(10) Sobre as narrativas de Coelho Neto e sobre as profissões e os pregões cariocas, consultar COELHO NETO, Henrique Maximiliano. *A antiga cidade: palestras da tarde*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

(11) Fernando Cameiro Leão e João Rodrigues Pereira de Almeida apareciam como os maiores traficantes de escravos da época. A partir de 1814, começam a figurar seus negócios nas Cartas Régias que concediam permissão para grandes negócios. Interessante consultar GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822 (uma contribuição ao estudo de estruturação da sociedade da Independência)*. Dissertação (Mestrado na USP). São Paulo: USP, 1978.

(12) Sobre o Barão de Mauá consultar: MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. Exposição aos credores (1878)/Visconde de Mauá. Expressão e Cultura: Rio de Janeiro, 1996. Edição fac-similar do testemunho que o pioneiro empresário Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá (1813-1889) deixou antes da falência. Registra-se que o Barão pagou toda sua dívida e recebeu Carta de Comércio, ou seja, o direito de continuar atuando na praça como empresário.

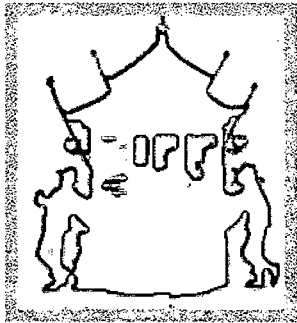
(13) Os livros de História do Brasil registram: estrada construída com capital inglês. Vale conhecer o relato de Mauá. Em sua exposição aos credores, o Barão narra como os ingleses se apropriaram do empreendimento da ferrovia. Mauá mandou realizar os estudos técnicos da ferrovia ligando Santos a São Paulo, organizou a empresa, levantando o capital necessário ao início das obras. Logo, nas palavras do próprio Mauá, "surgiu uma dificuldade imprevista: os agentes financeiros do Brasil, os Srs. N. M. Rothschild & Sons, que haviam anteriormente consentido que sua firma aparecesse no prospecto para dar prestígio à combinação criada, exigiram, então, em pagamento daquela concessão, receber £ 20.000 dos primeiros fundos recolhidos do público e, efetivamente, tendo de Castro consultado o Sr. Penedo e assegurando-lhe este ser o meio de garantir a subscrição, teve de Castro de ceder a mais esta exigência, realizando-se em seguida a subscrição das ações, para o que foi ainda necessário que Mauá e C. subscrevessem 5.000 ações, a firma de Manchester 4.300, e dois íntimos amigos, cada um mil ações, sendo, portanto, a companhia levada ao Stock Exchange sobre meus ombros, e cabendo o benefício pecuniário imediato aos Srs. Rothschild & Sons". Começam as obras e surgem novas dificuldades: os empreiteiros ingleses, Robert Sharp e Filhos, estão às portas da falência, há uma dívida da ordem de £ 200.000; os capitalistas ingleses, conluiados com os empreiteiros, negam os pagamentos feitos por Mauá e cerceiam-lhe o crédito em Londres. Mauá leva a questão aos tribunais brasileiros, ganha na instância superior, mas cumpre-se decisão contrária de instância inferior: é a justiça inglesa que deve decidir; e esta decide, muitos anos depois, pela prescrição, sem entrar no mérito. Mauá deporá a esse respeito:

"Por isso a companhia chicaneou dez anos para impedir a discussão dos fatos no Brasil, onde o ferro em brasa da verdade a esmagava – ao passo que os contratos leoninos, amparados por contratos

fraudulentos na Inglaterra, pelos quais amarravam os empreiteiros, davam-lhe esperança de excluir-me da discussão por não ter tido parte neles, conforme o vigor do direito inglês!"

Além de Exposição aos Credores, vale ver RIBEIRO, Irene de Souza. Um depoimento sobre Mauá. Recordações de sua filha Irene de Souza. *Lanterna Verde*, Rio de Janeiro, n.1, 1924.

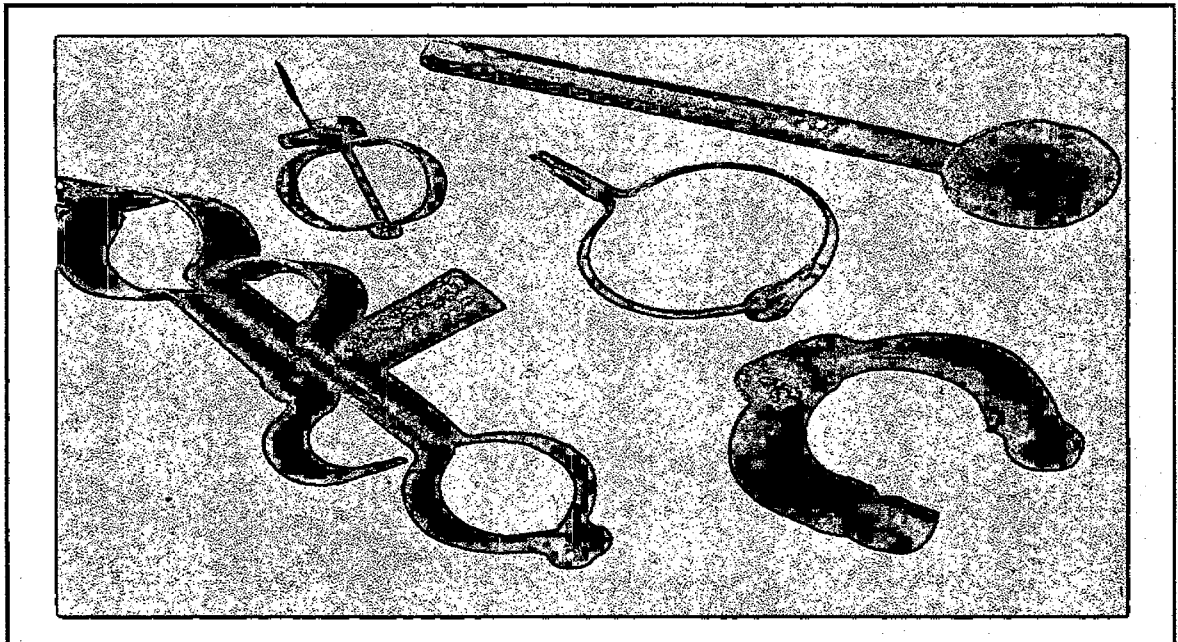
## CAPÍTULO 3



No quiosque, a conversa gira em torno da abolição. Escravo sem o comando do senhor, solto e livre, é motivo de preocupação. A chegada dos estrangeiros para trabalhar também confunde e gera opiniões contraditórias. O governo, dizem, antes de libertar os escravos precisa criar emprego para todos. Não podem deixar os antigos escravos perambulando pelas ruas sem ter tarefas a fazer. Esse é o início da maior parte das conversas do carioca. Todos concordam que o nível de desocupados está aumentando e que a cidade não vai resistir. A abolição dos escravos será a barbárie, já que não foram educados para serem homens livres.

### 3.1 Profissões desaparecem sem volta à barbárie

**Figura 2 – Algemas, gargalheira, palmatória, peia e vira-mundo<sup>14</sup>**



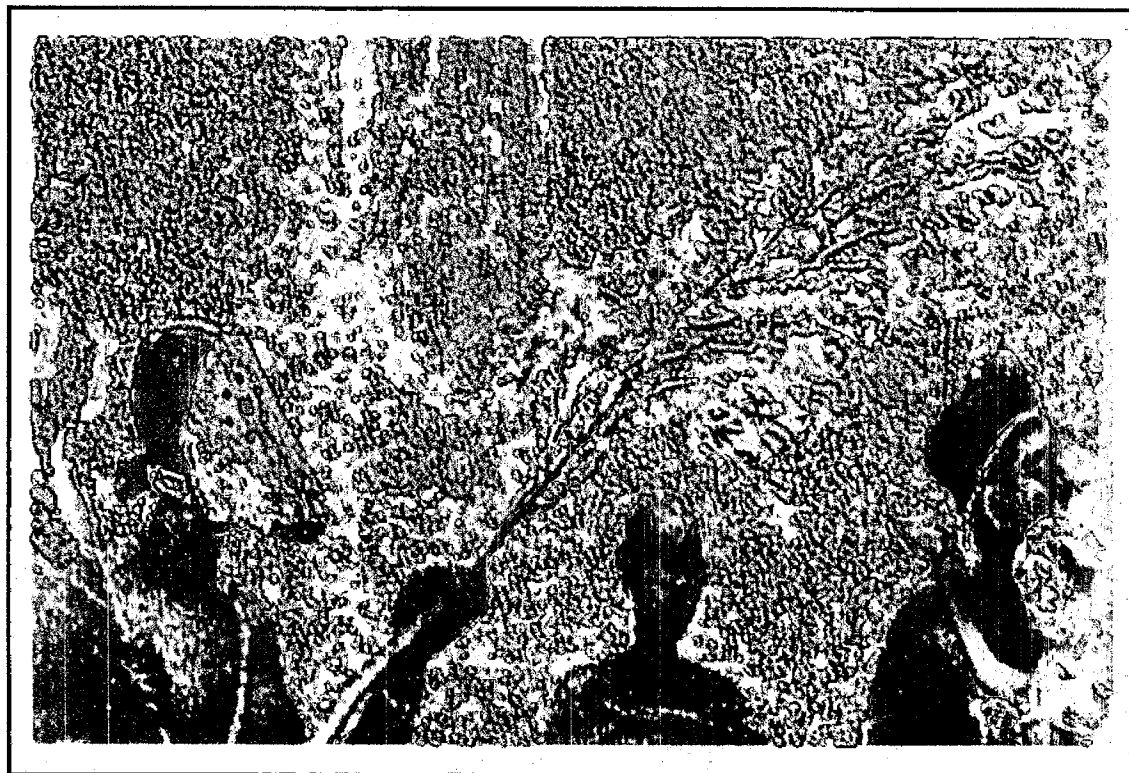
Fonte: Instrumentos de tortura. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

O aparecimento do trabalho livre coincide com o fim da escravidão, sinônimo da industrialização. Muitos, além dos negros, perdem seu trabalho e ficam livres para vender sua força de trabalho em qualquer parte. Mas onde e para quem vender essa força? Assis (1997)<sup>15</sup> é quem melhor elucida esses tempos de agitação social.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também as máscaras de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e sobriedade e honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos das máscaras. O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou a esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. (Assis, 1997:359).

As máscaras impediam o escravo de beber e de comer os produtos que vendia. Consultas iconográficas mostram outros produtos, não citados por Assis (1997), que desaparecem e com eles o trabalho dos produtores artesanais de *algemas*, *gargalheira*, *palmatória*, *peia* e *vira-mundo*.

**Figura 3 – Escravo com Máscara**



Fonte: Editado a partir de Gravura de Debret, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

A carne pode ser salgada, transformada em charque, para facilitar o transporte sem que isso possa constituir-se em industrialização dos países do cone sul. Mais tarde, Portugal pode enlatar sardinha sem que esse processo seja semente de transformações industriais. O "trabalho livre" compreendido como aquele realizado por um trabalhador que não pode ser classificado como escravo, uma vez que não tem dono, precisa de esclarecimento à parte como categoria. Marx (1949) não deixa dúvida sobre a questão de ser assalariado ou não:

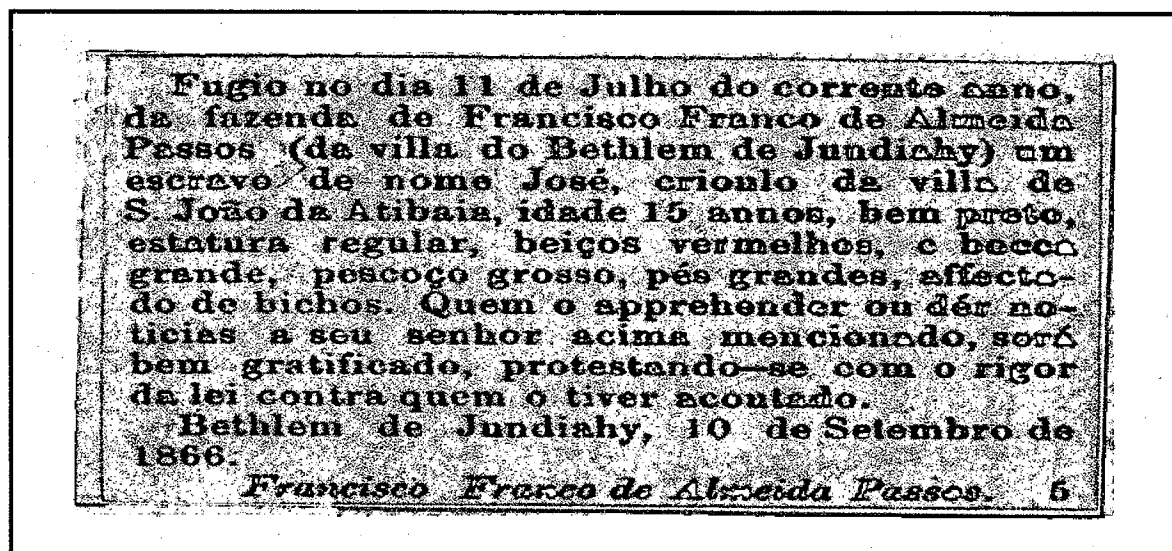
[...] o aparecimento, em formas isoladas e incipientes, de trabalho assalariado está longe de indicar o aparecimento de relações capitalistas de produção. Como o comércio, a moeda, o crédito, o trabalho assalariado é anterior ao capitalismo e, por si só, não define a sua existência. (Marx, 1949:271).

Enquanto isso, a economia escravocrata alimenta profissões como caçador de escravos. Assis (1997), no mesmo conto, descreve a atividade:



Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento de força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem. (Assis, 1997:359).

#### Figura 4 – Anúncio de escravo fugido



Fonte: O Paulistano, setembro, 1866. Arquivo do Estado de São Paulo.

Anúncios de escravos fugidos no século XIX, exibidos em jornais e cartazes escritos à mão e colocados nas tavernas são substituídos por pedidos de força de trabalho: precisa-se de quem saiba vender, quem possa viajar para o interior, quem saiba operar máquina de amassar pão, quem possa consertar campainha elétrica. Mas a sociedade, de maneira geral, continua reclamando não poder viver sem escravos. Os anúncios, aos poucos, são substituídos pelos classificados do tipo “precisa-se de...” e aparecem por toda parte.

O que será do mundo sem o trabalho escravo? Os homens livres pelas ruas causam tensão social. Promessas aos santos padroeiros são feitas para que protejam os indivíduos desses dias de incerteza.

### 3.2 O cenário das profissões: padre, militar ou inspetor

Com a chegada da Corte, os primeiros funcionários do Estado, que se organizam de modo profissional, encontram-se nos setores do fisco, judiciário e militar. Pode-se acrescentar nessa burocracia o clero, que goza de situação especial, tendo relevante participação política.

No setor militar, a burocracia proletária é de grande peso. Nesse estrato, dividem-se serventes e operários. Os que mais se aproximam de uma configuração de classe são os operários, tendo, por isso, mais poder reivindicatório, embora não se tenha registro de movimentos grevistas no Império, sobretudo nos arsenais de Marinha e entre os empregados da Estrada de Ferro Pedro II, onde se concentrava a maioria de operários.

Mesmo não sendo parte da burocracia, a Guarda Nacional dá ocupação para muitos e exerce papel de controladora da população na cooptação dos senhores de terra. Outra gama importante de ocupação é a dos párocos, padres em cujas paróquias eram registrados os nascimentos, batizados e morte dos habitantes. Graças a estas tarefas é possível recuperar informações da época. Os párocos exercem papel relevante na área político-eleitoral.

A Guarda Nacional tem a seu cargo o policiamento local, dividindo esse poder com os delegados e subdelegados inspetores de quarteirão. O oficialato da Guarda Nacional provém das proeminências locais, fazendeiros, comerciantes e capitalistas.

Para o setor privado,<sup>16</sup> dirigem-se os mais habilidosos da população branca, que buscavam escapar das limitações do mundo escravocrata. Do Império à República, reclama-se do parasitismo do funcionalismo, de sua inoperância e do alto custo da máquina burocrática. Nos centros urbanos, a importância da ocupação de um emprego público é maior, e o mecanismo de indicações é denominado “*pistolão*”, e assim chega ao século XX.

Os outros, aqueles que não fazem parte de nenhuma dessas instituições, estão fora do sistema. Enchem as ruas com atividades marginais. Naquele tempo, a população acreditava que a exclusão era culpa da ciência. Não são os teares mecânicos quebrados na Inglaterra apontados como causa do desemprego no setor têxtil? Antes, como agora, ainda existe a crença de que os instrumentos de trabalho são responsáveis pelas misérias humanas. No Brasil, não é diferente.

A indústria, ainda incipiente, não necessita de muitos trabalhadores. Os setores urbanos ocupam, nesta época, cargos na burocracia estatal, elemento importante da intermediação comercial entre o Brasil e a Europa.

A importância do Rio de Janeiro se destaca. As edições do Almanaque Laemmert,<sup>17</sup> por serem um dos poucos meios de se obter notícia do que acontece no Rio de Janeiro, são esperadas curiosamente além da capital. Levam ao leitor o que está acontecendo de novo em moda, nos costumes e no mundo do trabalho. O Almanaque retrata a vida da capital e a chegada de novidades.

Para um passeio na época, basta convidar João do Rio,<sup>18</sup> pseudônimo usado por Paulo Barreto. Esse jornalista, entre outros, faz da crônica uma janela que permite olhar para as transformações que atingem incessantemente as relações sociais, a divisão do trabalho, a extinção de certas profissões,<sup>19</sup> o surgimento de outras e de que forma tais manifestações atingem a vida dos homens. Com o título "Profissões Exóticas", a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro publica, assinada por João do Rio, em 6 agosto de 1904, uma crônica que revela muitas das profissões ao lado de tantas outras socialmente reconhecidas:

- As pequenas profissões!... É curioso!

As profissões ignoradas. Decerto não conheces os trapeiros sabidos, os apanha-rótulos, os selistas, os caçadores, as ledoras de *buena dicha*. Se não fossem o nosso horror, a Diretoria de Higiene e as blagues das revistas de ano, nem os ratoeiros seriam conhecidos.

Mas senhor Deus! É uma infinidade de profissões sem academia! Até parece que não estamos no Rio de Janeiro...

Coitados! Andam todos na dolorosa academia da miséria e, vê tu, até nisso há vocações! Os trapeiros, por exemplo, dividem-se em duas especialidades: a dos trapos limpos e a de todos os trapos. Ainda há os cursos suplementares dos apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo. Alguns envergonham-se de contar a existência esforçada. Outros abundam em pormenores e são um mundo de velhos desiludidos, de mulheres gastas, e garotos e de crianças, filhos de família, que saem, por ordem dos pais, com um saco às costas, para cavar a vida nas horas da limpeza das ruas ” (JOÃO DO RIO, 1997:90-1).

Em nenhuma dessas profissões<sup>20</sup> o trabalhador pode acumular para si mesmo, uma vez que ele apenas é o intermediário de um processo de venda de mercadoria ou da prestação de serviço. Retratando as ruas do Rio de Janeiro, João do Rio mostra o resultado da marginalidade dos desempregados que muito trabalham:

[...] Muito pobre diabo por aí pelas praças parece sem ofício, sem ocupação. Entretanto, coitados! O ofício, as ocupações, não lhes faltam, e honestos, trabalhosos, inglórios, exigindo o fato dos cães e a argúcia dos repórteres. Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. (JOÃO DO RIO, 1997:91-2).

O cronista registra o subemprego, o trabalho precário do aproveitamento das sobras fabris pela reciclagem, pelos restos de produção não aproveitados. A tecnologia ainda insuficiente não consegue evitar o desperdício.

Os trapeiros existem desde que nos possuímos fabricas de papel e fabricas de moveis.. Os primeiros apanham trapos, todos os trapos encontrados nas ruas, remexem o lixo, arrancam da poeira e do esterco os pedaços de pano, que serão em pouco alvo papel; os outros têm o serviço mais especial de procurar panos limpos, trapos em perfeito estado, para vender aos lustradores das fabricas de moveis. As grandes casas desse gênero compram em porção a traparia limpa. (JOÃO DO RIO, 1997:92-3).

Interessante notar que muitas dessas ocupações existem para completar espaço deixado pela deficiência tecnológica. Por exemplo, o tintureiro. Sua existência se deve à falta de qualidade do tecido que, após um período de lavagem, exige um trabalho de tinturaria para mantê-lo como novo. Os tecidos que encolhem dão oportunidade para a costureira “*ajeitar*” ou transformar a vestimenta em nova peça. A indústria têxtil está sedenta de soluções para aprimorar seus produtos, de modo que sejam competitivos. Em breve, o capitalismo brasileiro substituirá esses trabalhadores por máquinas, como na Europa, e não haverá oportunidade para o *ajeitar* individual da costureira.

Também não falta esforço para falsificação, adulteração de mercadorias e comércio ilegal de todos os matizes. Tudo vale quando se trata da obtenção do lucro. O produtor industrial possui selo indicativo de marca e de qualidade do produto. O processo é acompanhado do discurso de exigência de qualidade pelo cliente, sem revelar a racionalidade do *modo de acumulação capitalista*. Isso dá margem a uma forma de trabalho *sui generis*: o *selista*. João do Rio registra no seu levantamento das profissões tal ocupação:

[...] Os selistas não são os mais esquadrinhadores, os agentes sem lucro do desfalque para o cofre público e da falsificação para o burguês incauto. Passam o dia perto das charutarias pesquisando as sarjetas e as calçadas à cata de selos de maços de cigarros e selos com anéis e os rótulos de charutos. Um cento de selos em perfeito estado vende-se por duzentos réis. Os das carteiras de cigarros têm mais um tostão. Os anéis de charutos servem para vender uma marca por outra nas charutarias e são pagos por duzentos réis. Imagina uns cem selistas à cata de selos intactos das carterinhas e dos charutos; avalia em cinco por cento os selos perfeitos de todos os maços de cigarros e de todos os charutos comprados neste país de fumantes; e calcula, após este pequeno trabalho de estatística, em quanto é defraudada a fazenda nacional diariamente só por uma das pequenas profissões ignoradas. (Gazeta de Notícias, 6 de agosto de 1904).

O brasileiro atribui ao monopólio estrangeiro e à burocracia do serviço público a existência de indivíduos ocupados em trabalho marginal. Carvalho (1996), citando

o jornal "O Brasil", em editorial de 1843, aponta os motivos da escassez de emprego:

[...]dificuldades em reduzi-la pela falta de oportunidades ocupacionais na agricultura, pela falta de capitais, e no comércio, pelo monopólio que sobre ele exerciam os estrangeiros. (Carvalho 1996:149).

Na realidade, a indústria nascente ainda não é capaz de comprar a força disponível de trabalho. Quando o assunto é aprofundado, verifica-se que a burocracia tem importância decisiva para gerar ocupação para os setores médios urbanos e para os setores proletários. O governo tem a seu dispor uma gama de oportunidades para silenciar seus inimigos, fazendo deles seus aliados na máquina estatal. Eles têm emprego, mas não trabalham. São apenas nomeados.

[...] a mendicidade envergonhada por ser portadora de diplomas e vestir casacas: são os médicos sem clínica, os advogados sem clientela, os padres sem vigararias, os engenheiros sem empresas, os professores sem discípulos, os escritores sem leitores, os artistas sem públicos, os magistrados sem juizados. (Carvalho, 1996:149).

Talvez venha de então o hábito de esperar pelo governo as soluções dos problemas cotidianos. Na realidade está começando a criação do trabalho assalariado no Brasil. A produção agrária está sendo submetida paulatinamente à industrialização.

### **3.3 A transição do Império para a República: trabalho e ocupações**

No período de transição do Império para a República, o Rio de Janeiro possui mais de quinhentos mil habitantes. Além de ter a maior concentração urbana do país, é a capital política, econômica e cultural. As mudanças que estão ocorrendo em todos os campos são ali sentidas mais do que em outras cidades. Entre 1872 e 1890 a população passa de 266 mil para 522 mil habitantes. O crescimento acelerado resulta na concentração de pessoas sem ocupação fixa.

**Tabela 1 – Crescimento anual da população do Rio de Janeiro, 1872-1906**

Anos	Crescimento (%)
1872-1880	3,84
1880-1890	4,54
1890-1900	3,23
1900-1906	2,91

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL (1908-1912). v. I. p. XVIII.

Surgem trabalhadores em serviços de parcas remunerações e ocupações próximas da ilegalidade. A população masculina é predominante, e o desequilíbrio reflete-se no baixo índice de nupcialidade, registrado na faixa de 26% entre os homens brancos, reduzindo-se para 12,5% entre os negros, em 1890.

A transformação das relações de trabalho encontra obstáculos. Os preconceitos contra o trabalho se impõem. A transição para o assalariamento aparece como o ponto de avanço social capaz de colocar o Brasil em sintonia com o mundo desenvolvido. Contudo,

Fica parecendo que ao trabalho escravo se sucedeu o trabalho assalariado, sem intervalo, tanto no conjunto como nos quadros isolados. E por isso mesmo é que se escreve tanto, e escrevemos aqui, trabalho livre, e não trabalho assalariado, eufemismo que disfarça a transformação, não lhe revelando, entretanto, os traços profundos nesse tipo de trabalho, que sucedeu ao trabalho escravo, não foi de molde a receber o título de assalariado, realmente. Admiti-lo como livre, por outro lado, é apenas atender ao esquecimento da realidade, ou a uma simplificação inadequada. O que ocorreu no Brasil, e em grande escala e em grande extensão, foi a transformação do trabalho escravo em trabalho em servidão, embora tido como livre porque as relações de servidão raramente foram institucionalizadas, raramente se consagraram na lei escrita. (Werneck, 1957:104).

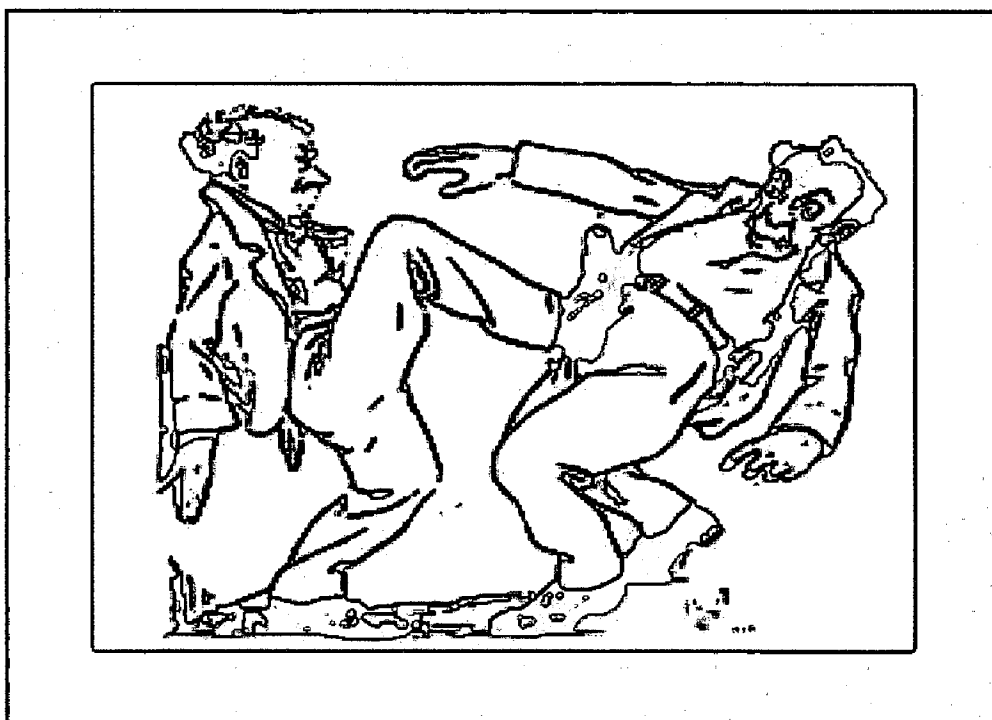
O número de servos e desocupados chega a grandes proporções. Entre os desocupados merecem menção os grupos de capoeiras, moradores da área periférica da cidade. Organizados em grupos, os capoeiras são quase sempre

envolvidos e apontados como transgressores da ordem e dos costumes. Vendem seus serviços aos monarquistas para combater distúrbios de ordem pública, vivem do desenvolvimento de suas habilidades. A capoeira é útil nas batalhas políticas entre os republicanos e monarquistas. Eles fazem arruaças em comícios republicanos, fraudam eleições, batem e até matam por encomenda.

A situação dos capoeiras muda com a proclamação da República. Chega a hora da vingança dos republicanos contra os aliados da monarquia e do avanço industrial. Registros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro indicam, pelo menos, 110 capoeiras presos entre 15 de novembro de 1889 e 13 de janeiro de 1890. Segundo Carvalho (1926), o primeiro chefe de polícia da República envia, sem processo, para a Ilha de Fernando de Noronha, cerca de seiscentos capoeiras.

Em 1890, o novo Código Penal estabelece decreto que proíbe a capoeira. O decreto funciona bem no papel de desarticulador da capoeiragem: os capoeiras saem de cena temporariamente. Reaparecem alguns na Revolta da Vacina, em 1904, e na Revolta da Chibata, em 1910,<sup>21</sup> mas eles não fazem parte do cotidiano das ruas da cidade.

**Figura 5 – Os capoeiras**





O Rio de Janeiro, capital da República, é caixa de ressonância para imitação de usos e costumes pelos outros Estados.<sup>22</sup> O contingente de subempregados e desempregados aumenta com a abolição. A década que precede a Proclamação da República vive o êxodo da região cafeeira para a cidade do Rio de Janeiro.

Aumenta o fluxo de imigração de estrangeiros portugueses, alemães e até de suíços. São Paulo recebe grande contingente de italianos e japoneses, enquanto outros Estados recebem alemães, italianos e poloneses, como acontece no Sul do país. As pressões por melhoria da qualidade de vida ocupam o noticiário, e as charges e caricaturas registram esse movimento. O saneamento, a higiene e, mais tarde, a vacina são recebidos com forte reação por parte da população, que consegue até o apoio dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha.

Os problemas de abastecimento de água, saneamento e higiene começam a surgir como preocupação do carioca. Epidemias de varíola e febre amarela concorrem com a malária e a tuberculose, atingindo taxas altas de mortalidade. Em 1891, cerca de 52 pessoas morrem em cada mil habitantes.

A constituição do trabalho livre no Brasil<sup>23</sup> provoca profundas alterações sociais e se faz às custas de um duplo movimento: da libertação dos escravos e de sua marginalização, em benefício do trabalhador branco, sobretudo vindo da Europa, considerado adequado ao assalariamento.

Esse processo é acompanhado por mutações que resultam na reorganização do trabalho, antes mesmo da configuração de relações sociais próprias do capitalismo industrial. Hábitos, costumes, culturas locais cedem lugar às novidades, formas que delineiam o desenvolvimento de forças produtivas necessárias à relação capital e trabalho que invade o mundo.

### Notas do Capítulo 3

(14) Gargalheira, coleira de ferro ou madeira, com que se prendiam, para castigar os escravos (Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse). Palmatória, pedaço de madeira com vários buracos utilizado para castigar, batendo na palma das mãos da vítima. Foi utilizada também nas escolas até o início do século atual. Peia, correia, chicote (Dicionário Caldas Aulete). Vira-mundo, aparelho com que eram castigados os escravos, pesado grilhão de ferro (Dicionário Caldas Aulete).

(15) ASSIS, Machado de. *Pai contra mãe. Seus Trinta Melhores Contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Ver: SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991. No livro é mostrado, de maneira semelhante a usada por Machado em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, como um certo modo de composição cria o cenário que, a contraponto da voz narrativa, revela as contradições da sociedade brasileira oitocentista, onde um liberalismo importado e de fachada convivia com o regime escravocrata.

(16) Ver, para melhor entendimento do setor privado, sobre a renda auferida com a escravidão: STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p.161).

(17) Os almanaques como o *Almanaque Laemmert*, coletânea de variedades da época, chegaram até nossos dias como veículo de publicidade. A livraria *Laemmert* editava o Almanaque e lançou em 1902 "Os Sertões", o clássico de Euclides da Cunha. A livraria foi ponto de encontro concorrido na rua do Ouvidor. O *Almanach Illustrado do Occidente*, para 1887, de Raphael Bordallo Pinheiro, português, artista caricaturista, também teve fama no período. A Revista Kosmos publica relatos de viajantes, tipo de leitura muito apreciada. Os trabalhos de Moreira de Azevedo, Felix Ferreira, Ferreira da Rosa, Morales de los Rios, Pizarro de Araújo também eram publicados pela revista. Há pouco tempo, o mais popular foi o Almanaque do Biotônico Fontoura, distribuído nas farmácias gratuitamente. Hoje, com o mesmo estilo, temos o Almanaque Abril. Com o nome de almanaque, mas com outro sentido, circulam os de história em quadrinhos.

(18) As crônicas de João do Rio são encontradas em ANTELO, Raúl (Org.). *Alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

(19) Estudo demográfico da cidade do Rio de Janeiro com indicações das profissões existentes pode ser encontrado em ADAMO, Samuel. *The broken promise: race, health, and justice in Rio de Janeiro, 1890-1940*. Tese (Doutorado – Universidade de New México), 1983.

(20) Sobre profissões e ocupações não definidas ver LEITE, Miriam Moreira. *Livros de viagem: 1803/1900*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Importante trabalho de pesquisa a partir de textos e ilustrações feitas por viajantes.

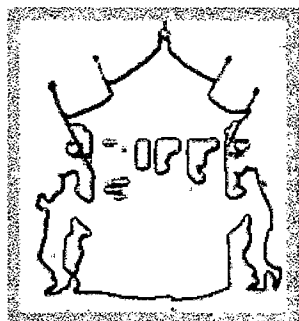
(21) Rio de Janeiro, Capital Federal, ano de 1904. O povo amotinado levanta barricadas. Bondes são depredados e incendiados. Lojas saqueadas. O episódio fica conhecido como a Revolta da Vacina. A Revolta da Chibata foi uma rebelião dos marinheiros contra o uso de chibata para castigar os faltosos. O Rio de Janeiro é uma cidade com ruelas estreitas, sujas, cheia de cortiços, onde se amontoa a população pobre. A falta de saneamento básico e as condições de higiene fazem da cidade um foco de epidemias, principalmente febre amarela, varíola e peste. Em 1895, ao atracar no Rio de Janeiro, o navio italiano Lombardia perdeu 234 de seus 337 tripulantes, mortos por febre amarela. SEVCENKO, Viaje direto para Argentina sem passar pelos perigosos focos de epidemias do Brasil. 1998. Com esta propaganda, uma companhia de viagem européia tranquilizava seus clientes no início do século.

(22) As festas eram violentas. No século passado, as principais cidades portuárias brasileiras, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, eram um aglomerado barulhento de gente. Era comum a figura do “escravo de ganho”, aquele que tinha permissão de vender ou prestar serviços na rua e, em troca, dar uma porcentagem do dinheiro que obtivesse ao seu senhor. Sem outra coisa a oferecer senão a força física para carregar móveis, mercadorias e dejetos, muitos faziam ponto perto do porto. Não demorou para que esses grupos se organizassem sob a chefia de algum valente chamado de “capitão”, que era exímio em capoeira. Segundo o historiador carioca Carlos Eugênio Líbano Soares, que examinou o registro de prisões de escravos do século XIX, os anos entre a chegada da Família Real, em 1808, e a abdicação do primeiro imperador, em 1831, foram marcados pelo “terror da capoeira” no Rio de Janeiro. Para o corrupto sistema partidário da época, foi a ferramenta ideal de campanha. Foi assim que os nagoas e os guaiamus, gangues

cariocas, se ligaram, respectivamente, ao partido Conservador e ao Liberal, transformando-se no braço armado das disputas políticas do Rio de Janeiro. Até então, a lei punia a capoeiragem com sentenças de até 300 açoites e o calabouço. O auge da repressão foi em 1890, quando ficou instituída a deportação dos capoeiras do Rio para a ilha de Fernando de Noronha.

(23) Estavam excluídos da vida política escravos – que a primeira Constituição não considerava nem brasileiros, nem cidadãos –, artesãos, empregados do comércio e pequenos funcionários; estavam excluídos da participação política os cidadãos ativos, os que trabalhavam, os que tinham renda anual inferior ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca. Os eleitores de segundo grau, que escolhiam os senadores e deputados, deveriam ter renda superior ao valor de 250 alqueires; os deputados, a 500 alqueires, os senadores, a 1.000 alqueires. (PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Martins, 1965, p.177).

## CAPÍTULO 4



As conversas nos quiosques do Rio de Janeiro têm por tema a praga tecnológica que está mudando os costumes e tirando o pão de famílias que vivem, há muito tempo, da produção e da venda do aluá, um refrigerante à base de milho cozido em água a que se junta o mel. Agora, estão todos abandonados, sem ninguém que possa remediar a situação. Em lugar do ambulante vendedor de aluá, que trabalha para si, fica o sorveteiro que trabalha para outro, imortalizando em seu canto mais um pregão carioca: *"Sorvete, Sinhá, é de coco, coco da Bahia"*.

No bate-papo muitos são os que indagam e não conseguem respostas sobre o que será da ama de leite com a chegada do leite em pó. Mas, pior do que isso, são as máquinas de amassar pão que não precisam mais do padeiro. O último a chegar à roda de bate-papo lamenta a importação de gelo, pois chega contando: "imagine o senhor que toda minha família vivia da venda de aluá". Agora, o povo só quer sorvete. Qual será o fim disso? Pergunta, retirando-se da roda sem esperar pela resposta.

### **4.1 O cenário da substituição de profissões: troque sua ama de leite pela Farinha Nestlé**

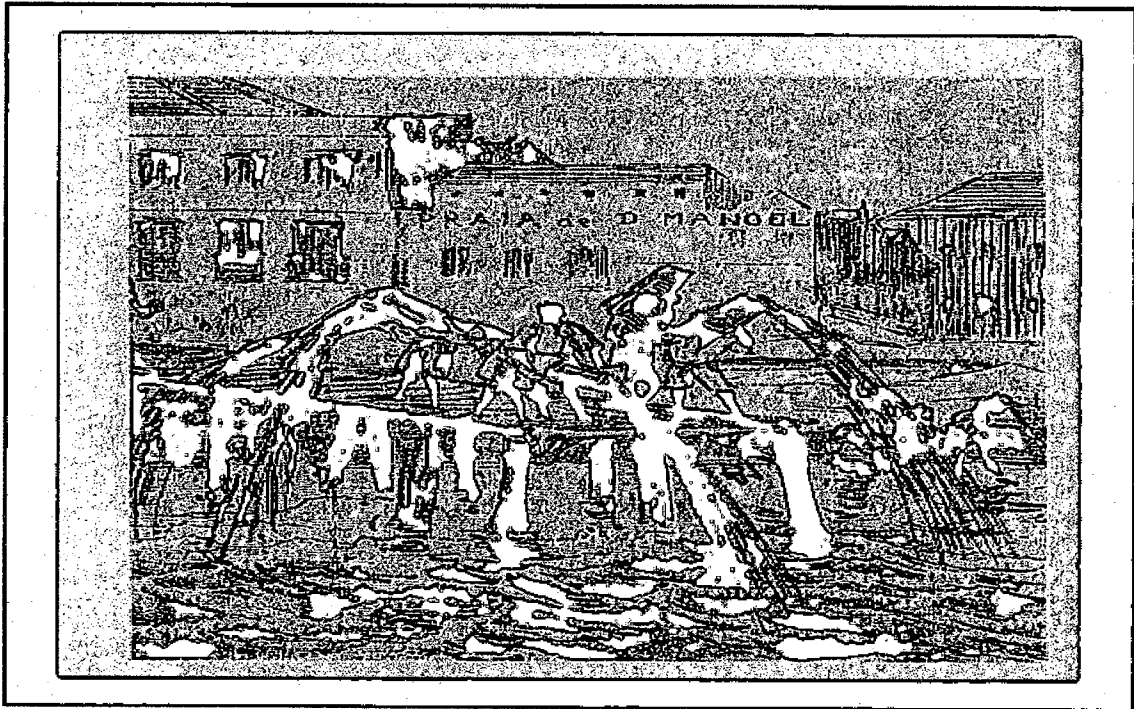
Gradativamente, no Brasil, mesmo antes da chegada da industrialização em larga escala, as profissões vão sendo substituídas pela adoção de tecnologias inovadoras. O desemprego no comércio e a falta de ocupação capaz de gerar renda escasseiam. Novos produtos substituem os existentes, tornam estes

obsoletos, deixando-os de fora do mercado, assim como seus produtores. Jornais e revistas da época fornecem indícios desse processo.

As profissões, o comércio, o artesanato, as inúmeras formas de ocupação, o trabalho e a renda podem ter seu perfil recuperado a partir dos jornais e revistas da época, em cujos anúncios e artigos o assunto é tratado. A figura do *contratador* é um exemplo das novas atividades de trabalho importadas da Metrópole. Não estando sempre as autoridades aptas a promover a coleta do imposto, sobretudo no caso do peixe, cujo tributo é pago sobre o peixe *in natura*, procede-se periodicamente a uma espécie de leilão em que o direito de arrecadar o tributo é transferido ao licitante que maior soma possa oferecer. O contratador paga aos cofres públicos a importância estipulada e cuida de obter o máximo lucro possível cobrando com implacável rigor e, muitas vezes, com feroz opressão os impostos dos contribuintes. O regime dos contratos é praticado não só para a coleta de determinados impostos, mas também para outros propósitos, a fim de simplificar a administração. Trata-se, pois, de um processo de terceirização semelhante aos praticados neste século. Entre outros, há no Rio de Janeiro o *contrato das baleias*, o qual, mediante uma contribuição anual, concede a um particular o monopólio da pesca e da exploração industrial dos cetáceos, presentes em abundância na Baía de Guanabara. O *contrato do sal* é de outro tipo: um indivíduo arremata o privilégio de vender o sal ao público, gênero de direito real, que, por isso, não pode ser extraído por particulares dos mares da Colônia. Só é permitido o consumo de sal vindo da Metrópole, importado pela Fazenda Real.

Os chamados *pombeiros*<sup>24</sup> dominam o comércio do peixe, semelhante às feiras ambulantes modernas, que contam com caminhões e caminhonetes-frigorífico. Entretanto, eles não resistirão ao conforto climatizado dos supermercados.

**Figura 6 – Os tigres**



Fonte: A Semana Ilustrada (Novembro, 1861).

Existem ainda os tigres, negros de aluguel que se incumbem de levar os dejetos humanos das residências para jogar no mar, e as negras quitadeiras, que fazem doces e vendem nas ruas ou de porta em porta. Esse tipo de trabalho escravo assume, no Rio de Janeiro, particularidades especiais como, por exemplo, a figura do negro de ganho. Charles Ribeyrolles<sup>25</sup> registra:

Há no Rio de Janeiro proprietários que mantêm no ganho até trezentos escravos, e cada noite aferrolham tranqüilamente até um rendimento de lista civil. Porque não compraram a ferramenta, o instrumento: o escravo. Carne, suor e sangue, tudo lhes pertence. No entanto, são católicos, membros de varias irmandades, acompanham as procissões, tocha na mão, visitam as igrejas e fazem a sua páscoa. Santos homens! A Segunda divisão do povo negro, no Rio de Janeiro, constitui a classe numerosa dos criados de aluguel. Abri os jornais, lede os anúncios. Os *aluga-se*, *precisa-se*, fervilham. Predomina o *aluga-se*. Aí encontrareis domésticos de mesa ou de quarto, trabalhadores, amas de crianças, lavadeiras, mucamas, cozinheiros, moços de cozinha, pajens. Há de tudo, para tôdas as necessidades, nestas tabuletas mercantis que choram, muita vez, na primeira página, sobre as desgraças sagradas da Itália ou da Polônia. É uma lista detalhada de todas as funções servis, como nunca existiu nos arquivos da velha Roma. Ó Guttemberg, filho de Prometeu, estais feito arrolador! Sapateiros,

alfaiates, funileiros, pedreiros, pequenos industriais e fabricantes que não podem adquirir o instrumento negro, alugam-no e lhe pagam os serviços. Para quem os salários dêsses obreiros e empregados? Para os senhores, integralmente. Compete a renda aquele que possui imóvel, a propriedade, a *coisa*. (Ribeyrolles, 1859:145).

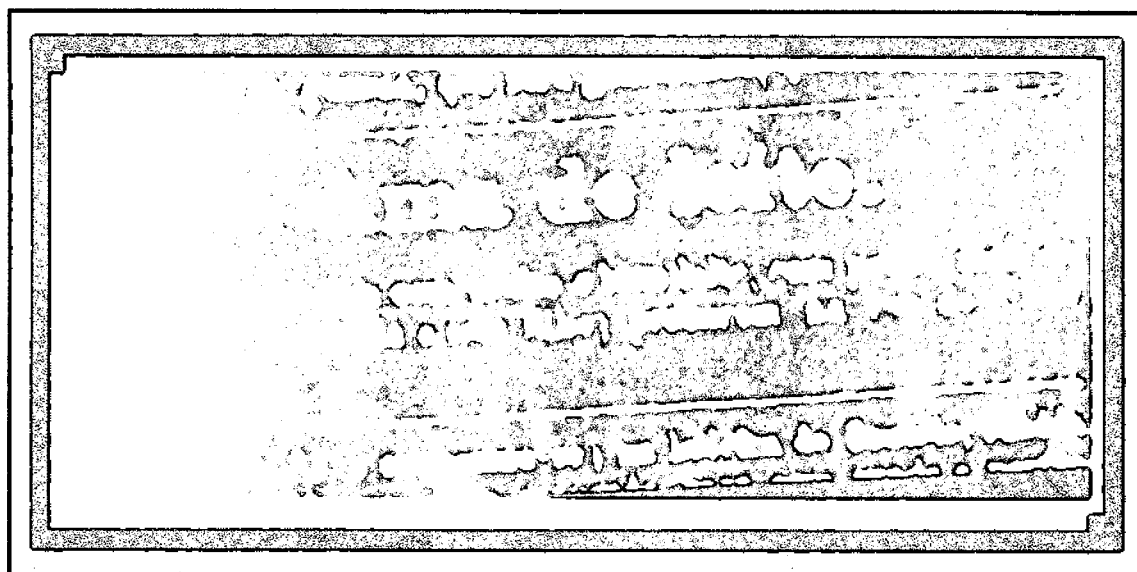
Veza por outra, autores desejando minimizar os efeitos sociais da escravidão no Brasil apresentam o caso do negro de ganho como coisa diferente, como treinamento da mão-de-obra necessária à transição para o trabalho livre. O ponto central é que o valor recebido pelo escravo ao ganho, sem dúvida, não é salário. Primeiramente, não pode usufruir dele em sua totalidade e, tampouco, por outro lado, essa relação evidencia uma lógica que não lhe é própria, mas sim de uma outra forma de relação social, fundada na compra da força de trabalho que emerge no Brasil. A propriedade do homem pelo homem, pressuposto da escravidão, não é imune ao movimento constatado por Marx (1973):

[...] a força de trabalho só pode aparecer no mercado como uma mercadoria, sempre e quando seja oferecida e vendida como uma mercadoria por seu próprio possuidor, isto é, pela pessoa a quem pertence. Para que esse possuidor possa vendê-la como uma mercadoria é necessário que disponha dela, isto é, que seja livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. (Marx, 1973:21).

Algumas das atividades saem de cena para surgir muitas décadas à frente como coisa nova. Outros tipos de trabalho desaparecem para sempre, substituídos pelo avanço tecnológico. Assim acontece com a ama de leite de aluguel. A libertação dos escravos apenas contribui para seu desaparecimento, mas não é sua principal causa. Ao final da década de 1870, a Farinha Láctea Nestlé inicia uma grande campanha a favor do leite em pó no Brasil.



**Figura 7 – Aluga-se: ama de leite**



Fonte: Jornal do Comércio, abril de 1852.

O anúncio do Correio Paulistano<sup>26</sup> de 4 de abril de 1874 apregoa as vantagens do leite em pó:

A escassez da ama sadia e babá o seu preço elevado tem tornado a introdução da farinha láctea Nestlé um verdadeiro benefício para o Brasil. Hoje uma mãe pode ter a satisfação de criar seu filho com o leite se tiver pouco, sem risco de enfraquecer nem sofrer sua saúde. (Correio Paulistano, 4 de abril de 1874).

O trabalho como ama de leite e a geração de renda a partir do aluguel dessas mulheres por famílias abastadas que podem pagar o preço desses serviços começam a escassear. Novos hábitos de higiene são apregoados por anúncios de leite em pó. Mesmo assim, por muito tempo, a propaganda da Farinha Nestlé e do aluguel de ama de leite convivem nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O quadro vai sendo alterado à medida que novos produtos, novos hábitos, processos e modismos começam a aportar. Na Europa, sobretudo na Inglaterra, o capitalismo necessita ser expandido além das fronteiras. Não se verá a palavra “globalização”, mas há necessidade de se impor a outras nações produtos industrializados. O capitalismo cria a produção de riquezas excedentes, o que o

obriga a procurar mercados consumidores. E ao fazê-lo, modifica costumes, hábitos culturais e impõe necessidades.

A chamada modernização não é senão uma necessidade dessa natureza. Não é por acaso que no Brasil bater palmas ou bater nas portas das residências torna-se deselegante, já que no mundo desenvolvido existe um substituto: a campainha elétrica. “Ao Rei dos Mágicos” anuncia no número 116 da rua do Ouvidor no Rio de Janeiro:

Ao Rei dos magicos – fornecedores da casa Imperial. Acha-se nesta cidade um agente da Casa ao rei dos magicos de propriedade dos srs. Ribeiro Chaves & Comp., na côrte, com o fim de assentar as afamadas campainhas Electricas da referida casa, as quais oferecem maior comodidade em casas particulares, hotéis, fazendas, hospitais e estabelecimentos públicos. Estas campainhas têm a propriedade de chamar e responder conforme os signaes convencionados. Quem precisar deste grande melhoramento, geralmente adoptado na côrte, pode dirigir-se ao HOTEL EUROPA, rua da Imperatriz. S. Paulo. (Correio Paulistano, 4 de abril de 1874).

Embora quase não haja vestígio, muitos são os produtos substituídos pela campainha elétrica. Nas portas das casas da época, há um objeto com formas trabalhadas imitando mãos, badalos de sinos e uma infinidade de criações utilizadas para bater na porta, anunciando a chegada do visitante. Essa produção artesanal cede lugar à campainha elétrica, uma necessidade do progresso sob a alegação que não é de bom tom bater nas portas com badalos de ferro.

#### **4.2 O índice de civilização no Brasil é medido pelo grau de importação de produtos e de serviços**

Os novos produtos industriais, costumes e hábitos passam a ser vistos como progresso necessário para alcançar um grande e almejado *índice de civilização*. Por exemplo, habilitar pessoas que possam dirigir em segurança os novos veículos que alcançam alta velocidade (tílburis e carroças) é alvo das atenções.

Esse assunto chega a ser matéria de destaque nas discussões e nos jornais. A Província de 6 de junho de 1878, sob o título “Índice de Civilização”, noticia:

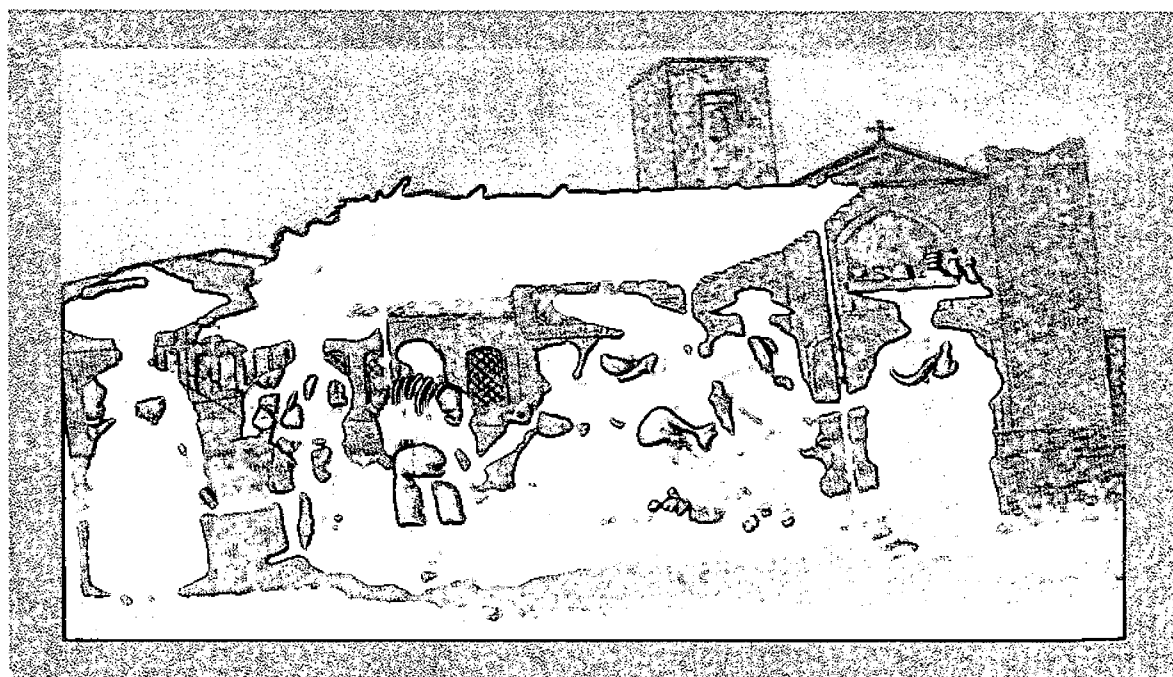
Encontro de veículos. Hontem na rua da Constituição o tilbury nº103 soffreu tão grande pancada de uma carroça, que ficou estragado em diverssos lugares. O senhor chefe de policia tem dado ordens para que cesse o abuso de se confiar o governo de carroças velozes a individuos imprudentes e sem a precisa experiência. (A Província, 6 de junho de 1878, p.1).

Entretanto, as manias e modismos vêm e vão gerando trabalho e renda para seus patrocinadores e contratados. É Bilac (1911) quem registra em suas crônicas “Manias: Café-Cantante” as ondas passageiras desses modismos que logo desaparecem, deixando em seu lugar o desemprego. As atuais casas de boliche, bingos, lojas de jogos eletrônicos que abrem, empregam e desempregam ao sabor do modismo, fazem lembrar o passado.

Nestes últimos dez anos, quantas manias temos visto desabrochar, viçar e morrer, nesta versátil e inconseqüente cidade. Passageiras, precárias manias... ficam tão pouco no coração da cidade, quanto no coração da mulher duram esses amores, que parecem eternos, e são, afinal, mais fracos do que a vida de uma borboleta. [...] A principio tivemos a mania das corridas de cavalos. Lembram-se? As quintas-feiras e aos domingos, abriam-se ao povo três, quatro, cinco prados de corridas. Era uma coisa assombrosa! Todo mundo falava a gíria do desporte. [...] Depois, o *bookmaker* matou o hipódromo; outra mania... O sujeito que apanhava meia dúzia de contos de reis, alugava uma loja da rua do Ouvidor, e começava a aceitar apostas. [...] depois, veio a mania do jogo da pela.<sup>27</sup> Um frontão<sup>28</sup> em cada bairro. Às duas horas da tarde, o povo desertava a Rua do Ouvidor, e ia apinhar-se junto das canchas amplas, em cujo cimento batiam as pelotas leves, e por onde, em saltos felinos, desnudando ao sol os braços peludos, de bíceps inchados, os pelotários iam e vinham, na azáfama da quiniela,<sup>29</sup> surdamente ferindo o solo com os chinelos de trança. [...] Depois surgiu o jogo da bola. Mas apareceu logo o ciclismo. E isso é que foi um delírio. Não houve mancebo que se não adestrasse no dar de pés ao pedal. Moças do tom não hesitaram em vestir pantalonas fofas, sacrificando a compostura e as saias ao gosto de pedalar. E houve até matronas anafadas, carregadas de anos e de tecido graxo, que seguiram o exemplo das raparigas, e cavalgaram velocípedes de duas rodas... Por fim, chegou o “bicho” e matou tudo. Tem sido essa a mania de mais pertinácia no viver” (Bilac, 1911:281).

Nos anúncios dos jornais do período, não é encontrado oferecimento de emprego para mulheres nas tabernas, mercearias, padarias ou lojas (exceto para costureiras).

### Figura 8 – Mulheres quitandeiras



Fonte: Henri Chamberlain, Mercado 1822, Arquivo Nacional.

Um exemplo das dificuldades enfrentadas pela mulher é a vida de Chiquinha Gonzaga,<sup>30</sup> uma mulher separada no século XIX! Pior ainda, desejando trabalhar e viver por conta própria.

Quanto custaria para trabalhar e viver sua vida de modo independente? Chiquinha pagou um preço alto. Foi expulsa de casa por seu pai, que renegou sua paternidade. Ela expressa esse momento de transição brasileira.

## Figura 9 – Trabalho pioneiro



Fonte: Museu da Imagem e do Som.

Com o filho João Gualberto ainda no colo, parte em busca de uma nova vida. Quem sabe, teria oportunidade de seguir seu desejo: tornar-se uma compositora. Sem ter para onde ir, Chiquinha é recebida pelo meio musical carioca liderado pelo compositor Calado. Inicia, então, um convívio fundamental para sua futura formação. Calado convida-a para ser a “pianeira” de seu conjunto Choro Carioca. Chiquinha começa a tocar em bailes e teatros, recebendo dois mil réis por noite.

Chiquinha passou a freqüentar festas e reuniões de chorões, compondo a polca Atraente em 1877, que, editada na véspera de Carnaval, fez um enorme sucesso. Autora da música considerada a primeira do carnaval carioca: "O Abre Alas". (Diniz, 1984:71).

Para os seus contemporâneos, é impossível para uma mulher fazer sucesso e sobreviver de música, mas Chiquinha é pioneira. Após o sucesso da polca Atraente, suas músicas ganham os salões, os teatros e as ruas. Além de regente, é pianeira de grupos de choro e dá aulas de piano, o que garante o seu sustento. A partir de 1885, surgem vários convites para compor e reger operetas e peças do teatro de revista.

Sua popularidade crescia cada vez mais, sendo chamada de "Offenbach de saias". Seus maxixes e polcas eram muito elogiados pela imprensa, o que lhe garantia uma melhor aceitação em diversos meios sociais e o status de maestrina. Chiquinha conquistava assim, através de seu trabalho para teatro, um verdadeiro título honorífico. A condição de maestrina, para ela, era equivalente ao cobiçado anel de doutor." [...] Cada partitura assinada por ela era certeza de sucesso imediato, teatros lotados e muitas edições vendidas. Na récita da peça A Filha do Guedes, por exemplo, "foi muito aplaudida, e recebeu de seus muitos admiradores vários mimos de valor, muitos ramalhetes e uma bonita coroa...". (Diniz, 1984:136).

O trabalho da mulher é marginalizado socialmente. São excluídas de um mercado de trabalho diversificado do ponto de vista de variedade de profissões. Na Inglaterra, o trabalho da mulher propicia mão-de-obra mais barata na indústria. Na Europa, por tradição, educação e costume, as mulheres compõem o contingente daqueles que são compelidos a vender a única coisa que lhes resta: sua capacidade de trabalho.

No Rio de Janeiro, apesar das pressões das políticas governamentais, essas mulheres formam laços de solidariedade e de convivência, marcando suas presenças no espaço público da cidade. Essa presença é relatada nos jornais associada à desordem e à indisciplina. Os discursos jornalísticos denunciam a permanência de mulheres negras e imigrantes pobres portuguesas em tabernas, botequins, cortiços e nas ruas.

A mulher aparece em artigos publicados com o título "A pedidos" com idéias preconceituosas. A Província de São Paulo de 19 de setembro de 1884 é um bom exemplo:

A mulher com o charuto pode ter um exterior lindo e tentador e um interior pessimamente depravado. [...] O amor da mulher como o fumo de charuto pode evaporar-se. É questão de recipiente [...]. (A Província de São Paulo, 19 de setembro de 1884, p.2, A pedidos).

Predomina no Brasil a idéia de que cabe à mulher a missão "sagrada" de conduzir a vida doméstica. Essa temática ocupa espaço em todos os jornais e o quadro só

vai mudar quando o capital sedento de mão-de-obra barata as empregar para fazer funcionar suas fábricas. Nesse momento, encontra na mulher força de trabalho mais barata e mais dócil.

O trabalho da mulher fora do lar não é incentivado. Artigos (muitas vezes de matéria paga) sugerem o trabalho em casa para a mulher e o “relevante” papel de anjo do lar:

A mulher dentro de casa deve saber e entender de tudo o que é útil e preciso à família para assim corresponder à missão de prudência e temura que fazem com que se chame de anjo do lar [...]. (A Província de São Paulo, 2 de março de 1883, p.2, A pedidos).

Além da mulher, a formação de um mercado de trabalho assalariado<sup>31</sup> no comércio passa pela exclusão de negros e negras. Toda coerção feita às *forras* e aos trabalhadores nacionais expressa o projeto de parte da sociedade de substituição de trabalhadores negros pelo imigrante estrangeiro. As diferenças raciais de caráter preconceituoso definem as relações sociais estabelecidas no mercado de trabalho das criadas domésticas. A imagem das negras como mulheres sem compostura e sem moral colocada nos discursos dos jornais é uma constante.

Analisando os anúncios de ofertas de empregos para criadas, amas de leite, cozinheiras e costureiras, observa-se um mercado definido a partir de critérios de gênero, de cor e de nacionalidade.

Pelo critério de gênero, pode-se avaliar que o mercado de trabalho toma por base os serviços de casa, sendo poucas as ofertas de trabalho para mulheres fora do espaço das atividades domésticas. Venda de doces e artesanatos nas ruas desde a escravatura é o trabalho das *negras de ganho*, bem como das quitandeiras, desde a escravidão.

### 4.3 Atividades oferecidas para trabalho remunerado

O mercado de trabalho feminino nos meados do século XIX, como trabalho fora de casa, é uma extensão do espaço doméstico, ou seja, um papel feminino construído historicamente que, naquele momento, define o lugar do trabalho feminino e do trabalho masculino.

O trabalho de mulheres fora de casa não se contrapõe à imagem feminina ligada ao lar. Diferentemente da Europa, onde o trabalho feminino é procurado porque permite a compra da força de trabalho por menores quantias, no Brasil só com a chegada da fábrica, principalmente da indústria têxtil, é que ocorre a contratação de mulheres em larga escala.

**Tabela 2 – Anúncios classificados (1840-1890)**

<b>Trabalho para Mulheres</b>		<b>Trabalho para Homens</b>	
Ama de leite	21	Cabelereiro	3
Ama de crianças	3	Barbeiro	3
Costureira	27	Sapateiro	6
Professora	13	Tanoeiro	3
Cozinheira	28	Caixeiro	6
Lavadeira	3	Médico	12
Criada	65	Advogado	16
Dispenseira	5	Padeiro	7
Trabalho em horta	1	Vendedor	2
Modista	5	Cigarreiro	2
Parteira	3	Dentista	7

Fonte: Jornal A Semana 1840 – 1890.

A tabela 2, composta a partir do exame do Jornal A Semana, no período de 1840 a 1890, evidencia o trabalho da mulher alocado apenas em atividades do lar. As professoras são contratadas para dar aulas na residência de senhores abastados. Começa o debate sobre a necessidade de regulamentar o trabalho doméstico. Os direitos e deveres entram em debate. Assis (1996) diz o que pensa sobre o assunto em sua crônica em “A Gazeta”, do dia 2 de abril de 1893, não deixando de



aproveitar a oportunidade para alfinetar os vereadores que, então, se intitulam intendentes:

O conselho municipal vai regulamentar o serviço doméstico. Já há um projeto, apresentado esta semana pelo Sr. intendente João Lopes, para substituir o que se adiara, e em breve estará, como se diz em: dialeto parlamentar, no tapete da discussão. Não me atribuam nenhuma trapalhice de linguagem, chamando intendente a um membro do conselho municipal. Assim se chamam eles entre si. Podem retrucar que, no tempo das câmaras municipais, os respectivos membros eram vereadores. É verdade; mas, nesse caso, fora melhor ter conservado os nomes antigos, que eram uma tradição popular, uma ligação histórica, e creio até que a intendência que primeiro substituiu a câmara, é menos democrática. Intendência e intendente cheiram a ofício executivo. Mas, seja câmara, intendência ou conselho, vai reformar o serviço doméstico, e desde já tem o meu apoio, embora os balanços da fortuna possam levar-me algum dia a servir, quando menos, o ofício de jardineiro. [...] Enquanto, porém, não me chega o infortúnio, quero o regulamento, que é muito mais a meu favor do que a favor do meu criado. Na parte em que me constrange, não será cumprido, porque eu não vim ao mundo para cumprir uma lei, só porque é lei. Se é lei, traga um pau; se não traz um pau, não é nada. Um exemplo à mão. Qual é a primeira das liberdades, depois da de respirar? É a da circulação, suponho. Pois para que a tenhamos no meio da Rua da Candelária, e no princípio da Alfândega, vulgo Encilhamento, é preciso que andem ali a defendê-la duas praças de cavalaria. [...] “Mas venhamos ao nosso projeto municipal tem coisas excelentes; entre outras, o art. 18, que manda tratar os criados com bondade e caridade. A caridade, posta em regulamento, pode ser de grande eficácia, não só doméstica, mas até pública. Outra disposição que merece nota, é a que respeita aos atestados passados pelo amo em favor dos criados; segundo o regulamento, devem ser conscienciosos. Na crise moral deste fim de século, a decretação da consciência é um grande ato político e filosófico. Pode criar-se assim uma geração capaz de encarar os tremendos problemas do futuro e refazer o caráter humano. Que tenha defeitos, admito. Assim, por exemplo, o art. 19 obriga amo e criado a darem parte à polícia dos seus ajustes, sob pena de pagar o amo trinta mil-réis de multa e de sofrer o criado cinco dias de prisão; – isto é, ao amo tira-se o dinheiro, e ao criado ainda se lhe caça, cama e mesa. É irrisório; mas pode emendar-se. Quando os criados fizerem os regulamentos, não creiam que sejam tão benignos com os amos. A primeira de suas disposições será naturalmente que toda a pessoa que contratar um criado, pagar-lhe-á certa quantia, a título de indenização, pelo incômodo de o tirar de seus lazeres. A segunda proverá à composição de um pequeno dicionário, em que se inscrevam as palavras duras, ou simplesmente imundas, que os

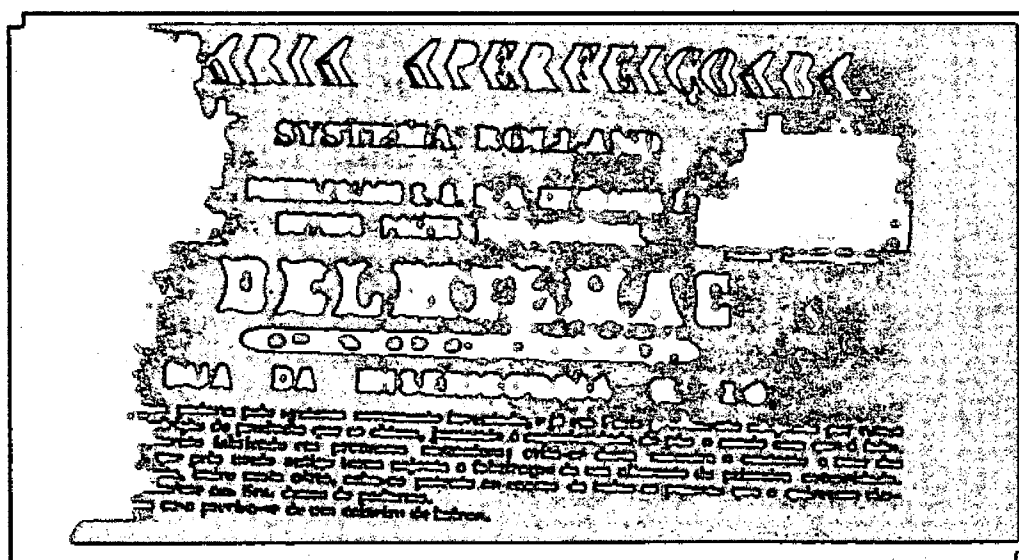
criados poderão dizer aos amos, quando estes achem um copo menos transparente. A terceira definirá os casos em que um gatuno possa perder paulatinamente o vício, servindo a um homem e fumando-lhe os charutos, com tal graduação que, antes de vinte meses, só os fume comprados com o seu dinheiro. Tudo isto quer dizer que a legislação, como a vida, é uma luta cujo resultado obedece à influência mesológica. Oh! A influência do meio é grande. (Assis, 1996:221).

A preocupação com a regulamentação do trabalho doméstico discute em seu escopo os mesmos itens que continuam na Consolidação das Leis do Trabalho, a partir do Estado Novo.

#### 4.4 Amassador mecânico substitui o trabalho manual

Os portugueses trazem com a Corte o hábito de comer pão nas refeições. Existem no Brasil vários tipos de pães. Pão Napoleão, provença, crioulo, o novo pão saloio, biscoito da rainha, bolachinha americana, de araruta, erva-doce, rosca da Califórnia são os itens anunciados pela Nova Padaria (Jornal do Comércio, 1852). A concorrência francesa chega com o sistema mecânico e logo inicia a propaganda de apelo sobre o tema da higiene. Negros forros trabalham para os portugueses e o pão é amassado à mão.

**Figura 10 – Sistema mecanizado para fazer massa de pão**



Fonte: Arquivo Nacional. Jornal do Comércio, agosto de 1822.

O padeiro francês Delmilhac anuncia que sua padaria utiliza novo sistema mecanizado de fazer pães, com um *amassador mecânico* e um forno especial, garantindo higiene no fabrico do pão.

O apelo é eloqüente às novas técnicas:

[...] evita-se dessa maneira o contato e suor dos trabalhadores que, pelo modo antigo, torna nojenta a fabricação de um alimento de primeira necessidade. (Jornal do Comércio, 31 de agosto de 1853, p.4).

O trabalho utilizando tecnologia inovadora vai aos poucos modificando hábitos, substituindo a mão-de-obra e trazendo a necessidade de novas qualificações.

#### **4.5 Antes dos “camelôs”, os ambulantes**

As atividades mercantis com o crescimento do comércio do Rio de Janeiro estendem-se pelas ruas principais. Os aguadeiros e os mascates com suas malas ou sacos de quinquilharias enchem as ruas com seus pregões para chamar a atenção da população. Esse tipo de comércio, desde aquele tempo, é combatido e visto como concorrência desleal ao comércio tradicional. Contudo, nas fábricas, sua existência é autorizada por alvará de 27 de março de 1810. Com o alvará, o governo aproveita a oportunidade para obter receita permitindo o comércio ambulante nas ruas, mas gravando os vendedores: [...] *que se possam vender pelas ruas e casas todas as mercadorias de que se tenham pago os competentes direitos* (Alvará, 27 março de 1810).

As obras iconográficas de *Rugendas, Debret, Chamberlain, Thomas Ender, Briggs, Landseer* e de outros artistas e viajantes permitem avaliar a importância, na época, desse gênero de ocupação a céu aberto, nas ruas principais, onde são vendidos desde alimentos até objetos de uso feminino destinados a manter a elegância. Nas ruas convivem vassoureiros, quitandeiros, peixeiros, aguadeiros, vendedores de aves, de velas de cera, de imagens religiosas, doceiros, empalhadores de

cadeiras, leiteiros e outros tipos de ambulantes, todos reproduzidos nos documentários iconográficos exigidos pela circulação de mercadorias. O vendedor apregoa sua mercadoria cantando um verso. São os pregões cariocas que enchem o ar com a música de anúncios cantados.

#### **4.6 A chegada do sorvete destrói a popularidade do aluá**

No dia 6 de agosto de 1834, a barca americana Madagascar, com 160 toneladas de gelo trazidas de Boston declara em seu manifesto de carga: 217 toneladas de gelo. Em seguida, na rua do Ouvidor, a Confeitaria Deroche anuncia “o sorvete”. No dia 30 de Dezembro, o Jornal do Comércio publica o seguinte anúncio:

N. Dénis, proprietário deste estabelecimento, tem a honra de participar ao publico e particularmente aos seus freguezes que se associou, no seu negocio de gelo sòmente, ao Sr. Luis Bassini que foi o primeiro que fez sorvetes nesta corte, e que do dia 1º do anno em diante se achará na sobredita Casa das 10 horas da manhã ás 10 da noite, tijolos ou matonneti, café gelado, à italiana, etc. etc. Iguais em qualidades aos que se acham nas melhores sorveterias de Napoles. Também aprontará encomendas para fora e afiança a prontidão, asseio e qualidade tanto destas como dos refrescos que se servirem nas ruas, salas, entre as quais há uma exclusivamente destinada para as senhoras. (Jornal do Comércio, 30 de dezembro de 1835, p.1).

Antes da chegada do sorvete, há um negócio explorado para obter renda doméstica, a produção caseira de aluá, vendido nas ruas ou servido às visitas de cerimônia em salvas de prata. Sai da moda o aluá. Entra em cena a venda de gelo e demais produtos de confeitaria.

Desejoso Lorenzo Fallas de satisfazer aos desejos manifestados pelos Srs. Concorrentes que o honrarão tem-se animado a fazer a compra deste carregamento, e consequentemente, todas as tardes haverá no seu estabelecimento no Largo do Paço, gelados de diferentes qualidade, tanto simples como amanteigados, e peças fortes; Executará qualquer encomenda que lhe venha a ser feita para banquetes, ou chás para fora de casa. E terá a toda hora gelo para vender aos que precisarem comprar por libras, tanto no seu estabelecimento como na Confeitaria do Sr. Deroche rua do Ouvidor N. 175. (Jornal do Comércio, 30 de dezembro de 1835, p.1).

O gelo importado envolto em serragem é enterrado em grandes covas onde hoje é a rua Santa Luzia. Segundo o historiador *Dunlop*, citado por Gastão Cruls em *Aparência do Rio de Janeiro*, [...] *conservou-se quatro ou cinco meses, o bastante para criar o hábito* (Cruls, 1965:382).

O interesse na importação de gelo está criado. Nasce a partir daí a necessidade de “geladeiras” para guardar o gelo em residências e bares. Cria-se o sorveteiro. Ninguém se lembrou de fazer sorvete de aluá. Desaparece o vendedor de aluá, seus fabricantes, o produto e o gosto pelo aluá.

Mas, muito mais do que isso, a mesma necessidade de busca de especiarias que conduziram a posse da terra pelos portugueses traz a necessidade de fabricar gelo para evitar seu transporte oneroso e difícil. A sociedade anseia por uma tecnologia para produção de gelo.

**Figura 11 – Sorveteria: rua do Ouvidor, 1855**



Fonte: Arquivo Central da Cidade Rio de Janeiro.

A tecnologia inovadora aparentemente determina o desaparecimento do aluá. Como em outros países, o artesanato vai desaparecendo na medida em que a produção mecanizada transforma as colônias, mercadores e consumidores e fornecedores de matérias-primas para a metrópole.

Quando a produção mecanizada se estende num ramo às custas do artesanato tradicional e da manufatura, sua vitória é tão certa quanto a de um exercito equipado com arma de fogo em luta contra índios armados com arco e flecha. Esse primeiro período em que a máquina conquista seu campo de ação é decisivamente importante em virtude dos lucros extraordinários que ajuda a produzir. (Marx, 1996:516).

## Notas do Capítulo 4

(24) Pombeiros, vendedores ambulantes de peixe, pombos e galinhas (Dicionário Caldas Aulete).

(25) Ver RIBEROYLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Tradução de Gastão Penalva. São Paulo: Martins, 1941, v.1, p.145, para aprofundar a questão dos *negros de ganho*.

(26) Correio Paulistano, 4 de abril de 1874. A grafia da época foi mantida. Os textos eram montados em uma caixa de tipos eqüivalendo a rescrever cada sentença, o que introduzia novos erros. A montagem era totalmente artesanal.

(27) Jogo da Pela. Jogo com bola de borracha (Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse).

(28) Frontão. Casa de jogo da pelota (Dicionário Aurélio).

(29) Quiniela. Certo jogo de azar (Dicionário Caldas Aulete). As consultas iconográficas podem ser feitas no Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, que reúne vasta documentação sobre a municipalidade, do período colonial até 1940, aproximadamente. Desta data em diante, poucos foram os conjuntos recolhidos e preservados pelos órgãos que antecederam o Arquivo Geral da Cidade, especialmente em função das inúmeras alterações político-administrativas pelas quais o Rio de Janeiro passou.

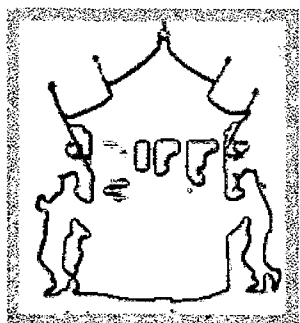
(30) Filha natural de Rosa Maria de Lima, Francisca Edwiges nasceu em 17 de outubro de 1847. Para sua mãe, mulher pobre e mestiça, o nascimento de Francisca foi uma situação muito difícil, sobretudo porque não sabia se seu amado iria assumir a paternidade da menina. José Basileu, militar de carreira promissora, oriundo de família abastada, sofreu forte pressão de seus pais, que eram contra a sua união com Rosa. Mesmo frente a todas as discordâncias, assumiu a criança e a registrou como sua filha. Como todas as sinhazinhas do século XIX, Francisca Neves Gonzaga foi educada para se tornar uma digna filha de militar, uma sinhazinha na Corte de Pedro II. Seu pai, muito severo com sua educação, preparara para ela um futuro promissor: um bom casamento que pudesse

elevá-la à categoria de "dama". Desde cedo, Francisca foi educada para isso, aprendendo a ler e a escrever, fazer contas e, principalmente, tocar piano. A música tornou-se sua grande paixão. Francisca crescia ao som de polcas, maxixes, valsas e modinhas e participava das festas domésticas com grande satisfação. Foi assim que, no Natal de 1858, compôs sua primeira música. A sociedade patriarcal brasileira delegava poderes extremos ao homem; às mulheres era oferecida apenas a reclusão do lar, a vida doméstica junto à criadagem escrava. Poucas mulheres ousavam desafiar seus pais e maridos; quando isso ocorria, logo eram reclusas em casas de correção e conventos. Desde 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, as mulheres passaram a circular mais pelas ruas, dançar em recepções festivas da Corte, comparecer a saraus, teatros e ópera. Mas o Rio de Janeiro dessa época ainda era a cidade das chácaras, com uma incipiente urbanização e uma população basicamente de negros e mestiços. A cidade, aos poucos, transformava-se em um centro metropolitano, à medida que cresciam as demandas do comércio exterior. As modas, costumes e o consumo se alteravam, ganhando ares europeus. O porto do Rio de Janeiro tornou-se o centro financeiro e comercial do Império, negociando-se café, escravos e mercadorias estrangeiras que deslumbravam os novos consumidores. Mesmo com todas as mudanças sociais, os padrões e a austeridade patriarcal permaneciam inabaláveis. Para a jovem Francisca, nada lhe restava a não ser obedecer às ordens de seu pai. Foi assim que, em 1863, com apenas 16 anos, Chiquinha casou-se com Jacinto Ribeiro do Amaral, "jovem garboso" de 24 anos, estatura média, olhos azuis, oriundo de família distinta e muito rica. Finalmente aquela menina iria transformar-se em uma dama...

(31) No ano de 1799, o Rio de Janeiro registrava 334 tavernas, 135 sapateiros, 134 lojas de varejo (pequenas mercearias ou vendas), 85 alfaiates, 40 casas de café, 17 casas de pasto (restaurantes), 32 pintores, 28 boticas (farmácias), 25 serralheiros, 22 tanoeiros (fabricante de barril), 20 funileiros e latoeiros, 64 marceneiros, 37 barbeiros, 35 estancos de tabaco (fumo), 34 seleiros, 15 tintureiros, 2 livreiros (faziam encadernações de livros), (Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro, ano de 1799, autoria do primeiro-tenente de Bombeiros Antônio Duarte Nunes, transcrito nos Anais da Biblioteca Nacional, volume 59).



## CAPÍTULO 5



O assunto do dia no bate-papo de quiosque gira em torno da figura do Barão. Imagine que audácia, dizem! Fazer o Imperador puxar um carrinho carregado de barro! Pior do que isso foi seu discurso exaltando o trabalho. Trabalho é coisa de escravo. Contratar trabalhador livre, só na cabeça do Barão. Coitado! Não sabe o que diz, exclama o mais exaltado dos componentes da roda de papo. Todos acenam a cabeça em sinal de concordância.

### **5. 1 Um cenário criado pelo Barão: o Imperador trabalhando como pedreiro**

As primeiras profissões no Brasil Colonial, que chegam até os dias finais da escravatura, implicam trabalhos especializados e fazem parte da divisão do trabalho nos grandes engenhos de açúcar: mestre de açúcar, purgador, tacheiro, escumeiro, moedor, preneiro, feitor e serviços dos artesãos como ferreiro, serrador e carpinteiro.

Essas eram as principais profissões exercidas no Brasil quando Irineu Evangelista de Souza<sup>32</sup> compra a fundição Ponta D'Areia, em Niterói. Para colocar a empresa em funcionamento, ele teve que mandar vir da Europa trabalhadores livres necessários para seu empreendimento industrial. Ele foi dos primeiros a compreender a essência do capitalismo: comprar a força de trabalhadores livres.

## 5.2 Como contratar trabalhador livre numa sociedade escravocrata?

O principal problema daqueles poucos empreendedores reside na dificuldade em encontrar trabalhadores livres. O desprezo ao trabalho serve, no Rio de Janeiro, para marcar a diferença básica entre a sociedade escravista e a sociedade moderna, fundada no trabalho. Os registros da época mostram que a reação contra o trabalho chega às raias da violência:

[...] Interrogando-se um jovem nacional de família respeitável e em má situação financeira sobre por que não ganha a vida de maneira independente, há dez possibilidades contra uma de ele perguntar, tremendo de indignação, se o interlocutor está querendo insultá-lo. “Trabalhar! Trabalhar!”, gritou um deles, “para isso temos os negros”. Sim, centenas de famílias têm um ou dois escravos vivendo do que eles ganham. O doutor C. conta que um jovem prefere morrer de fome a abraçar uma profissão manual. Diz que há alguns anos aconselhou uma pobre viúva, que tinha dois filhos rapazes, um de catorze outro de dezesseis anos, a encaminhá-los em ofícios. A viúva ergueu-se, deixou a sala, e nunca mais falou com ele, embora tivesse fornecido gratuitamente seus serviços profissionais à família durante oito anos. Recentemente foi abordado por um funcionário do Departamento de Polícia, que se deu conhecer como o filho mais velho da viúva, que revelou ter um cargo satisfatório. Ser empregado no governo, na polícia, é honroso, mas descer abaixo de empregos no governo, mesmo para ser negociante, é degradante. (Ewbank, 1976:37).

Os trabalhadores livres e os que possuem pequenas oficinas precisam se diferenciar dos escravos. As formas de comportamento, a maneira de trajar e inúmeros artifícios são utilizados para diferenciá-los do trabalhador escravo. O entendimento desse comportamento é difícil para os viajantes que aqui aportam. Aqueles observadores que se deparam com esses fatos, como demonstra a narração sobre o como abrir uma simples fechadura de que se perdera a chave, espantam-se com as relações entre os homens dessa sociedade:

Os mecânicos brancos consideravam-se todos eles fidalgos demais para trabalhar e consideravam que ficariam degradados se vistos em público carregando a menor coisa pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas de seu ofício. O orgulho tolo e a presunção formalizada, que dominava todas as classes da sociedade brasileira, atingiam nessa categoria de homens um

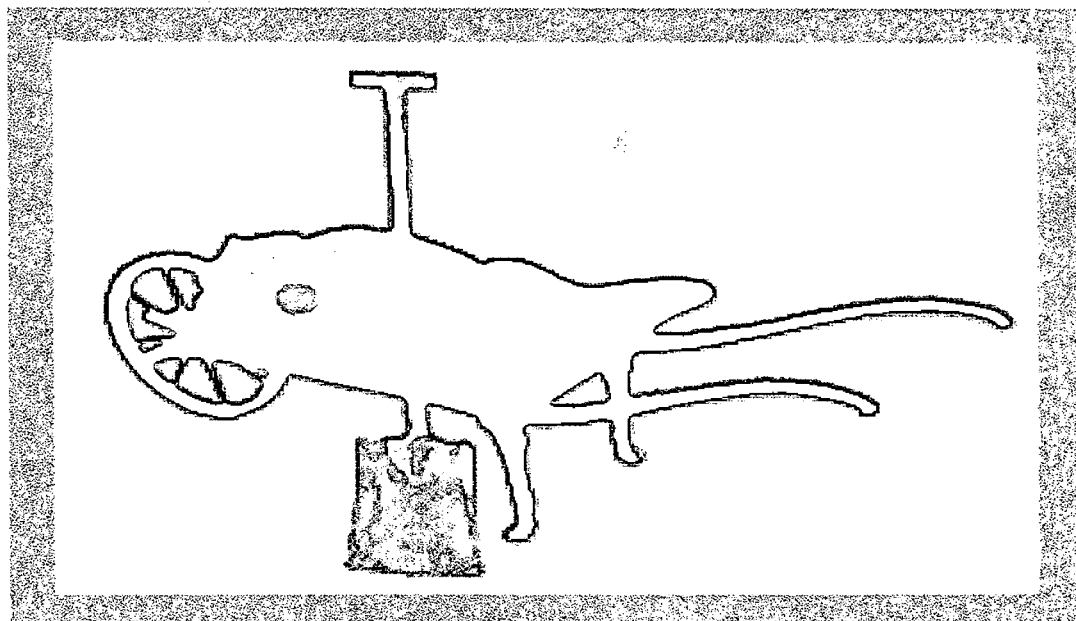
absurdo singular e ridículo. Tornando-se necessário abrir uma fechadura de que se perdera a chave, e tão rara era a habilidade necessária para tanto, que o gerente e o copeiro do hotel onde então eu morava ficaram grandemente perplexos quando eu perguntei onde se a poderia encontrar. Afinal aconselharam-me a me dirigir a um carpinteiro inglês que se achava estabelecido no Rio de Janeiro há uns dois anos e que tinha muitos empregados, dos quais um foi mandado ir comigo (porque nesse tempo mestres não se atreviam a ir executar trabalhos fora com a garantia de que me haveria de contentar. Fez-se esperar por largo tempo, mas, afinal, para compensar a demora, apareceu-me vestido de grande gala, com tricórnio, fivelas no sapato abaixo dos joelhos e outras quejandas magnificências. À porta da casa tornou a estancar na intenção de alugar algum preto para que lhe carregasse o martelo, a talhadeira e alguma outra ferramenta pequena. Lembrei-lhe de que, sendo leves, eu mesmo me encarregaria de uma parte ou do todo, mas isso se constituiu um solecismo tão grande como o de usar ele próprio suas mãos. O cavalheiro esperou pacientemente até que aparecesse um negro, tratou com ele, então prosseguiu em sua devida forma, seguido por seu criado temporário. Em pouco tempo deu cabo da tarefa, quebrando a fechadura em vez de abri-la com a gazua, após o que o homem importante, puxando uma profunda reverência, retirou-se com seu laçao. (Luccock, 1942:82).

É nessa época e nesse contexto que Irineu Evangelista de Souza, no dia 29 de agosto de 1852, resolve mostrar a todos que o trabalho existe para dignificar o homem. O cenário é montado no Rio, à uma hora da tarde, com o sol a pino. Membros da Corte com suas roupas próprias para o inverno europeu, de luvas e chapéu, vestidos de gala, próximos dos operários da construção da estrada de ferro, assistem ao espetáculo preparado pelo Barão para enaltecer o trabalho. O empresário manda fazer um carrinho-de-mão de jacarandá incrustado de prata e uma pá de prata com a qual o Imperador tem que escavar a terra e despejar o produto no carrinho para depois transportá-lo cheio de terra por aproximadamente cem metros. Nesse dia quente, ressalta-se o esforço do Imperador, sob os olhares incrédulos da Corte, conduzindo o carrinho carregado até o ponto indicado previamente pelo empresário. Como se isso não fosse o suficiente para enaltecer o trabalho, a pá é passada para os ministros, que repetem o gesto. É o próprio Mauá<sup>33</sup> quem se refere ao fato no discurso de 30 de abril de 1854, quando a ferrovia começa a operar:

[...] Vinte mezes são apenas contados desde que Vossas Magestades honrarão com suas augustas presenças o primeiro acampamento das operações da companhia; coube-me então a distincta honra de depositar nas mãos de Vossa Magestade um humilde instrumento de *trabalho*, do qual Vossa Magestade se não desdenhou de fazer uso, como para mostrar aos seus subditos que o *trabalho*,<sup>34</sup> esta fonte perenne da prosperidade publica, era não só digno de sua alta proteção, porém mesmo de tão extraordinária honra! (Mauá, 1878:23).

Trabalhadores são enfileirados junto aos nobres em trajés desconfortáveis em uma cerimônia pública para enaltecer o trabalho, numa época em que trabalho é considerado coisa de escravos.

**Figura 12 – Carrinho de jacarandá e pá de prata**



Fonte: Museu Imperial de Petrópolis.

No tempo em que a riqueza é gerada com o tráfico de escravos e trabalho escravo nas fazendas, sinônimo de castigo, o Barão aparece como figura muito estranha, enaltecendo o trabalho assalariado. Discursar sobre a força do trabalho e colocar o Imperador produzindo trabalho braçal de modo simbólico é gesto audacioso.

Nessa época, ser bom empresário significa ser ladino, como comprador de escravos que não se deixa enganar pelos truques dos vendedores cuja cartilha de compra e venda ensina que, para saber se um escravo está em boas condições

físicas, o comprador deve observar atentamente a pele do africano. Depois, basta passar o dedo no escravo exposto e lambe-la para ver se é mesmo suor ou algum óleo que se costuma passar para a pele parecer viçosa. Nesse mundo de “*expertos compradores*”, o comportamento do Barão fazendo apologia ao trabalho é dos mais exóticos. Sua ousadia nos projetos, na contratação de estudos de viabilidade, na gestão de recursos dos sócios para distribuição de lucro nada tem a ver com o ambiente comercial do país.

### **5.3 O cenário das novas profissões: a Bolsa de Valores e os corretores**

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro é a mais antiga do Brasil, e a palavra *corretor* é mencionada pela primeira vez na Lei n.º 317, de 21 de outubro de 1843. Com o fim dos prazos dos diversos tratados livre-cambistas existentes, o ministro da Fazenda, Alves Branco, modifica a política fiscal para obter receita.

Durante a primeira metade do século XIX, os *corretores* deslocam-se de praça em praça à procura de compradores ou de vendedores de mercadorias, moedas, metais nobres e até do insignificante número de ações então existentes. Com o tempo, o aumento do número de corretores obriga a que se “escolha” um local para a sua reunião diária: a rua Direita, por esta ser próxima do Palácio do Vice-Rei e da alfândega do maior porto exportador do país.

Na rua Direita está o Hotel do Globo, onde os personagens sociais se encontram para tomar café no andar térreo ou para participar de banquetes, no seu exclusivo segundo andar. É também nessa rua que os mercadores do Rio de Janeiro negociam escravos para engenhos e fazendas, logo que são desembarcados dos navios.

Este centro torna mais operacionais transações irradiando e interceptando as informações. A centralização atende a uma tendência promovida pela multiplicação do número de corretores e permite que as operações bilaterais sejam acompanhadas por intermediários aptos, a qualquer momento, a participar delas.

Interessante notar que a sensibilidade dos operadores da bolsa, como hoje, estava sempre à flor da pele. O noticiário, os boatos, o comportamento de governos estaduais, tudo servia para “abalar” o mundo financeiro e levar banqueiros ao palácio, exigindo a participação do governo na solução do problema. Assis retrata a luta do capital financeiro em busca de benesses governamentais:

[...] Mal começo, chega-me aos ouvidos o clamor dos banqueiros que voltam do palácio do Governo, aonde foram conferenciar sobre a crise; do dinheiro. E dizem-me eles que a questão financeira e bancária afeta a toda a República, ao passo que a invasão, grave embora, toca a um só Estado. A prioridade é da crise, além do mais, porque existia e existirá, até que alguém a decifre e resolva. Bem; atendamos à crise financeira. Mas, eis aqui, ouço a voz do General Pego dizendo que a crise política do sul afeta a todos os estados, e pode pôr em risco as próprias instituições. (Assis, 1892:159).

A Bolsa sempre contou e conta com boatos, sobretudo em tempos de crise. O auxílio da mídia nunca falta. Atualmente, remédios falsificados derrubam o preço de ações dos laboratórios. Isso não é novo. Antes a falsificação de café punha em “perigo” a estabilidade do país. Assis não deixa o fato passar sem registro:

[...] E aí chegam outros acontecimentos graves da semana. Para longe, café falsificado, café composto de milho podre e camaúbal. Gerações de lavradores, que dormis na terra mãe do café; lavradores que ora suais trabalhando, portos de café, alfândega, saveiros, navios que levais este produto-rei para toda a terra, ficai sabendo que a capital do café bebe café falsificado. Como faremos eleições puras, se falsificamos o café, que nos sobra? Espírito da fraude, talento da embaçadela, vocação da mentira, força é engolir-vos também de mistura com a honestidade de tabuleta. (Assis, 1892:160).<sup>35</sup>

O capital especulativo consolida-se contando com os boatos criados no ponto de encontro onde os jogadores especulam, alicerçados nesses boatos, e incautos apostam na crise engendrada pelos próprios boatos. A isso chamam de ingresso na modernidade.

#### **5.4 O comércio: trabalho sofisticado**

Começa a sofisticação do comércio graças à chegada maciça de comerciantes franceses que, logo após a assinatura do acordo de paz entre Portugal e França, aqui aportam. Eles abrem modernas lojas de tecidos e de vestuários, salões de beleza, floriculturas, charutarias, entre outras. É esse o clima da capital do Império quando, no dia 10 de novembro de 1849, é criada a Junta dos Corretores de Fundos Públicos da Corte, composta por cinco corretores, dos quais três, pelo menos, devem ser de fundos públicos.

Embora subordinada ao Ministério da Fazenda, a Junta é eleita pela maioria dos corretores, pelo voto direto, e a ela compete vigiar a legalidade da ação dos corretores, encaminhando ao Juiz do Comércio qualquer informação sobre as contravenções verificadas. Deve exercer a fiscalização necessária para que nenhuma pessoa sem habilitação legal possa exercer o ofício de corretor. Cabe, ainda, à Junta examinar as contestações e apresentar ao Governo, após passarem por seu crivo, os novos candidatos a corretores.

Enquanto isto, a Cidade do Rio de Janeiro se moderniza rapidamente. Nas ruas, convivem o passado e novos avanços científicos e sociais. Nas ruas centrais, misturam-se a moda de Paris, o comércio ambulante de aves vivas, oferecidas por escravos, e o comércio de frutas, doces, café torrado e cana-de-açúcar, praticado pelas negras quitadeiras com seus filhos às costas.

Com o esforço empreendedor de Irineu Evangelista de Souza, os primeiros “lâmpioes a gás” chegam à cidade em 1845, beneficiando, primeiro, as ruas nobres do Centro: a Direita e a do Ouvidor. A cidade, a partir da iluminação, vive uma era de prosperidade, refletida na Bolsa, cujo movimento cresce a cada dia.

## 5.5 O Encilhamento

A cidade moderna e elegante assiste, entre assustada e divertida, ao *Encilhamento*,<sup>36</sup> termo usado para denominar o movimento febril de compra e de venda de títulos que toma conta do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 e 1892.

Esse movimento, complexo e mal compreendido, é de fato um marco na vida econômica do país. Trata-se do primeiro surto capitalista urbano. É considerado por muitos historiadores como o ponto de partida da industrialização do Brasil.

Ganhar dinheiro sem trabalhar. Assim é explicada a febre do *Encilhamento*, que toma conta da cidade do Rio de Janeiro. A origem do fenômeno se deve à ação especulativa com as ações dos bancos, beneficiados pela reforma da legislação monetária através do Decreto-Lei 3.403, de 24 de novembro de 1888, o qual autoriza os bancos a emitir bilhetes ao portador, desde que depositem o valor nominal em apólices da dívida pública na Caixa de Amortização. Essas emissões podem atingir um valor correspondente ao triplo *das somas depositadas em moedas metálicas nas suas caixas*.

**Figura 13 – O Encilhamento**



Fonte: Revista Ilustrada de 28 de junho de 1890.



O Governo compromete-se a não emitir títulos, mas autoriza pelo mesmo decreto o Banco Nacional (na prática, o único que exerce esse direito), o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio a emitirem bilhetes conversíveis em ouro. A situação criada pelo alto preço alcançado pelo café e o fluxo de moeda resultante de um empréstimo obtido pelo Governo em Londres levam à crença de que há uma nova época de conversibilidade.

A febre do *Encilhamento* toma conta da cidade do Rio de Janeiro. Os corretores se reúnem no perímetro compreendido entre o final da rua da Alfândega e a Primeiro de Março (antiga rua Direita), no final da Candelária, perto do Banco Nacional do Brasil. Há, durante todo o dia, uma verdadeira multidão discutindo as cotações das ações, impedindo até a passagem normal de bondes e carroças. Assis (1892), em sua crônica, comenta os negócios de debêntures durante o *Encilhamento*. Dá uma idéia da falta de conhecimento do assunto pelo homem comum, como ainda acontece:

Esta semana furtaram a um senhor que ia pela rua mil debêntures; ele providenciou de modo que pôde salvá-los. Confesso que não acreditei na notícia, a princípio; mas o respeito em que fui educado para com a letra redonda fez-me acabar de crer que se não fosse verdade não seria impresso. Não creio em verdades manuscritas. [...] A razão que me fez duvidar a princípio foi a noção que me ficou dos negócios de debêntures. Quando este nome começou a andar de boca em boca, até fazer-se um coro universal, veio ter comigo um chacareiro aqui da vizinhança e confessou que, não sabendo ler, queria que lhe dissesse se aqueles papéis valiam alguma coisa. Eu, verdadeiro eco da opinião nacional, respondi que não havia nada melhor; ele pegou nas economias e comprou uma centena delas. Cresceu ainda o preço e ele quis vendê-las; mas eu acudi a tempo de suspender esse desastre. Vender o quê? Deixasse estar os papéis que o preço ia subir por aí além. O homem confiou e esperou. Daí a tempo ouvi um rumor; eram as debêntures que caíam, caíam, caíam... Ele veio procurar-me, debulhado em lágrimas; ainda o fortaleci com uma ou duas parábolas, até que os dias correram, e o desgraçado ficou com os papéis na mão. Consolou-se um pouco quando eu lhe disse que metade da população não tinha outra atitude. (Assis, 1892:96-7).

## 5.6 Os zangões

Aparecem mais corretores, sobretudo *zangões*, preposto de corretor ou agente de negócios em número incalculável, de todas as idades, rubros, banhados em suor, com chapéu caído sobre a nuca e o lenço em torno do pescoço, como babador, a gritarem: compro, vendo, sem particularizarem o que querem comprar ou vender. Escrevem-se as notas em pedacinhos de papel ou nos punhos postiços da camisa, cheios de algarismos, enquanto mil sinais trocados no ar, mal esboçados, simples piscadelas de olho, iniciam grandes negociações ou as concluem.

No pregão da Bolsa de Valores de hoje são realizadas compras e vendas quase exclusivamente de ações por intermédio das Sociedades Corretoras. No início, são negociados títulos públicos, moedas e mercadorias. Cria-se o primeiro regulamento sobre o pregão, a Lei n. 6.132, de 4 de março de 1876, para atender aos anseios da Junta dos Corretores. Seus membros vêm-se, na época, prejudicados pela ação dos *zangões*. Esse profissional desaparece à medida que a regulamentação do mercado ganha vulto. Enquanto existem, praticam uma concorrência desleal. Não possuem matrícula para atuar no mercado e não estão sujeitos à responsabilidade alguma. Parte considerável deles é composta de estrangeiros impedidos, por lei, de obter carta-patente para negociar. Esses "adjuntos", como são conhecidos, podem concluir uma transação por um corretor. Não podem, porém, assinar o contrato de venda de qualquer título ou mercadoria.

Alguns *zangões*, entretanto, passam a efetuar transações por conta própria, pagando uma parte da corretagem pela assinatura de um corretor patenteado e, já em 1860, o mercado financeiro está completamente invadido por eles. Sua atuação prejudica os corretores. Em 1867, estes solicitam às autoridades que as cotações de fundos públicos, câmbio, descontos e mercadorias passem a ser feitas semanalmente, em vez de diariamente. As partes contratantes temem pela quebra do sigilo da transação e, receando algum prejuízo pela publicação desses negócios, recorrem aos *zangões*, que, por esta razão, têm a preferência de compradores e de vendedores. Apesar do desprezo com que são tratados pelos

corretores, os *zangões* formam um núcleo marginal poderoso. A própria imprensa os corteja para obter as cotações diárias. Manipulando as informações, conforme os seus interesses, os *zangões* influem decisivamente no mercado.

Hoje, a mídia se encarrega de criar incerteza no mercado, utilizando-se do mesmo tipo de noticiário calcado no *aviso de crise próxima*. No quiosque, o comentário é sobre a ilusão de se ganhar dinheiro sem produzir riqueza pelo trabalho, de se obter uma aposentadoria no jogo da Bolsa.

Essa idéia mágica de enriquecer de maneira fácil domina a imaginação do homem. Os mais modestos jogam no bicho, outros tentam a sorte na loteria oficial e, por último, os mais abastados apostam na Bolsa.

### Notas do Capítulo 5

(32) O Barão de Mauá, em uma economia de base escravista, tentou usar capitais acumulados com a escravidão e disponíveis em consequência da proibição do tráfico negreiro.

(33) Decretada a falência de Mauá. Em 1878 ele relatou sua experiência na “Exposição aos Credores e ao Público”. Trata-se de relatório que constitui valiosa fonte histórica sobre o trabalho escravo no Brasil e os primeiros empreendimentos de porte, como o cabo telegráfico submarino e a primeira ferrovia do país, com 14km de extensão, ligando o Rio de Janeiro à raiz da Serra de Petrópolis. Mauá pagou suas dívidas e foi reabilitado pela Junta de Comércio, mas morreu dois anos depois, em sua residência de Petrópolis.

(34) A palavra trabalho aparece no original de *Exposição aos Credores e ao Público* **grifada pelo autor**.

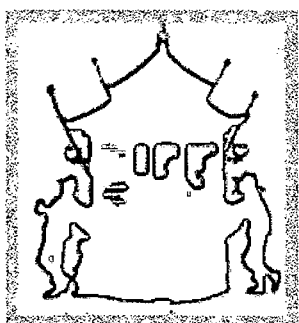
(35) Sobre as crônicas de Machado de Assis, abrangendo os anos de 1892 e 1893, 248 crônicas publicadas na Gazeta de Notícias estão organizadas em coletânea publicada em 1996, pela Hucitec, São Paulo, com o título *A Semana*. As edições anteriores de *A Semana* foram a de Mário Alencar, de 1910, com 108 crônicas, *Obras Completas*, em 1910 e outra em 1957, elaborada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, anotada. A Hucitec, em 1990, publicou a coletânea intitulada *Bons Dias*, usando o texto de Aurélio como referência, mas retornando ao texto de *A Gazeta de Notícias*, anotando erros de impressão e com nota de John Gledson, professor de literatura latino-americana da Universidade de Liverpool Inglaterra. As notas situam o momento histórico da crônica. John Gledson é autor de *The deceptive realism of Machado de Assis: a dissenting interpretation of Dom Casmurro*, Liverpool, Cairns, 1984.

(36) A nota se alongou em virtude da importância do fato histórico envolvendo a dívida pública, o que ainda hoje continua sendo alvo de tentativas mágicas de fazer dinheiro fácil, mas só gerando oportunidade para corrupção. Encilhamento foi a política financeira de caráter heterodoxo de estímulo à indústria adotada por Rui Barbosa quando ministro da

Fazenda (novembro de 1889 a janeiro de 1891), após a proclamação da República. Baseava-se no incremento do meio circulante com a criação de bancos emissores (tendo como lastro não libras-ouro, mas títulos da dívida pública), cujos empréstimos seriam aplicados apenas no financiamento de novas empresas industriais (e não na agricultura). Por isso, incentivou-se intensamente a criação de sociedades anônimas, concitando-se o público a investir seus capitais na indústria e no comércio. Com créditos, garantias oficiais e um ambiente psicológico favorável, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro entrou em intensa atividade, e a política do ministro foi popularmente identificada com o Encilhamento dos cavalos logo antes da largada na pista dos hipódromos, quando a atividade dos apostadores se toma frenética. As ações em alta rápida e constante faziam a fortuna de uma infinidade de especuladores. Surgiram, com isso, numerosas empresas inexecutáveis e mesmo fictícias. O investimento especulativo na Bolsa tornou-se um fim em si e não como imaginava Rui Barbosa, que esperava ver esse dinheiro de fato empregado em atividades industriais produtivas. O resultado foi uma desenfreada espiral inflacionária e de falências, e agricultores não pagavam impostos territoriais e eram beneficiados por um sistema cambial fixo que transferia para o conjunto da população os prejuízos causados pelas baixas dos preços do café.

## CAPÍTULO 6

**“Pensar que os operários encontrarão empregos na fabricação dessas máquinas é tão absurdo quanto a expectativa de que os cavalos substituídos por automóveis possam ser utilizados nos diversos ramos da indústria automobilística” (Leontief, 1952).**

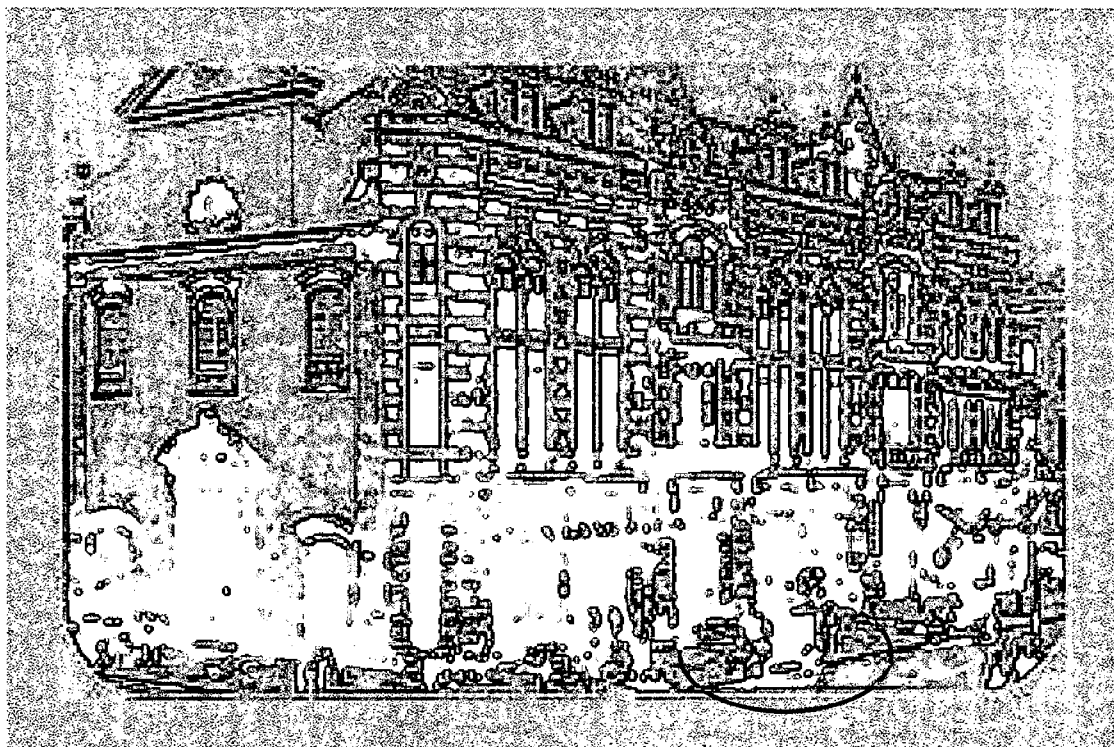


Trocaram o bonde de tração animal pelo elétrico. No quiosque da avenida, entre uma bebida e outra, o comentário sobre o novo condutor de bondes: “criatura altamente qualificada”. “Tem que saber de eletricidade, regras de trânsito”. Para isso já existe uma escola na própria companhia dos bondes para ensinar os contratados. Por outro lado, não há quem não possa estar preocupado com o homem que conduzia o bonde de tração animal. O que será dele? Não tem qualificação para mudar de *carro*. Não estudou e agora a companhia tem que se livrar dele. Ele, provavelmente devido à diminuição do trabalho, vai ficar com os burros, sem ter o que fazer, excluído da sociedade que o fez emergir.

### **6.1 O cenário produzido pela tecnologia: os burros que perderam o emprego**

Os homens, em busca do lucro crescente, criam tecnologia capaz de inovar a produtividade com menores custos de produção e barateamento de mercadorias. Os observadores dessa mudança contínua, por não entenderem as relações próprias do *modo de produção capitalista*, dividem as tecnologias em boas e más. No século passado, por volta do ano de 1859, inicia-se a operação de bondes puxados por burros na cidade do Rio de Janeiro. D. Pedro II inaugura a *Companhia de Carris de Ferro da Tijuca*. Com a chegada do bonde, o serviço de *tílburis*, carros de duas rodas puxados por um cavalo, sofre forte concorrência, mas consegue sobreviver durante o mesmo tempo em que existe o bonde puxado por burros.

**Figura 14 – Tílburi estacionado**



Fonte: Arquivo Nacional, Acervo Iconográfico. Rio de Janeiro. Início do século XX. Prédio da famosa casa de refrescos da avenida Rio Branco (antiga avenida Central): "A Sympathia".

No momento em que os bondes puxados por burros foram substituídos pelo bonde elétrico, mesmo com a lentidão da época, lá está presente o jornalista para registrar o acontecimento. Assis (1892) registra o movimento da história, relata bem-humorado a transformação que vê acontecer e retrata peculiaridades da época:

Não tendo assistido à inauguração dos bondes elétricos, deixei de falar neles. Nem sequer entrei em algum, mais tarde, para receber as impressões da nova tração e contá-las. Daí meu silêncio da outra semana. Anteontem, porém, indo pela praia da Lapa, em um bonde comum, encontrei um dos elétricos, que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar. Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu bonde, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, se não

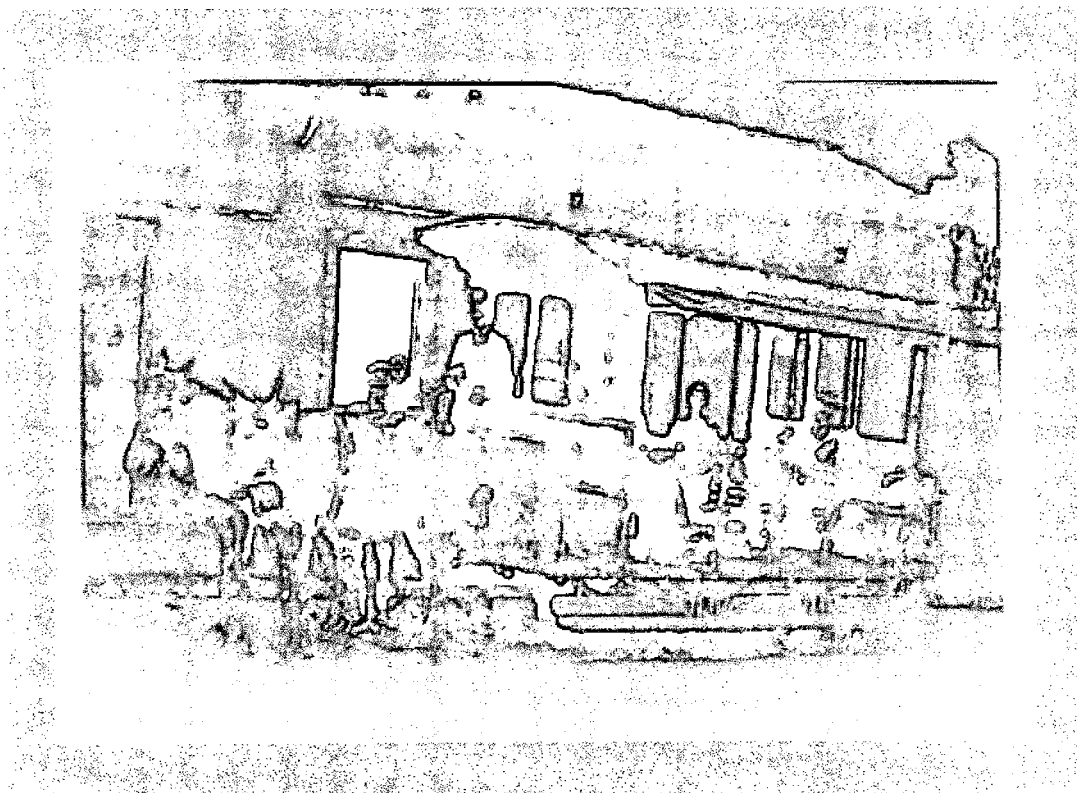
valem tanto como as de plena propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca?

Em seguida, admirei a marcha serena do bonde, deslizando como os barcos dos poetas, ao sopro da brisa invisível e amiga. (Assis, 1892:135).

A nova tecnologia incorporada no transporte não causa admiração ao jornalista. Pelo contrário, seus olhos contemplam atentos as mudanças que acompanham uma profissão em vias de desaparecer. Será que o cocheiro e o burro seriam deslocados para outras funções ou desapareceriam com o veículo que conduzem?

## 6.2 Operação dos bondes de tração animal

**Figura 15 – Bonde puxado por burro, 1872**



Fonte: Arquivo Nacional Rio de Janeiro.

O cocheiro de bonde puxado por burro está sendo substituído pelo condutor do bonde elétrico, que tem maior conhecimento, treinamento específico, uniforme



novo e tudo o mais que lhe empresta um ar de superioridade e é notado pelo escritor.

A própria Companhia de Eletricidade tem de qualificar para a nova profissão. A educação dessa época não está preparada para atender demandas criadas pela tecnologia. Mas isso não impede, de modo algum, o funcionamento dos bondes elétricos.

Fosse possível estar presente como observador, por certo registraríamos conversas em que a nova tecnologia apareceria como coisa do diabo, como maldade preparada contra o pobre condutor de bondes puxados por burros. Nos *quiosques* da Avenida Central, o assunto divide opiniões. De um lado, estão os que torcem pelo bonde elétrico, alegando que somente assim pode acabar o espetáculo deprimente de ruas cheias de dejetos dos animais de tração. Os do outro lado falam do caos social da cidade, reduzindo empregos, que tira o pão da boca daqueles que vivem do recolhimento dos dejetos vendidos como adubo natural preparado nos sítios de Jacarepaguá. Os pobres coitados não serão mais contratados para o trabalho de coleta. Os homens, atentos às formas, esquecem de questionar as relações humanas que se desenvolvem no Brasil, que, semelhantes às da Europa, contêm contradições. Prisioneiros das aparências, não podem compreender por que a história decreta a morte do modo de produção artesanal. Mas Assis (1872), atento ao movimento vida, descreve:

De repente ouvi vozes estranhas; pareceu-me que eram os burros que conversavam, inclinei-me (ia no banco da frente); eram eles mesmos. Como eu conheço um pouco a língua dos Houynhnms, pelo que dela conta o famoso Gulliver, não me foi difícil apanhar o diálogo, bem sei que cavalo não é burro; mas reconheci que a língua era a mesma. O burro fala menos, decerto; é talvez o trapista daquela grande divisão animal, mas fala. Fiquei inclinado e escutei:

Tens e não tens razão, respondia o da direita ao da esquerda.

O da esquerda:

Desde que a tração elétrica se estenda a todos os bondes, estamos livres, parece claro.

Claro, parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem refletas que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrado a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vingá-se no dia seguinte.

Que tem isso com liberdade?

Vejo, redargüiu melancolicamente o burro da direita, vejo que há muito de homem nessa cabeça.

Como assim? Bradou o burro da esquerda estancando o passo.

O cocheiro, entre dois cochilos, juntou as rédeas e golpeou a parelha.

Sentiste o golpe? Perguntou o animal da direita. Fica sabendo que, quando os bondes entraram nessa cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote? Todos os burros desse tempo entoaram cânticos de alegria e abençoaram a idéia dos trilhos, sobre os quais os carros deslizariam naturalmente. Não conheciam o homem.

Sim, o homem imaginou um chicote, juntando as duas pontas das rédeas. Sei também que, em certos casos, usa galho de árvore ou uma vara de marmeleiro.

Justamente. Aqui acho razão ao homem. Burro magro não tem força; mas levando pancada, puxa. Sabes o que a diretoria mandou dizer ao antigo gerente Shannon? Mandou isto: “Engorde os burros, dê-lhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeiçoem ao serviço; oportunamente mudaremos a política, all right!”

Disso não me queixo eu. Sou de poucos comeres; e quando menos trabalho, é quando estou repleto. Mas que tem capim com a nossa liberdade, depois do bonde elétrico?

O bonde elétrico apenas fará mudar de senhor.

De que modo?

Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.

Pela burra de Balaão exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh! Mas onde está a justiça desse mundo? Passaremos às carroças – continuou o outro pacificamente – onde nossa vida será um pouco

melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe o que lhe custou. Um dia a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapaz, restituir-nos-á a liberdade...

Enfim!

Ficaremos soltos, na rua, por pouco tempo, arrancando alguma erva que aí deixem crescer para recreio da vista. Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa? Enfraqueceremos; a idade ou lazeira ir-nos-á matando, até que para usar esta metáfora humana, – esticaremos a canela. Então teremos a liberdade de apodrecer. (Assis: 1892:135-41).

Temos nesse retrato de época e na “palavra dos burros” a configuração dos processos de inovação do *modo de produção capitalista*: a obtenção da riqueza pelo trabalho alheio assalariado, e as transformações sociais que ocorrem a partir dessa inovação são somente conseqüências desses processos de transformação expressos na conversa entre o burro da direita e o da esquerda.

A lembrança de que é o homem o criador da inovação e, portanto, de suas próprias relações sociais torna sem sentido a questão sobre benefícios ou males causados pela tecnologia em si. Em certa época, o homem, para proteger o burro, proíbe o uso do chicote. O mesmo homem, com a técnica de juntar as duas pontas das rédeas, consegue introduzir sorrateiramente um chicote, em outro tempo. A ciência e a tecnologia descobrem que os burros não servem para aliviar seu trabalho. Nesse retrato admirável da época, o jornalista não deixa de mostrar a lógica do processo:

Engorde os burros, dê-lhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeiçoem ao serviço; oportunamente mudaremos a política, *all right!* (Assis, 1892:135-41).

Essa mesma lógica é ressaltada em Marx:

A diferença entre as situações de um escravo e a de um operário submetido ao sistema monetário é de monta: ...o senhor de escravos conhece demasiado bem os seus interesses para

saber que não deve debilitar os seus próprios escravos regateando-lhes a alimentação; mas o senhor de um homem livre dá-lhe o mínimo possível da comida, pois o dano infligido ao operário não recai exclusivamente sobre aquele, mas sobre toda a classe de senhores. (Marx, 1969:96).

O escritor não deixa de perceber que o processo de substituição proporcionado pela tecnologia inovadora e a modificação imediata do trabalho resultam de relações sociais fundamentadas no trabalho assalariado livre, humano:

O bonde elétrico apenas fará mudar de senhor.

De que modo?

Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças. (Assis, 1892:135-41).

O processo contínuo de substituição do trabalho vivo por máquinas automáticas pode levar à crença de que a tecnologia alivia a labuta diária do trabalhador. Contudo, não é esse o objetivo do capital, mas, sim, o de obter cada vez mais trabalho excedente.

É o próprio Machado de Assis que ajuda na compreensão dessa sociedade, onde o que importa é a reprodução dessa forma histórica.

Em artigo datado de 23 de outubro de 1892, no Jornal “A Semana”, quando o bonde elétrico fez as primeiras vítimas de atropelamento, relata Assis:

Todas as coisas têm sua filosofia. Se os dois anciãos que o bonde elétrico atirou para a eternidade esta semana, houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bonde, não teriam entestado com o progresso que os eliminou. É duro dizer; duro e ingênuo, um pouco à La Pallice, mas é verdade. Quando um grande poeta desse século perdeu a filha, confessou, em versos doloridos, que a criação era uma roda que não podia andar sem esmagar alguém. [...] em todo caso não vamos concluir contra a eletricidade. Logicamente, teríamos de condenar

todas as máquinas, e, visto que há naufrágios, queimar todos os navios. Não, senhor. A necrologia dos bondes tirados a burros é assaz comprida e lúgubre para mostrar que o governo de tração não tem nada com os desastres. (Assis, 1892:139).

Machado de Assis não condena a tecnologia. Entende que ela em si mesma não é boa ou má. O problema é a utilização capitalista da ciência e da tecnologia, que *permite apropriar-se do produto do trabalho alheio*.

Passaremos às carroças – continuou o outro pacificamente – onde nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe o que lhe custou. (Assis, 1892:135-41).

O trabalho não cessa, muda suas formas. Os atores sociais são obrigados a encenar novas peças. No século XVI, diz Stuart,<sup>37</sup>

[...] os homens eram obrigados porque eram escravos de outro, hoje são obrigados a trabalhar porque estão escravos às suas necessidades. (Steuart *apud* Marx, 1969:96).<sup>38</sup>

Foi assim no dia em que os burros perderam o emprego. Mudou a carroça e o patrão. Todavia, o que não mudou foi a necessidade de trabalhar, porque nesta sociedade recria-se o trabalho, pressuposto do capital.

## Notas do Capítulo 6

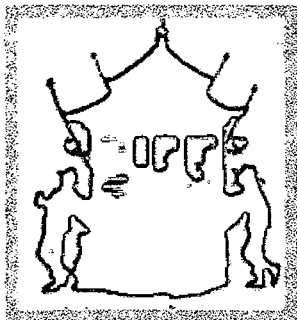
(37) Sobre Steuart, citado por Marx em várias obras, não confundir com John Stuart Mill (1806-73), autor de *Principles of Political Economy*, Londres, 1848, também incluído em inúmeras citações de Marx. No caso, Steuart trata-se de Sir James Steuart (1712-80). É autor de *Inquiry into the Principles of Political Economy*, London, 1767 (2 vols.). A edição usada por Marx é publicada em Dublin, em 1770 (3 vols.) e citada também no *Grundrisse Foundations of the Critique of Political Economy*, traduzida para o inglês por Martin Nicolaus, Penguin Books, 1993. Ver particularmente o capítulo 1, Production, Consumption, Distribution, Exchange (Circulation).

(38) A nota 36, na página 96 do Capítulo Inédito de O Capital, publicado pela Editora Moraes, traz a seguinte nota do editor: (36) *O texto dessa nota de rodapé encontra-se numa página adicional, escrita posteriormente por Marx e não numerada, com a seguinte indicação: "Este a) não se refere ao último parágrafo da página 474 mas sim ao precedente." (N.E.).*

## CAPÍTULO 7

**“Barracão de zinco, sem telhado, sem pintura, lá no morro barracão é bangalô. Lá não existe felicidade de arranha-céu. Pois quem mora lá no morro já vive pertinho do céu”**

**(Herivelto Martins) <sup>39</sup>**



No papo do quiosque muitos acreditam que o acendedor de lampião poderá ser qualificado para a nova profissão. Trocar lâmpadas, estender fios pela cidade, fazer ligações domiciliares, prestar serviços de manutenção. A conversa se estende noites a dentro. Mas tudo fica na conversa. Os desempregados da companhia de gás continuam na rua da amargura, sem emprego e sem esperança de uma nova profissão. É o fim do *vaga-lume*, apelido carinhoso dado ao acendedor de lampião.

### **7.1 Cenário futurista: o animatógrafo desemprega desenhista**

A grande maioria das imagens do Império são feitas de litogravuras,<sup>40</sup> pinturas, esculturas e aquarelas. A partir do início de 1860 torna-se cada vez mais nítido o predomínio do material fotográfico.

A explicação para o fato está vinculada de maneira bastante direta ao próprio D. Pedro II, que, além de incentivador dessa técnica, torna-se um fotógrafo.

O pioneirismo do soberano é evidenciado quando da concessão do patrocínio imperial a um fotógrafo, ocorrida em 8 de março de 1851. Conferindo o título de

Fotógrafos da Casa Imperial a Buvelot & Prat, antecipa-se dois anos à rainha Vitória I e, assim, incentiva a nova profissão, o fotógrafo.

O primeiro anúncio da invenção do *daguerreótipo*<sup>41</sup> chegou à Corte em 19 de agosto de 1839, por meio de uma notícia publicada em maio no Jornal do Comércio. No mês de agosto, em sessão conjunta das academias de Belas Artes e de Ciências, acontece em Paris a comunicação oficial da invenção. Em dezembro, o francês Hércules Florence, radicado em São Paulo, divulga o resultado de suas experiências com o novo aparelho.

O Imperador adquire seu equipamento de *daguerreotipia* em março de 1840, oito meses antes que esses aparatos começassem a ser comercializados no Brasil, motivado pelas demonstrações do abade francês Louis Compte, que trouxe a fotografia para o país em janeiro daquele ano. Em 1841, D. Pedro II se exercita na nova arte, enquanto, com grande curiosidade do público, a fotografia é introduzida entre nós, à semelhança do que ocorre no resto do mundo.

O Jornal do Comércio publica a notícia da chegada da nova invenção tecnológica:

Finalmente passou o daguerreótipo para cá os mares e a fotografia que até agora só era conhecida no Rio de Janeiro por teoria [...] Hoje de manhã teve lugar na hospedaria Pharoux um ensaio fotográfico tanto mais interessante, quanto é a primeira vez que a nova maravilha se apresenta aos olhos dos brasileiros [...] Preciso ver a coisa com seus próprios olhos para se fazer idéia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de nove minutos o chafariz do Largo do Paço, a praça do Peixe, mosteiro de São Bento [...] Se acharam reproduzidos com tal fidelidade, precisão e minuciosidade, que bem se via que a coisa tinha sido feita pela própria natureza, e quase sem a intervenção do artista. (Jornal do Comércio, 17 de janeiro de 1840:165).

A velocidade com que o *daguerreótipo* atrai essa sociedade combina com a velocidade dos acontecimentos que se transformam em sinônimo de qualidade e progresso. É dessa época a invenção do telégrafo, do telefone, do motor de



explosão, que em seu conjunto são concebidos visando solucionar a "pressa" do final do século.

## 7.2 Antes da novela das oito, o folhetim matinal

O folhetim e as notícias dos jornais circulam levando as últimas, intrigas, anúncios e emoções das histórias em capítulos. O modo de circulação dos jornais é narrado por Coelho Neto,<sup>42</sup> dando conta de aspectos da época:

Era a hora em que começava nos colégios públicos, onde estalava a palmatória, a cantoria numérica da tabuada. Passavam beatas para a missa. O carteiro fazia ziguezagues duma para outra calçada, falando a todos com intimidade. [...] E à porta da venda, repimpendo num caixote ou esmagando um saco de feijão ao peso do corpo nédio, o taverneiro, em mangas de camisa, lia o *Jornal do Comércio* e as cozinheiras, com as compras levavam para as casas as notícias da véspera e narravam-nas estarrecidas. Um assassinio alarmava a cidade e tornava-se, durante dias, o assunto das palestras. Terminada a leitura, o taverneiro entregava o jornal ao caixeiro para que o levasse ao freguês mais importante e, até à noite, a folha andava de casa em casa, lida e relida, informando sobre a política, sobre o preço dos gêneros e das fazendas, sobre os casos das ruas, e fazendo sorrir e chorar com os episódios do folhetim, sempre suspenso no ponto mais interessante. [...] Por vêzes um romance amenizava as horas e corriam lagrimas compadecidas sobre o sofrimento de "Flor de Maria" ou pasmava-se da riqueza do Conde de Monte-Cristo. (Coelho Neto, 1916:51-181).

Os anúncios são elaborados utilizando-se caricaturas que exigem desenhistas. Esse recurso também serve para ilustrar assuntos de maior destaque no jornal. Com a chegada da máquina fotográfica, nasce o fotojornalismo. Os desenhos são substituídos pelas fotos. A tecnologia fotográfica desaloja de sua zona de conforto o desenhista. O avanço da ciência costuma, às vezes, qualificar as máquinas. E, assim sendo, elas passam a desempenhar tarefas que só os homens podiam realizar. Mostram, ainda, tendências, sobretudo aquelas que se impõem às custas do trabalho vivo. É por isso que Bilac (1916)<sup>43</sup> imagina que a máquina fotográfica será utilizada com auxílio do desenho para ilustrar as reportagens. Em sua narrativa, vislumbra o futuro do jornal falado na televisão. Sua visão do que

acontecerá não somente com o fotojornalismo mas com todas as antigas maneiras de veicular a notícia é de grande aproximação.

É provável que o jornal-modelo do século XX seja um imenso animatógrafo, por cuja tela vasta passem reproduzidos, instantaneamente, todos os incidentes da vida cotidiana. Direis que as ilustrações, sem palavras que as expliquem, não poderão doutrinar as massas nem fazer uma propaganda eficaz desta ou daquela idéia política. Puro engano. Haverá ilustradores para o louvor, ilustradores para a censura, ilustradores para a sátira, ilustradores para a piedade.

Quando o diretor do jornal quiser dizer que o povo morre de fome – confiará as suas idéias a um pintor de alma fúnebre, que mostrará na tela os cadáveres empilhados pelas ruas, sob uma revoada de corvos sinistros; quando quiser dizer que o político X é um cretino que não vê dois palmos adiante do nariz – apelará para o talento de um caricaturista que, pintando a vítima com um respeitável par de imensas orelhas, claramente exprimirá o pensamento da folha. Demais, nada impede que seja anexado ao animatógrafo um gramofone de voz tonitruosa, encarregado de berrar ao céu e à terra o comentário, grave ou picante, das fotografias. E convenhamos que, no dia em que nós, cronistas e noticiaristas, houvermos desaparecido da cena – nem por isso se subverterá a ordem social. As palavras são traidoras, e a fotografia é fiel. A pensa nem sempre é ajudada pela inteligência ao passo que a máquina fotográfica funciona sempre sob a égide da soberana Verdade, a coberto das inumeráveis ciladas da mentira, do Equívoco, e da miopia intelectual. Vereis que não hão de ser tão freqüentes as controvérsias. [...] No jornalismo do Rio de Janeiro, já se iniciou a revolução, que vai ser a nossa morte e a opulência dos que sabem desenhar. Preparemo-nos para morrer, irmãos, sem lamentações ridículas, aceitando resignadamente a fatalidade das coisas, e consolando-nos uns aos outros com a cortesia de que, ao menos, não mais seremos obrigados a escrever barbaridades... Saudemos a nova era da imprensa! A revolução tira-nos o pão da boca, mas deixa-nos aliviada a consciência. (Bilac, 1996:169-70).

A conversa de quiosque depois que é introduzida a mania de comentar o noticiário dos jornais fica mais animada. As indagações continuam as mesmas: sobre o desenhista que está sendo substituído pelo fotógrafo, os que perdem dinheiro no Encilhamento e a alegria dos cafeicultores que não serão ameaçados pela industrialização do país, como queria Rui Barbosa. Sempre sobra tempo para comentar os trajes das senhoras que imitam a moda de Paris e as novas casas de

francesas instaladas na rua Alice, cobrando preços exorbitantes por uma noitada de alegria. O que será do pobre numa cidade como essa? Quase não há trabalho depois da crise do Encilhamento. Muitas lojas fecharam. Muitos perderam dinheiro. A crise é alarmante!

### **7.3 Cenário da Primeira República: acendedor de lampião, o novo desempregado**

O Rio de Janeiro, no final do século XIX e começo do XX, vive um momento de intensa transformação. É o momento de transição entre o velho patriarcalismo e a Nova República. Sendo a capital federal e maior e mais importante cidade do país, as transformações ali são mais evidentes. Tudo o que ocorre na Capital é difundido por todo o país. Com a abolição da escravidão e a imigração constante de estrangeiros, o Rio tem um grande crescimento demográfico.

A volta à barbárie, tantas vezes invocada para justificar a necessidade de se manter a escravidão, não acontece. Grande parte dos escravos libertos rumam para a cidade, onde não encontram trabalho e têm que viver na miséria ou em atividade modernamente classificada como subemprego. Além da pouca oferta de emprego, há a concorrência com os estrangeiros, que têm como vantagem o fato de serem trabalhadores que, por educação e tradição, estão adaptados ao trabalho assalariado. Dizem que são “qualificados” para atender às novas exigências impostas ao trabalhador. O governo, dizem, nada faz para qualificar os desempregados. É o comentário no quiosque.

Muitos daqueles que pertencem à classe ociosa<sup>44</sup> criada pela Corte agora precisam trabalhar ou descobrir alguma forma de renda. Crescem os trabalhos ilegais. A imprensa, no ano de 1890, reclama que o Rio está infestado de ladrões, prostitutas, bicheiros, malandros e ambulantes. A maior parte destes desocupados ou ocupados ilegalmente atuam e moram próximos do Centro, onde cresce a prostituição, a vagabundagem, o roubo, enfim, a marginalidade e a exclusão. As camadas mais pobres da população são as que mais sofrem. O encarecimento dos produtos importados (praticamente tudo é importado), graças à queda do câmbio

(a desvalorização da moeda com o aumento das emissões) e ao aumento dos impostos sobre a importação, aprofundam a miséria da população.

Com o aumento dos produtos importados, o custo de vida sobe e os salários se desvalorizam. Os empregos no comércio, além de mal remunerados, são a cada dia mais escassos devido à imigração. A República começa a evidenciar suas contradições e revela uma capital imunda, cheia de doenças, enquanto emergem as indústrias.

O Código de Posturas Municipais em 1890 mostra como é grande a preocupação republicana com o controle da população marginal. A população pobre é maltratada e mostra sua insatisfação em movimentos como a Revolta da Vacina. Mesmo que benéfica, por ser uma medida do governo, é vista como um insulto pelas camadas mais pobres. Esse movimento serve para demonstrar descrença e insatisfação com o governo. As camadas mais pobres, mesmo sem espaço político para se manifestarem, mostram sua insatisfação em pequenas comunidades. Só mais tarde aparecem as associações operárias e anarquistas.

O prefeito Pereira Passos manda enxotar toda aquela gente pobre do centro do Rio para a periferia. A industrialização se faz às custas da exclusão dos escravos, e a cidade transforma-se em modelo europeu de metrópole. A metade dela é demolida para abrir uma avenida “belle époque”.<sup>45</sup> Morros são destruídos para construir um porto e uma segunda avenida. Em nome da higiene, faz-se guerra aos pobres, afastando-os do centro da cidade para longe do cenário de progresso urbano. As obras jogam a promiscuidade social para longe dos olhos. Sem ter para onde ir, parte dela permanece nos poucos espaços disponíveis no centro do Rio. Muitos trabalhadores brasileiros vão morar em barracos construídos nos morros, sem água, ruas ou qualquer tipo de saneamento. Tudo em nome do progresso industrial que, segundo dizem, livraria o povo brasileiro da pobreza, do analfabetismo, da exclusão.

#### 7.4 Com a eletricidade, desaparece o acendedor de lampião

No final do governo de Rodrigues Alves, o resultado da modernização da República é evidente: uma cidade “civilizada” para os mais ricos, enquanto os pobres vivem com a falta de saneamento e de estrutura urbana.

**Figura 16 – O acendedor de lampião**

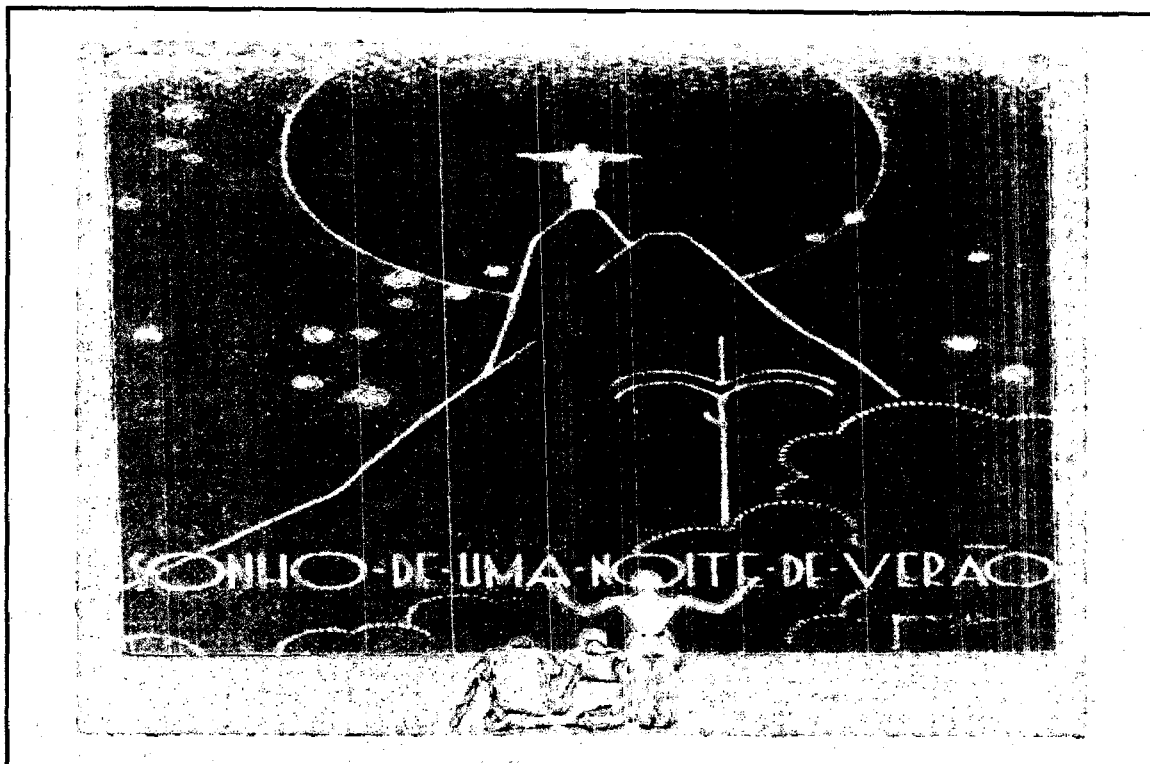


Fonte: Museu da Imagem e do Som. Rio de Janeiro.

A cidade feericamente iluminada pela eletricidade deixa para trás a figura pitoresca do velho acendedor de lampião, desempregado dos novos tempos. São desempregados na acepção moderna da palavra, pois esses homens deixam de ser necessários com a chegada da eletricidade, por sua vez necessária ao processo industrial.

### 7.5 Cenário mágico: Marconi, da Itália, ilumina a imagem do Cristo no Rio de Janeiro

Figura 17 – Imagem do Cristo Redentor iluminada



Fonte: Desenho de J. Carlos.

Tudo se passa como se a eletricidade fosse a responsável pelo aumento do índice de civilização e de modernidade. Na era do rádio, da estrada de ferro, do bonde e da fotografia, a imprensa dissemina idéias de que o “progresso” colocará o país em pé de igualdade com os desenvolvidos.

O novo feito acompanhado pela imprensa é a colocação de uma estátua de Cristo no alto do Morro do Corcovado. A imagem do Cristo Redentor foi projetada por Heitor da Silva Costa, realizada pelo famoso escultor francês Paul Landowsky e contou com a colaboração do artista italiano Paulo Landucci. A inauguração do Cristo Redentor no Corcovado é um momento de agitação pela imprensa. Toda a população carioca, com os olhos fixos no cume do penhasco, em 12 de outubro de 1931, vê o Cristo iluminar-se como se fosse mágica.

O milagre feito por Marconi se dá a bordo do seu iate *Electra*, em Gênova, na Itália. É ele quem aperta um botão, em plena Europa, e estabelece o contato elétrico que ilumina a imagem do Cristo Redentor no distante Rio de Janeiro.

A crítica social na conversa de quiosque recai sobre a modernidade. As revoltas populares, inclusive a da Vacina, configuram reação ou resistência à vida urbana, ou seja, às contradições da sociedade que impõe o trabalho assalariado, mas que o nega para uma grande parte de trabalhadores. Por tudo isso, um pouco de magia na inauguração do monumento ajuda a esquecer o movimento silencioso das transformações originadas com a ascensão do capitalismo, que desde sua origem elimina o trabalho vivo, incorporando-o cada vez mais a máquinas que substituem as mãos humanas.

#### **7.6 Os excluídos da urbanização**

Empregados, desempregados, biscateiros e as péssimas condições de moradia e saneamento que se arrastam desde o Império aumentam ainda mais com o incremento populacional. A cidade registra constantes epidemias. Doenças como impaludismo, varíola, sarampo, febre tifóide, escarlatina, difteria, gripe e febre amarela são as principais causadoras do alto índice de mortalidade da população. Cresce o número de cortiços. Entre 1917 e 1926, há registros de remoções de barracos e populações faveladas nos morros da Babilônia e Dois Irmãos e do Telégrafo, este localizado às portas da área suburbana, ao norte da cidade.

Ao mesmo tempo, acusa-se a existência de favelas no Catumbi e também na Lagoa Rodrigo de Freitas, Ipanema, Leblon e Gávea. É nesse período que surgem as maiores favelas cariocas: a da Rocinha e a da Praia do Pinto.

#### **7.7 Implantada a multinacional da eletricidade**

A eletricidade configura a modernização urbana, própria de uma civilização industrial. A cidade possui sérios problemas de infra-estrutura, ampliados pelo congestionamento cada vez maior de sua malha urbana. O fluxo de desocupados

vindo de áreas rurais próximas é crescente. Grande parte do fluxo é constituído de forros vindos da cafeicultura do Vale do Paraíba, de pessoas de outros Estados atraídas pela febre do ganho fácil do Encilhamento e de imigrantes à procura de trabalho e de melhores condições de vida.

Coube a um grupo canadense, no governo do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, estimular a iniciativa para fundar, no Canadá, em 1904, a *The Rio de Janeiro Tramway, Companhia de Eletricidade and Power Co. Ltd.*

Para viabilizar o projeto da *holding*, os capitalistas buscam neutralizar toda a legislação contrária à formação de monopólios na Capital. Ao mesmo tempo, dedicam-se a um complexo trabalho de captação de recursos no mercado financeiro internacional, com o apoio da *National Trust e do Bank of Commerce*.

A eletricidade é personagem constante nas crônicas que tratam das transformações da cidade. Os escritores, em sua maioria, registram o fascínio proporcionado pela nova tecnologia, evidenciando o seu papel no quadro de modernidade por eles vislumbrados. A modificação na iluminação pública torna-se um dos atrativos mais interessantes para aqueles que procuram a imagem de uma grande metrópole.

Nesta representação da cidade, as reformas urbanas de Pereira Passos são capazes de proporcionar o início de uma nova era em que a vida cotidiana torna-se mais dinâmica e atraente. Uma larga avenida construída em sua administração, a avenida Central (atual avenida Rio Branco), torna-se símbolo de um novo modo de viver. À noite a atração é a própria iluminação elétrica, que torna mais fascinante a vida noturna:

[...] Esta época que estamos vivendo é realmente a idade áurea da vida carioca. Às nove horas da noite [...] a Avenida regorgitava e a iluminação era profusa, dir-se-ia o laboratório gigantesco de um electricista maníaco, tão forte, tão demasiada até era a irradiação das lâmpadas! [...] Carruagens, pessoas, automóveis, tudo tumultuava numa ebriedade de viver! (Revista Fon-Fon, 1909:6-8).



A eletricidade torna-se um referencial que delimita o espaço da cidade civilizada e o espaço da cidade presa ao passado. Ao ressaltarem o fervilhar da avenida Central, destacando suas luzes, há sempre uma referência às sombras a que está destinado o outro Rio de Janeiro. É interessante perceber que a imagem que representa a cidade tem como referência um pequeno trecho urbano onde se encontra a nova avenida e arredores com seus ares de metrópole. A outra cidade, aquela onde vive e trabalha a maior parte da população, é representada como algo triste e escuro.

As reformas são exaltadas, tanto com relação ao seu alcance imediato, quanto à sua perspectiva otimista de futuro. Os graves problemas de infra-estrutura de uma área urbana cada vez mais congestionada permanecem ausentes desse discurso. O pequeno trecho reformado adquire o caráter de cartão postal da Capital e configura um padrão de modernização que será seguido pelo resto do país. A contradição entre cidade civilizada e povo atrasado torna-se uma das questões centrais do discurso sobre o moderno. Veja o que diz a letra do samba:

Vai barracão, pendurado no morro. E pedindo socorro. A cidade a seus pés. Vai barracão. Tua voz eu escuto. Não te esqueço um minuto. Por que sei que tu és. Barracão de zinco. Tradição de meu país. Barracão de zinco, pobretão infeliz. Vai barracão. (Magalhães Oldemar e Luís Antonio, *copyright* Editora Musical Brasileira).

Certos autores da modernidade sugerem que a maioria dos habitantes não combina mais com a cidade. É recorrente nas crônicas do período a frustração quanto aos hábitos desajeitados da população que não sabe usufruir dos meios civilizados trazidos pela industrialização.

Apesar das largas avenidas bem iluminadas, o povo permanece à noite em casa, sob à luz dos velhos lampiões a gás, ou, quando estão na Avenida se apresentam como bandos barulhentos e indesejáveis. O indesejado nesse novo espaço urbano é o suburbano, que vive um período na reordenação do espaço urbano

caracterizado, principalmente, pela exclusão. A sedução da modernidade para certa intelectualidade parece ter ficado restrita a pequena parte da população.

A camada mais pobre da população, mesmo que seduzida pela eletricidade, teve um contato bem menor com ela. Embora iniciada em 1892 pela Cia. de Ferro-Carril Jardim Botânico, a eletrificação dos bondes somente toma impulso na primeira década do século XX, com a monopolização do setor de eletricidade pelo grupo Companhia de Eletricidade.

**Figura 18 – O Perigo Amarelo**



Fonte: Calixto in Degas. Rio, ano I, nº II, 17 out. 1908, capa.

As referências sobre acontecimentos de acidentes envolvendo o bonde elétrico ou a eletricidade são constantes nos jornais. Este tipo de acontecimento e a forma como ele passa a ser constantemente abordado pela imprensa indicam que os mesmos passam a ocupar um papel de maior destaque entre as preocupações da população. Além disso, os bondes são acusados de desenvolverem altas velocidades e de causarem acidentes ainda mais graves e constantes do que aqueles do tempo dos bondes de tração animal. As charges mostram imagens onde aparecem indivíduos que, com grande desaponto, perdem horas à espera dos elétricos, enquanto estes passam ao largo, deixando para trás apenas rajadas

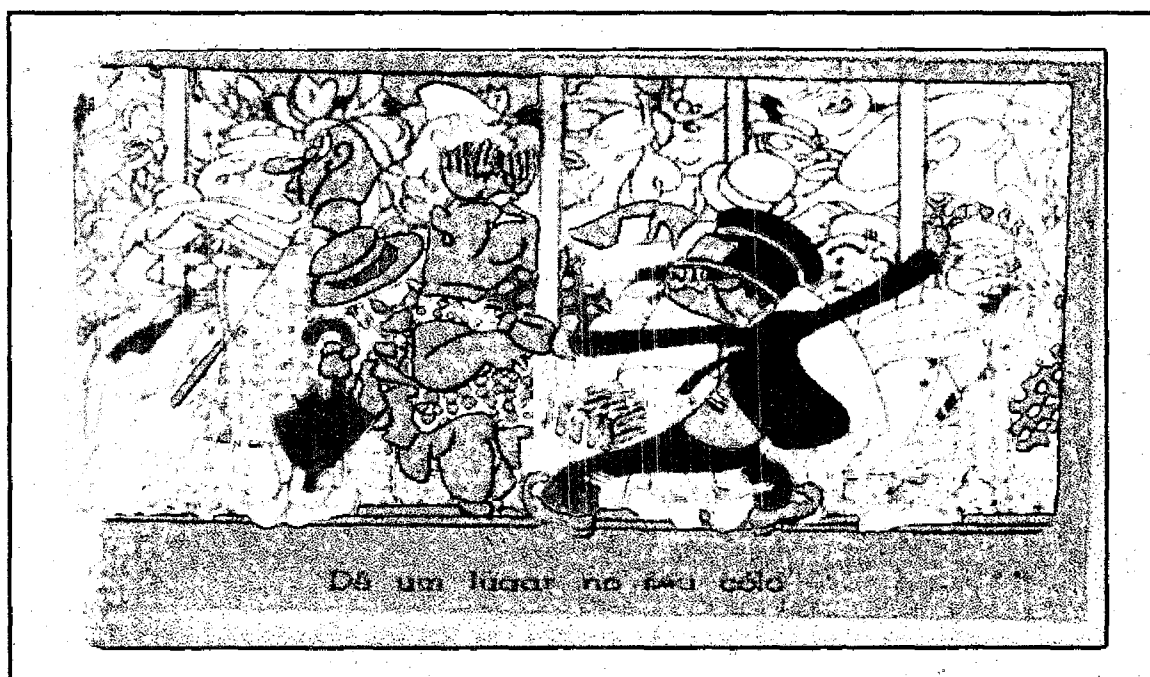
de vento, que aparecem na charge no balançar das roupas e no esvoaçar dos chapéus das pessoas que não conseguem embarcar.

Apesar disto, viajar nos elétricos é motivo de orgulho e constitui diferença entre os passageiros e os que não podem gozar desse luxo. Nota-se a dificuldade da população em conviver no seu cotidiano com um novo patamar de velocidade. Percepções contraditórias com relação a essa experiência aparecem em manifestações, tanto no desejo quanto no medo de experimentar estas emoções.

Além das variadas e constantes críticas ao elétrico encontradas em artigos e seções abertas ao público, os cronistas e cartunistas tratam freqüentemente o tema, tornando a imprensa rica em referências e ilustrações a respeito do caráter quase desastroso do novo meio de transporte:

Não é que a Companhia de Eletricidade decidiu exterminar a honesta população desta cidade? [...] Os bondes elétricos continuam a esmagar e trucidar inocentes passageiros. A blague foi o único protesto do povo indefeso, que intitulou com acerto os tais carros de "perigo amarelo". (Revista Fon-Fon, 1909:8).

### Figura 19 – O transporte



Fonte: Careta, 10 de abril de 1937.

O "perigo amarelo", referência à cor dos bondes elétricos, transforma-se em grande inimigo:

Há nele não sei o que de fatal e necessário; parece um flagelo, uma epidemia descida dos céus para o nosso castigo. Os estropiados aumentam e a população de tais lugares, se de todo não desaparecer, em breve ficará privada de braços e pernas. (Revista Fon-Fon, 1909:8).

Percebe-se a incidência de representações contraditórias quanto aos bondes elétricos. De um lado, a atração pela novidade tecnológica que eles representam, como heróis da modernidade, potencialmente capazes de proporcionar uma vida mais cômoda, dinâmica e veloz. De outro, a repulsa generalizada à empresa concessionária e aos perigos dessa modernidade, cujo contato cotidiano pode causar morte e flagelo. Ao serem associados a esses inconvenientes, os elétricos da Companhia de Eletricidade assumem a forma de vilões. As emoções contraditórias associadas às questões de desemprego levam a uma forte reação popular contra os bondes e, por extensão, contra a atuação desenfreada de empresas estrangeiras no país. A ocorrência policial do período registra nos jornais: mortos, feridos, bondes virados e queimados, construção de barricadas e destruição de postes de iluminação. Revelam contradições da chamada modernização, em que cresce a produção de riqueza ao mesmo tempo em que os jornais escondem as reações de insatisfação dessa camada da sociedade que não só não usufrui das novas tecnologias como não tem emprego. A imprensa não revela a insatisfação de muitos com as condições de vida no Rio e a falta de esperança de um dia poder participar daquilo que denominam modernidade.

### **7.8 Na arruaça dos “desocupados”: bala perdida faz vítima**

O episódio da arruaça contra o serviço de bondes e outros relatos semelhantes mostra que a insatisfação no início da Primeira República é grande.

O desemprego e a transformação de escravos em servos não abre caminho para a solução dos problemas sociais. Problemas sociais são resolvidos como caso de

polícia. Os jornais indicam que a violência policial é extrema. A reação contra os bondes em 1909 não pode, em hipótese alguma, ser analisada como um fenômeno isolado. A sua relação com outros acontecimentos similares se dá em dois níveis. No primeiro, está a identidade com as várias outras revoltas que ocorrem nesses primeiros anos da República, entre as quais a Revolta da Vacina, que, ocorrida cinco anos antes, traz a marca da insatisfação popular e da forma de ação policial com que a República Velha trata as questões sociais. No segundo, está a sua correspondência com várias outras revoltas populares que têm origem na insatisfação com os meios de transporte, seja com o preço da tarifa, como ocorre nos quebra-quebras de janeiro de 1880 e de junho de 1901, ou motivado pelo mau funcionamento do serviço, como o que acontece em 1909. Escondem-se as verdadeiras razões sociais da insatisfação. A industrialização que pressupõe a centralização da riqueza começa a evidenciar suas conseqüências, agravada pela concorrência dos trabalhadores estrangeiros preparados para o trabalho livre.

### **7.9 O cenário da fuga: chegada da tecnologia no planeta Marte**

Para os cientistas, dentro de cinco bilhões de anos, o homem terá que deixar a Terra,<sup>47</sup> abandonando em um túmulo de gelo todas as realizações da humanidade, condenadas a perecer sem a existência do Sol. Com o Sol transformando-se em uma estrela anã, a Terra ficará a vagar pelo espaço como um esquife que encerra todos os sonhos e realizações. Mesmo que a ciência e a tecnologia possam recriar nesse mundo gelado condições de vida, o homem estará fora desse sistema planetário em busca de novas realizações. Lorde Keynes (1930) disse que “no longo prazo todos nós estaremos mortos” e, portanto, não é relevante a discussão sobre o futuro. Mas o homem, nesse exato momento, com a tecnologia disponível, começa a afastar-se desse planeta. Mesmo sem ter resolvido seus problemas sociais, e talvez por esta razão, dá o primeiro passo para sua fuga do sistema solar. Pensa em conquistar novos planetas, em anexá-los à lógica dessa sociedade. Esse fato parece tão fantástico como a iluminação do Cristo feita diretamente da Itália.

### 7.10 A tecnologia hoje prepara para a fuga de amanhã<sup>47</sup>

O robô em Marte é parte dessa busca planejada e fruto do domínio dos homens sobre a natureza. Os homens que pensaram o helicóptero, o robô pesquisador, a sonda *Voyager*, a Plataforma Espacial expressam essas possibilidades. A construção da Plataforma Espacial, entre a Terra e a Lua, uma ilha luminosa que será vista em todos os hemisférios, está sendo construída. O que isso significa? A ficção está se tornando realidade?

**Figura 20 – O Sojourner**



Fonte: NASA, [www.nasa.gov](http://www.nasa.gov).

A chegada da Pathfinder a Marte deve marcar o início de uma série de missões não tripuladas, com intervalos de 26 meses, até o ano de 2005. Todas têm como missão desvendar os segredos de um planeta que há séculos fascina os seres humanos e vem servindo de tema a uma infinidade de filmes e livros de ficção científica.

Um pequeno robô chamado Sojourner, menor do que um triciclo infantil, é o encarregado de pesquisar o solo marciano. Trabalha com energia solar e suas

manobras são controladas da Terra, a cerca de 190 milhões de quilômetros de distância, por um cientista da NASA. Portanto, não é por falta de ciência que as misérias humanas perpetuam-se.

Nessa época do ano, o Planeta Marte está muito frio e mesmo em sua face mais exposta aos raios solares a temperatura de sua superfície não vai além dos 13 graus Celsius abaixo de zero. Entretanto, os instrumentos da estação científica robotizada, comandados por impulsos de rádio, enfrentaram frio, rajadas de vento, de dióxido de carbono e tempestades de poeira, as quais são para eles quase imperceptíveis. Uma das principais metas dos pesquisadores é descobrir os meteoritos conhecidos pela sigla SNC caídos da atmosfera, os quais provêm de Marte. Num desses meteoritos, uma equipe de geólogos da NASA acredita ter encontrado sinais fossilizados da presença de atividade bacteriana, ou seja, da vida que teria existido em Marte há cerca de 3,8 bilhões de anos. Caso o robô teleguiado prove que as pedras do planeta vermelho são idênticas aos meteoritos, estaremos mais perto dos dias de exploração de Marte. No entanto, até o dia 16 de julho de 1997, os sinais de rádio enviados à Terra não provaram nada neste sentido. As pedras analisadas pelo Sojourner parecem mais com pedras vulcânicas terrestres. As fotos que o robô enviou também não convenceram plenamente. As imagens de Marte produzidas pelas naves gêmeas americanas Viking 1 e 2, há 21 anos, ainda são insuperáveis em estranhamento e beleza.

### **7.11 Robô em Marte é acordado com samba**

A cada dia é necessário enviar um sinal de rádio da Terra rumo ao planeta Marte para colocar o robô em funcionamento. Na década de 30 do século XX, a tecnologia permitiu que Marconi, da Itália, acendesse as luzes da imagem do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Agora, no final do século, cabe a uma engenheira brasileira mandar um sinal de rádio de Pasadena, na Califórnia, para o Planeta Marte, com a finalidade de acionar o mecanismo de um robô de pesquisa.

No primeiro dia, a música escolhida foi o tema da série de TV "Mad About You". Depois o Sojourner acordou com "Coisinha Bonitinha do Pai", da compositora e

cantora brasileira Beth Carvalho. A surpresa para os brasileiros que acompanharam o pouso da sonda Pathfinder em Marte e as andanças do veículo-robô Sojourner na superfície do planeta é a participação da engenheira carioca Jacqueline Lyra, de 35 anos, que está no grupo do centro de controle do Laboratório de Jato Propulsão da Nasa, em Pasadena, participando da missão.

Do instante em que Marconi iluminou a estátua do Cristo diretamente da Itália até o momento em que Jackeline “acordou o robô” em Marte com um samba brasileiro, menos de um século se passou. A tecnologia que causou espanto na década de 30 já não assusta mais na década de 90. Assusta saber que o homem possui tecnologia para erradicar a fome do Planeta, mas seu sistema social não o permite. É que a produção de riqueza nessa sociedade, como há mais de cem anos, continua não tendo como objetivo satisfazer necessidades humanas. Pelo contrário, o trabalho alheio só tem um objetivo: produzir mais valia. É difícil perceber à primeira vista que a ciência e sua aplicação tecnológica nessa sociedade tem por conteúdo (razão) a obtenção de lucro (do trabalho gratuito), da competitividade. Contudo, ao desenvolvê-la, o modo de produção capitalista elimina o trabalho vivo, semelhante ao que acontece na pesquisa de Marte. Por exemplo, o homem está ciente de que há imensas reservas de minérios, ouro, ferro, níquel em meteoros de grande dimensão que orbitam em torno da Terra. Aparentemente, a exploração desse minério no século XXI vai gerar novos empregos, novas oportunidades de trabalho. Mas essa não é a lógica do *modo de produção capitalista*. A obtenção de lucro vive uma contradição histórica inegável: o trabalho vivo diminui incessantemente devido ao aperfeiçoamento das máquinas, o que suscita a indagação: o que fazer com os homens nessa sociedade que se tornou livre do capital?



## Notas do Capítulo 7

(39) *Ave Maria no Morro*, samba-canção de Herivelto Martins, *copyright* Irmãos Vitale S/A.

(40) Litogravura, processo em que o artista desenha diretamente sobre uma pedra porosa e chapada com lápis gorduroso. Na xilogravura o desenho é entalhado em um bloco de madeira para depois ser reproduzido em papel. Outro processo é a gravura em metal, executada sobre placas metálicas: o artista risca o material com ponta de aço ou qualquer outro instrumento. E por último, a serigrafia, um processo de gravação que usa uma tela de nylon como base de trabalho.

(41) Daguerreótipo, feito em uma placa de prata, é a fotografia primitiva. Era guardado em porta-retratos, onde ficava protegido. O acervo do Museu Mariano Procópio possui inúmeros exemplares das primeiras fotografias.

O daguerreótipo (1839) foi a primeira solução prática do problema fotográfico. Em 1841, Claudet descobriu substâncias aceleradoras, graças às quais foi diminuindo o tempo de exposição. Mais ou menos na mesma época, o inglês William Henry Talbot substituiu o daguerreótipo em metal pela fotografia em papel (dedominado de calótipo). Niepce de Saint-Victor (1805-1870), primo de Nicéphore, conseguiu a chapa fotográfica de vidro coberto por uma camada de albumina, sensibilizada por iodeto de prata. Maddox e Benett, entre 1871 e 1878, descobriram a chapa de gelatina-brometo, bem como a sua sensibilização. Vogel, em 1875, sensibilizando as emulsões por meio de pequenas quantidades de certos compostos orgânicos, ampliou muito a gama de radiações actínicas, isto é, capazes de impressionar a chapa fotográfica. Aperfeiçoando os processos, George Eastman criou a película de rolo de celulóide, que permanece em uso até nossos dias, mas está sendo tirada do mercado pelo desenvolvimento da informática e da digitalização de imagens. Os filmes de rolo de celulóide estão sendo substituídos por chips, que são bem mais práticos e com grande capacidade de armazenamento de imagens.

(42) Sobre as narrativas de Coelho Neto e sobre as profissões e os pregões cariocas, consultar: COELHO NETO, *A Antiga Cidade: palestras da tarde*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

(43) Olavo Bilac, *Gazeta de Notícias*, 13 jan. 1911. O trabalho de Bilac como jornalista que sucedeu a Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* pode ser também encontrado na reprodução de crônicas de Bilac em DIMAS, Antônio (Org.) *Vossa Insolência: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

(44) Classe ociosa, aqui usada no sentido dado à palavra por Veblen, ou seja, ócio, tempo gasto em atividade não produtiva, mas não implicando indolência, que é o caso da burocracia da Corte. Ver VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução Olivia Krähenbühl. São Paulo: Nova Cultura, 1989.

(45) Ver NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

(46) Dentro de cinco mil milhões de anos o Sol se transformará em uma anã branca. Isso porque uma estrela passa a maior parte da sua vida num delicado equilíbrio entre o empurrão gravitacional dos seus próprios estratos para o centro, que tende a fazê-la contrair-se, e a pressão do gás no seu interior, que se opõe à contração e que procede do tremendo calor gerado pelas reações nucleares. A principal reação nuclear é a combustão do hidrogênio, que se transforma em hélio. Para uma estrela como o nosso Sol, pensa-se que dentro de cinco mil milhões de anos todo o hidrogênio do núcleo ter-se-á transformado em hélio. Começará, então, uma etapa de frenética atividade. No início, o núcleo contrair-se-á, incapaz de manter por mais tempo o delicado equilíbrio. Quando isso suceder, a sua temperatura aumentará e começará, então, as reações nucleares do hidrogênio num pequeno estrato à volta do núcleo inerte de hélio.

Ao mesmo tempo, os estratos estelares externos expandir-se-ão enormemente, e a estrela transformar-se-á em gigante vermelha, com um raio que alcançará a órbita terrestre. Mercúrio e Vênus desaparecerão nesta fase, vaporizando-se para o interior do sol. Seguidamente, o núcleo tomar-se-á tão quente – cerca de cem milhões de graus – que poderão começar as reações nucleares do hélio, que produzem carbono e oxigênio. No entanto, também o hélio central está destinado a esgotar-se. Para uma estrela como o Sol, o passo evolutivo seguinte consiste no início das reações do hélio num fino estrato à volta do núcleo, enquanto prossegue a expansão da gigante vermelha, com um diâmetro que

alcançará a órbita de Marte. Finalmente, a estrela expulsará os estratos externos, que originarão uma nebulosa planetária, enquanto o que resta do núcleo se transformará em anã branca. Elétrões degenerados: a anã branca é uma estrela que já não tem fontes de energia nuclear; no entanto, ainda é capaz de contrapor a força gravitacional que a comprime, porque nestas condições extremas de densidade, os elétrões arrancados dos seus átomos originários ingressam num estado conhecido como "gás degenerado". (Vale ver sobre o assunto matérias do site da NASA: [www.nasa.gov](http://www.nasa.gov)).

(47) A Agência Espacial Brasileira foi criada em 10 de fevereiro de 1994. Está localizada em Brasília, Distrito Federal, Brasil. É uma agência civil, ligada diretamente à Presidência da República. É encarregada de supervisionar as atividades espaciais no Brasil, para os benefícios social e econômico dos brasileiros. Estas atividades são conduzidas pelos Ministérios (Aeronáutica e Ciência e Tecnologia), centros de pesquisa, universidades e o setor privado. Em 1965, com a instalação do centro de lançamento da barreira do inferno (Clbi), iniciou-se a era espacial no Brasil. Em 1979, foi aprovada a missão espacial completa brasileira (Mecb) – para o desenvolvimento do satélite brasileiro. Os principais objetivos do programa Mecb são: (i) desenvolver recursos humanos e infra-estrutura suficientes para a autonomia das atividades espaciais no Brasil; (ii) desenvolver satélites com aplicações relacionadas às necessidades brasileiras; (iii) estabelecer parcerias com a indústria no desenvolvimento de tecnologias espaciais; (iv) aumentar a cooperação internacional na área espacial.

## Considerações Finais

O início do trabalho coloca em discussão algumas questões:

- o emprego será substituído pelo trabalho?
- o que acontecerá com os excluídos?
- o desemprego levará a volta à barbárie?

Nesse contexto, desperta-se a atenção do leitor para compreender que os cenários construídos não tratam da adivinhação do futuro, mas de tendências do presente. Os cenários exploram os fatos, mas almejam a percepção. Sua finalidade é coletar e transformar informações de significância estratégica em percepções novas. Esse processo de transformação não é trivial e pode até não acontecer. O que foi escrito não pretende dizer como o homem resolverá seus problemas no futuro. Quem sabe possa ajudar a compreender quais são esses problemas, despertando atenção para as manifestações sugeridas pelas aparências determinadas pela ciência e tecnologia a serviço do capitalismo.

A análise substantiva, isto é, aquela que visa desvendar a subjetividade existente nas questões, é difícil, pois se contrapõe àquela construída sob as condicionantes do *modo de produção capitalista* e de sua racionalidade própria. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que o capitalismo soube construir um mundo à sua imagem e semelhança. Não é de espantar que seus autores tenham cunhado o vocábulo *empregabilidade* e construído todo um discurso sobre a submissão ativa à organização, atendendo a ditames de proficiência calcados na polivalência de funções. Também essa racionalidade já acreditou que o *cocheiro* do bonde de tração animal poderia ser requalificado para conduzir o bonde elétrico e já defendeu a reintegração do *acendedor de lampião*, depois de nova qualificação,

em serviços da empresa de eletricidade. Vê com naturalidade a substituição do vendedor e produtor de aluá pelo produtor de sorvete. Aceita o leite em pó como substituto natural da *ama de leite* e recebeu a eletricidade como imposição da modernidade.

O homem do quiosque, acostumado a discutir a tecnologia, não consegue isentar as máquinas de culpa do desemprego. Não consegue ver que o uso que o capitalista faz da ciência e da tecnologia incorporadas à maquinaria é que traz problemas aos homens.

**Tabela 3 – Transformação das profissões**

<b>Profissões Antigas (mercadorias substituídas)</b>	<b>Profissões Novas (novas mercadorias ou serviços)</b>
Vendedor de aluá	Vendedor de sorvete
Homem do cisco	Lixeiro
“Tigre”	Serviço de esgoto
Negra do bofe	Açougue (açougueiro)
Ama de leite	Leite em pó
Cocheiro de bonde tração animal	Condutor de bonde (motorneiro)
Vaca leiteira (venda levando o animal de porta em porta)	Leite em caixa, leite condensado, leite em pó, à venda em padarias, supermercados, lojas de conveniência
Tilburi (cocheiro)	Automóvel (motorista)
Acendedor de lampião	Serviços de eletricidade (automação)
Mascate viajante	Vendas pelo reembolso (internet, televisão)
Daguerreótipo	Máquina fotográfica (filme sensível e sem filme – digital)

Além das transformações que acontecem com as profissões, de tempos em tempos, o homem do quiosque vê acontecimentos como a crise da Bolsa de Valores com nomes e aparências diversas: *Crack da Bolsa, Encilhamento, Sexta-feira Negra, Crise de 1892, Crise de 1929, Crise do Petróleo, Crise Cambial, Crise de 1999*, tudo explicado pelos economistas como questões sistêmicas inerentes ao capitalismo, que se manifestam e configuram de modo cíclico.

Esses assuntos são tratados como coisas isoladas e explicados por suas manifestações aparentes.

Todavia, não devem receber tratamento isolado como observou Schumpeter (1939):

[...] não são, como as amídalas, coisas separadas da economia capitalista que podem ser tratadas por si, mas fazem parte, como as batidas do coração, da essência do organismo que os apresenta. (Schumpeter, 1939:148).

Não se trata mais de questão cíclica, explicada ou não pela economia de mercado. Para o homem sem emprego a barbárie está posta. Para uma análise substantiva desses fatos, temos que admitir: o *modo de produção capitalista* no que diz respeito ao trabalho do homem é excludente por definição. Daí a necessidade de dar um passo adiante.

Precisa-se analisar as possibilidades de uma economia que admita outro *modo de produção*. Os principais obstáculos para viabilizar a transição do *modo de produção capitalista* para uma nova configuração econômica não são técnicos e sim políticos. Nesse sentido, não sabemos para onde estamos indo.

Nesse contexto, o mito do desenvolvimento econômico serve para empanar a visão de quem deseja ver além das leis de mercado. As ciências sociais dividem as questões econômicas em compartimentos estreitos, supostamente independentes, e busca compreensão sobre eles presa aos departamentos universitários ainda separados e estanques. Por isso, cientistas políticos e economistas falam línguas

diferentes. Enquanto os cientistas negligenciam forças econômicas básicas, os economistas não incorporam em seus modelos realidades sociais e políticas. Na economia moderna, os únicos padrões admitidos são aqueles que podem ser monetarizados. Conseguem, assim, a aparência de uma ciência exata para a economia; por isso mesmo não podem ver um mundo onde trabalhadores não serão necessariamente empregados e não atentam à possibilidade da plena alocação do homem em trabalho com renda mas sem emprego.

Uma vez mais recorremos aos esclarecimentos de Guerreiro Ramos:

[...] Na estrutura econômica institucional que prevalece, o aumento das oportunidades de emprego exigirá a escalada da produção de bens: de natureza demonstrativa, as limitações biofísicas à produção eliminaram essa estratégia. Como acontecia antes do surgimento da sociedade centrada no mercado, também agora, em seu declínio histórico, o total emprego da mão-de-obra é de novo possível, sem que se imponha a todos os indivíduos que desejam trabalhar a exigência de se tomarem detentores de um emprego. A ignorância desse fato é particularmente lamentável numa hora em que a economia está, cada vez mais, perdendo sua capacidade de proporcionar empregos para todas as pessoas que desejam trabalhar. (Ramos, 1980:197).

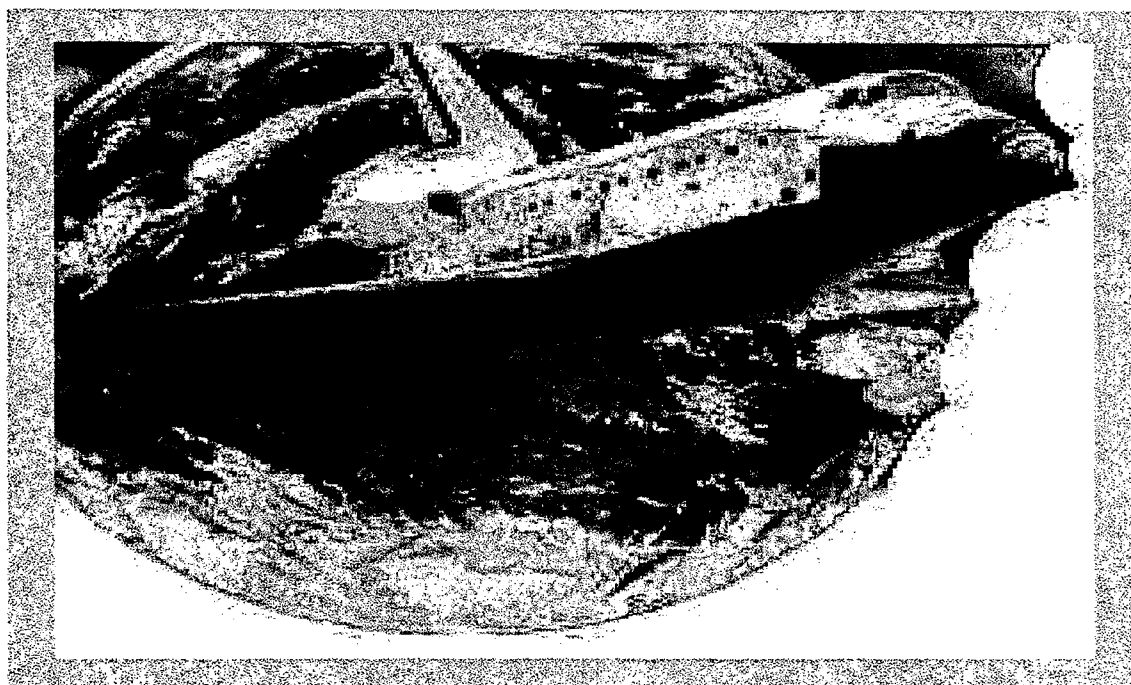
Quanto à tecnologia, ontem o homem iluminava a estátua do Cristo no Rio de Janeiro usando ondas de rádio diretamente da Itália, hoje aciona um robô em Marte diretamente de Pasadena, na Califórnia. O Rio de Janeiro, palco dos processos de transformação no século passado, discute as novas tecnologias. Ontem como hoje não se discute o essencial: a organização social dos homens, suas relações. Assim sendo, condenam ou enaltecem a ciência, mas não aprendem ou discutem sua própria vida. Os homens continuam discutindo no quiosque sem compreender o que está acontecendo na sociedade brasileira. Os homens no Rio assistem às transformações como se elas nada tivessem a ver com suas vidas, porque a aparência é que se impõe.

Hoje a tecnologia continua permitindo ao homem novas e ousadas viagens. Já foi à Lua, está construindo a Plataforma Espacial entre o satélite natural e a Terra e, em

seguida, vai para Marte. Já se prepara para a mineração, extraindo minérios de grandes corpos celestes próximos da órbita da Terra, mas sem usar trabalho vivo.

Terminamos o século XX com a tecnologia permitindo ao homem continuar suas viagens com o farnel cheio de problemas sociais, que levará para longe e poderá trazer de volta ampliado.

### Figura 21 – Ônibus Espacial



Fonte: Editado a partir de imagem da NASA, [www.nasa.gov](http://www.nasa.gov).

A leitura dos sinais do tempo já revela que o emprego, essa invenção capitalista, está em extinção. Mostra também que o homem ainda não está preparado para a sociedade do ócio, pois deseja trabalhar. Mesmo assim, o homem com sua tecnologia se prepara para um dia, em futuro distante, abandonar o planeta para viver em outros sistemas solares.

O homem, como os navegadores do passado, em sua bagagem, levará sua tecnologia e seus problemas sociais. Nesse dia deixará para trás homens em um planeta branco, como excluídos de seu tempo.

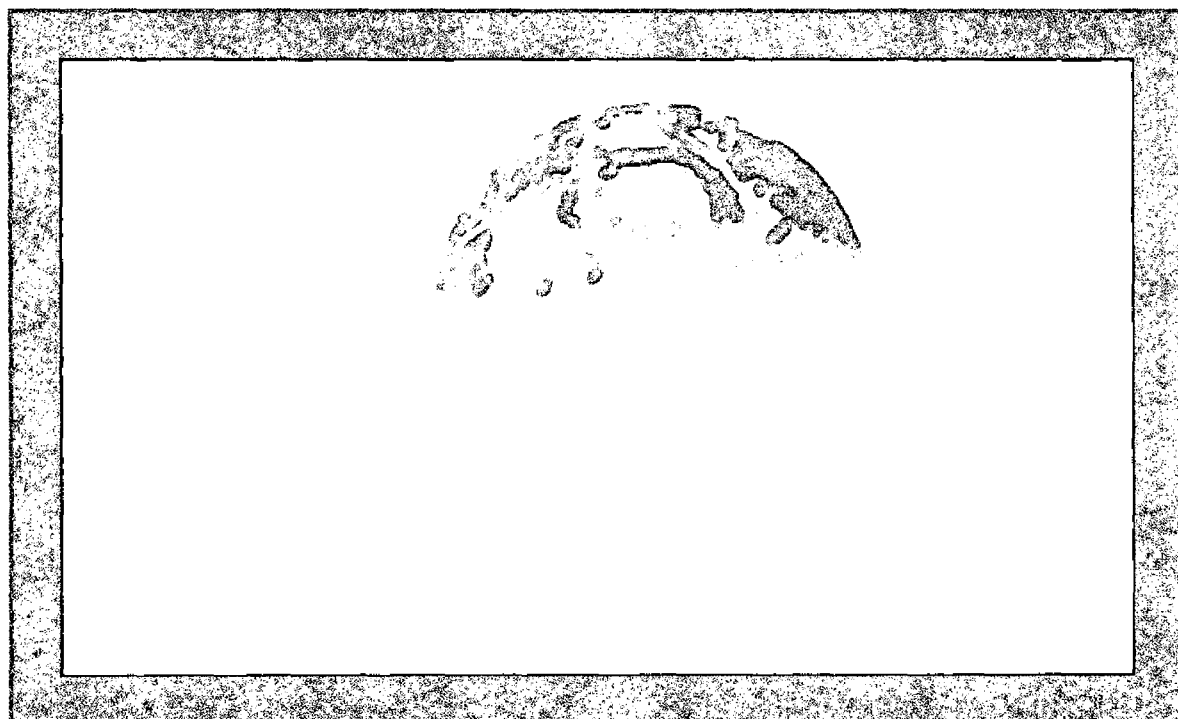


E seus problemas sociais? Continuam discutindo as aparências como no tempo em que os burros perderam o emprego. Suas questões sociais são apenas parte de sua bagagem. Sabem com perfeição para onde estão indo do ponto de vista territorial.

Seu quiosque para as discussões intermináveis sobre as aparências da tecnologia agora é virtual. Nele um pesquisador acessa uma imagem holográfica de Tocqueville explicando sua época:

[...] Diz-se que não há perigo, porque não há agitação; diz-se que, como não há desordem material na superfície da sociedade, as revoluções estão longe de nós. Senhores, permiti-me dizer-vos que creio que vos enganais. Sem dúvida a desordem não está nos fatos mas entrou bem profundamente nos espíritos. Creio que dormimos sobre um vulcão; disso estou profundamente convencido. (Tocqueville, 1991:42-3).

### Figura 22 – Terra no Espaço



Fonte: Editado a partir de imagem da NASA, [www.nasa.gov](http://www.nasa.gov).

A antiga morada do homem tornou-se um planeta gelado em órbita de uma estrela decadente: o Sol.

### Notas sobre a documentação geral

A parte da documentação que se encontra hoje no Museu Imperial, em Petrópolis, data de 1549 ao começo do século XX, totalizando cerca de 65.000 documentos. Trata-se de assuntos variados, desde os de caráter íntimo e reservado da Família, a documentos versando sobre episódios de relevância da História do Brasil, Portugal e da América espanhola, que por razões diversas foram sendo guardados pela Família durante séculos. Algumas das mais importantes séries do Arquivo POB, sob a guarda do Museu Imperial são: (i) documentação referente ao período de D. João VI e Dna. Carlota Joaquina, onde se encontram documentos referentes à vinda da Corte e a “Questão do Prata”, a negociação entre Carlota Joaquina e a Espanha, e os interesses da Inglaterra; (ii) os estudos de Pedro II sobre astronomia, matemática, física, vários idiomas – entre eles sânscrito, hebraico, árabe –, ciências naturais, história e outros; (iii) as correspondências de Pedro II com intelectuais do Brasil e do mundo todo, como Pasteur, Charcot, Victor Hugo, Graham Bell, Agassiz, Longfellow, Alexandre Herculano, J. Reinhart, Henri Gorceix, Von Martius, Gobineau, Conty, Daubrée, Glaziou, Gorceix, Bois Reymond, Quatrefages e outros; (iv) diário de Pedro II, que data de 1840 a 1891 e totaliza cerca de 4.800 páginas de diversos tamanhos. Apesar de encontrarmos lacunas nestes 51 anos, o diário é uma fonte bastante importante e está todo transcrito; atualmente encontra-se em fase de digitação e digitalização, para a produção de um CD-ROM.

Os arquivos iconográfico e fotográfico – tratados separadamente – são compostos, em grande parte, de materiais desmembrados dos arquivos acima descritos. Seu conteúdo é diversificado: encontram-se fotografias com grande valor histórico, como as dos fotógrafos Nadar e Klumb; outras são fotografias desde assuntos como o imperador Pedro II e sua família até a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. A série de fotografias sobre Petrópolis é numerosa e significativa para o conhecimento da cidade e também bastante consultada. Na iconografia destacam-se as litografias originais de Debret, Rugendas e de viajantes, desenhos do imperador Pedro II e de outros membros da família imperial. A consulta ao Arquivo Histórico pode ser feita nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 13h30 às 17h30. Para ser atendido na parte da manhã, deve-se telefonar com antecedência

para marcar hora. O levantamento documental é realizado para os pesquisadores que moram fora do Estado do Rio de Janeiro e deve ser solicitado por carta, telefone ou e-mail, em nome da equipe do Arquivo Histórico, especificando o assunto. O Museu fornece fotocópia de documentos (que estejam em bom estado de conservação) ao custo de R\$ 0,20 cada cópia. Caso haja necessidade de fotografar alguma iconografia ou documento, é necessário mandar uma carta ou fax solicitando autorização à direção do Museu Imperial, esclarecendo o objetivo da reprodução, e o pesquisador deve trazer o equipamento. Endereço: Rua da Imperatriz, 220, CEP 25610-320, Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Telefone (024) 237-8000. Fax (024) 237-8540.

## **Referências Bibliográficas**

ARQUIVOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. Sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

ASSIS, Machado de. *Bons Dias!* São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990a.

\_\_\_\_\_. *A semana*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990b.

\_\_\_\_\_. *Pai contra mãe. Clássicos Nova Fronteira: seus trinta melhores contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias*, 13 jan. 1911.

\_\_\_\_\_. *O café cantante. Ironia e piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem II: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumurá, 1996.

CARVALHO, Ronald de. *Jogos pueris*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1926.

CASTORIADES, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra. vol. 1, 1997.

COELHO NETO, Henrique Maximiliano. *A antiga cidade: palestras da tarde*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. 3.ed. 2.v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

- DANIEL, Defoe, *Robison Crusoe*. Londres: Alpha Classics. Oxford University Press, 1979.
- DICIONÁRIO CALDAS AULETE. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980.
- DICKINS, Marguerite. *Along shore with a man-of-war*. Boston: Arena Publishing Company, 1893.
- DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*, Rio de Janeiro: Codecri, 1984.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do caucaueiro e das palmeiras*. Trad. Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.
- FRAGOSO, João Luís Roberto. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Inglese no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1948.
- GORENSTEIN, Riva. O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822 (uma contribuição ao estudo de estruturação da sociedade da Independência). Dissertação (Mestrado na USP). São Paulo: USP, 1978.
- HOLLANDA, A. B. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- JOÃO DO RIO. A alma encantadora das ruas crônicas. In: ANTELO, Raúl (Org.). *Alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LEONTIEF, Wasily. *Machines and man*. *Scientific American*, 1952, v. 187, p.150-60.
- LÉVY, Pierre. Especial para a Folha de São Paulo. Editoria: Mais. Página: 5-3, Edição: Nacional Agosto 17, 1997, Seção: Autores Pierre Lévy.

LUCCOCK, John. *Rio de Janeiro 1808 a 1818: notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Martins, 1942.

MAGALHÃES, Oldemar & Luís Antonio. *Barracão de zinco*. Copyright Editora Musical Brasileira.

MARTINS, Herivelto. *Ave Maria no Morro*. Copyright Irmãos Vitale.

MARX, Karl. *Capítulo inédito de O CAPITAL: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1969.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse. Foundations of the critique of political economy (rough draft)* England: Penguin Books, vol. 2, cadernos VI e VII, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O processo de Produção do Capital*. Trad. Reginaldo Santana. Volume II. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio: 173 anos de desenvolvimento: história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. *Exposição aos credores [1878]/Visconde de Mauá*. Edição fac-similar. Expressão e Cultura: Rio de Janeiro, 1996.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PEQUENO DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO KOOGAN LAROUSSE. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Coleção Tempo Novo. Introdução ao Estudo da Razão Sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RIBEIRO, Irene de Souza. Um depoimento sobre Mauá. Recordações de sua filha Irene de Souza. *Lanterna Verde*, Rio de Janeiro, n.1, p.172, 1924.

RIBEROYLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Tradução de Gastão Penalva. São Paulo: Martins, 1941, v.1

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Lisboa: Imprensa Real, 1825. 2 vols.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Trad. Modesto Florenzano. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

## **BIBLIOGRAFIA AUXILIAR**

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Goiânia: Walfré, 1982.

CASTORIADES, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERQUEIRA, Filho Gisálio. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Coleção Retratos do Brasil.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- FIGUEIRA, Goldfarb Fani. *Diálogos de um novo tempo*. Tese (Doutoramento na Universidade de São Paulo). São Paulo, 1989. (Mimeo).
- FIOD, Edna Garcia Maciel. *Homens sem paz: escola, trabalho e colonização*. Tese (Doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1995. (Mimeo).
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GARVIN, D. A. Building a learning organization. *Harvard Business Review*, July-August, p.78-91, 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HAYES, R. H. Os engenhos beneditinos do Brasil Colonial. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LV, 1983.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1971.
- LEME, Maria Cristina da Silva. *Revisão do plano de Avenidas: um estudo sobre o planejamento em São Paulo*. Tese (Doutoramento na FAU-USP), São Paulo, 1990.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. v. 1 e 2.
- LOPES, Miriam B. P. O. *Pequena história dos transportes públicos*. São Paulo: Companhia Municipal dos Transportes Coletivos, 1985.



- MARX, Karl & ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). 6.ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELLO, José Antonio Gonçalves de. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1967.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NISBET, Robert. *História da idéia de progresso*. Brasília: Ed. da UNB, 1985.
- ORTEGA, Jose Ortega y Gasset. *O homem e a gente: intercomunicação humana*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1973.
- PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMA, Pascal. 1889 *La memoire des siècles*. L'Expo Universelle. Paris: Editions Complexe, 1989.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Au tournant des expos: 1889. *Le Mouvement Social*. Paris: Les Éditions Ouvrières, n.149, oct./déc. 1989.
- \_\_\_\_\_. *A nova ciência das organizações: uma conceituação da riqueza das nações*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- REBERIOUX Madeleine. Approches de l'histoire des expositions universelles à Paris du Second Empire à 1900. *Bulletin du Centre Pierre Leon*. Paris, 1979, n.1, p. 1-20.
- ROCHA Amara Silva de Souza. A consolidação da Companhia de Eletricidade (1925/1934). IN: LEVY, Maria Bárbara & LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Coord.). *Estudos sobre a Rio Companhia de Eletricidade*. Rio de Janeiro: Centro de Patrimônio Histórico da Companhia de Eletricidade, 1990. (Mimeo).

- RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHORSKE Carl E. *Viena fin de siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCOBIE, James R. The growth of Latin American cities, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge University Press, 1986, v.4.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1982. (Biblioteca Carioca, v. 20).
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. vol. 2.
- SODRE, Werneck. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- STIEL, Waldemar Corrêa. *História dos transportes coletivos em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. A era dos trustes e cartéis. *Revista História e Energia*, 1989, n.5, Eletropaulo.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1987.

## PERIÓDICOS

Revista Fon-Fon. 1 mai. 1909.

Revista Fon-Fon. 24 jul. 1909, p. 6.

Revista Fon-Fon. 7 ago. 1909, p. 8.

Revista Fon-Fon. mai. 1907, p. 17.

Gazeta de Notícias. 1883–1897.

Correio da Manhã. 1901-1914.

O País. 1892–1914.

Revista Ilustrada. 1891–1898.

Correio da Manhã. 11 out. 1906, p. 6.

Gazeta de Notícias. 6 ago. 1904.

A Província de São Paulo. 19 set. 1884, p. 1.

A Província de São Paulo. 2 mar. 1883, p. 2.

A Província de São Paulo. 1878, p. 2.

Jornal do Comércio. 31 ago. 1853, p. 4.

Jornal do Comércio. 30 dez. 1835, p. 3.

Alvará. 27 mar. 1810.

Jornal do Comércio. 30 dez. 1835, p. 3.

Jornal do Comércio. 17 jan. 1840.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 15, p.39. 1852

Correio Paulistano. 4 abr. 1874.

Alvará de 15 de Julho de 1867, Arquivos da Associação Comercial do Rio de Janeiro.